



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**Perceção de risco no *One-night Stand* –
um estudo com adultos emergentes.**

Ana Carolina Monteiro Mendão

Orientação: Prof^a. Doutora Constança Biscaia

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: *Psicologia da Educação*

Dissertação

Évora, 2015



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Mestrado em Psicologia
Especialização em Psicologia da Educação

**Perceção de risco no *One-night Stand* – um estudo
com adultos emergentes.**

Ana Carolina Monteiro Mendão

Orientação: Prof^ª. Doutora Constança Biscaia

Évora, novembro de 2015

Para ti mãe.

AGRADECIMENTOS

Penso que o sucesso não depende, em parte, só de nós e do nosso esforço. Uma boa percentagem também depende daqueles que nos rodeiam e que todos os dias reúnem esforços para nos ajudarem com esse sucesso, mesmo que seja com um telefonema a perguntar “então está tudo bem?”.

É por este motivo que tenho de agradecer a várias pessoas que me ajudaram a alcançar os meus objetivos pessoais e académicos.

Agradeço então...

...à minha orientadora, Professora Doutora Constança Biscaia, por me ter aceite de braços abertos quando eu mais precisei e por me ter posto à vontade na escolha de um tema do meu interesse. Obrigada pelo apoio que me deu, principalmente nas fases menos boas deste meu percurso. As suas palavras nos momentos certos conseguiam sempre acalmar-me e fazer-me seguir em frente.

... à Professora Doutora Madalena Melo, por todo o apoio que me deu em todos os momentos da minha vida académica e pessoal. Poucas são as palavras para lhe agradecer. Sem si não tinha a orientadora que tenho, que sem dúvida foi um ótimo conselho, nem tinha chegado onde cheguei de forma satisfatória. Obrigada por ter estado disponível para mim, tanto nos bons como nos maus momentos.

...à Professora Doutora Fátima Bernardo, por me ter ajudado numa altura em que me sentia extremamente perdida. Sem si o meu questionário não seguiria o rumo certo. Obrigada pelos meses de empenho e paciência que teve comigo e com o meu trabalho.

...à Dr.^a Rita Martins, dos Serviços Sociais, por ser a boa pessoa que é, porque se o mundo tivesse mais pessoas como você de certeza que era um mundo melhor. Obrigada pela ajuda que me tem dado ao longo dos anos e em especial neste último ano, porque sem si, sem o seu esforço, profissionalismo e bondade não teria concluído da melhor forma este meu objetivo. Do fundo do meu coração um muito obrigada!

...e aos professores e alunos que despenderam do seu tempo para me ajudar na recolha de dados.

Em seguida não podia deixar de agradecer às minhas amigas que me acompanharam neste percurso todo:

...à Raquel, por todos os anos de amizade e amor incondicional. Agradeço-te imenso minha segunda irmã por, longe ou perto, me apoiares nos bons e maus momentos, por escutares os meus desabafos, por estares sempre comigo e te disponibilizares sempre para tudo.

...à Rita, por todos os anos que passámos juntas, por, pelo um acaso da vida, me teres acompanhado todos estes 11 anos de percurso escolar. Sem dúvida foi um fator muito importante ter iniciado esta fase da vida ao teu lado. Tornou tudo melhor e mais fácil. Obrigada por todos os momentos, todo o apoio e amizade.

...à Emanuela, minha terceira irmã, minha mãezinha nas horas vagas, minha colega, companheira, amiga. Sem ti o percurso universitário não teria sido o mesmo. Quando entraste devagarinho na minha vida nunca esperei ter a relação que tenho contigo, nem que fosses um dos meus maiores apoios. Poucas são as palavras para descrever o que passei contigo e o quanto foste e continuas, longe ou perto, a ser importante na minha vida. Obrigada por todo o carinho, apoio, amor e amizade.

...à Adneusa, por toda a amizade que sempre me deste, todos os momentos bons e maus que passamos juntas. Sem dúvida que és uma mulher de coragem, uma mulher guerreira e isso sempre serviu de inspiração para mim. Tens e sempre terás um papel fundamental na minha motivação, porque nunca desististe dos teus objetivos. Obrigada por tudo, por todo o carinho e amizade.

...à Sónia, pela tua bondade, por sempre me teres apoiado, pelos bons e pelos maus momentos e pela tua enorme boa disposição que tantos dias me alegraram. Entrámos neste mestrado juntas, quando todas as nossas amigas seguiram por outros rumos e acabaste por ser um grande pilar para mim. Conseguimos nos aguentar juntas, por isso quero muito que acredites em ti!

Quero agradecer, também, às pessoas que de algum modo me ajudaram nesta reta final...

...à Filipa Rosado, porque sem ti os momentos mais difíceis e frustrantes não teriam sido ultrapassados tão facilmente. Revelaste-te, com as tuas palavras e o teu imenso

carinho, um grande apoio nesta fase tão difícil. Obrigada por me teres sempre escutado, principalmente nos meus grandes desabafos, mas sem o teu apoio nas alturas certas as coisas não teriam parecido tão claras. Obrigada pelas tuas palavras carregadas de calma e motivação!

...à Ana Luísa, por me teres apoiado em várias situações que necessitei e pelos bons momentos que passamos em tua casa, principalmente pelas “tardes produtivas” e pelo longo verão que passámos todas juntas. Obrigada, sem isso não teria aguentado.

...ao David Francisco, pela ajudinha que me deu quando eu já pensava que não ia conseguir arranjar forma de resolver os últimos percalços da tese. Obrigada pela paciência e pelo trabalho, mas sem ti não tinha conseguido.

Por fim, como os últimos são sempre os primeiros, tenho de agradecer...

...à minha companheira de todas as horas, Sofia. Nunca imaginei uma amizade entre nós e agora já me é difícil ver os dias sem ela. Sem ti nenhum do esforço que tive neste percurso teria existido. Se muitas vezes agarrei nas coisas com o objetivo de trabalhar foi graças a ti, porque até nos piores momentos tu conseguiste o impensável. Se não fosses a amiga que és, nesses momentos não tinha encarado a vida como encarei e não tinha tão facilmente continuado com os meus objetivos. Obrigada pelas imensas tardes na “sala verde da dor”, por todo o apoio, coragem e carinho que me deste.

...ao Bruno, por durante estes dois anos teres sido o companheiro que és, sempre com paciência para os meus dilemas académicos e pessoais. Sempre me escutaste e sempre me apoiaste nos momentos maus e sempre me felicitaste e motivaste nos momentos bons, nas pequenas conquistas de que este percurso é feito. Sem ti nada disto teria sido da forma que foi, obrigada por teres estado sempre lá em tudo e pela paciência.

...ao Pedro, por teres estado sempre na minha memória e no meu coração. Ao início foi uma grande desmotivação para mim, mas por algum motivo consegui pegar na tua memória e torná-la em algo bom. De certa forma, mesmo sem saberes, foste muitas vezes a minha motivação para continuar e acabar este meu objetivo. Sei que estarias orgulhoso de mim.

...aos meus padrinhos, Carmita e Zé, por até ao dia de hoje terem realmente feito jus ao nome de madrinha e padrinho, como meus segundos pais. Tenho a vos agradecer todo o apoio que me têm dado neste percurso e na vida, porque sem vocês tudo isto teria sido, sem dúvida, mais difícil. Agradeço, também, aos meus primos, Bernardo e Beatriz, porque se eles lerem isto e não houver referência aos seus nomes vão logo dizer “então e nós?”. Como eu já os conheço, obrigada pirralhos por todo o carinho, sei que vocês gostam muito da prima.

...à minha irmã, Ema e ao meu cunhado, Hélder. Obrigada por seres a irmã e amiga que és. A vida não nos dá a oportunidade de escolher os irmãos que temos, mas lá nisso a vida foi boazinha para mim. Sem vocês e sem o vosso apoio nada disto teria sido possível. Sempre fizeram um esforço para me apoiar naquilo que eu precisei e só vos posso agradecer por isso. Agradeço também aos meus sobrinhos, por nestes últimos tempos terem sido a minha motivação para continuar.

...e à minha mãe, Paula e ao meu pai, Paulo. Obrigada por um dia terem confiado em mim e me terem dado asas para seguir, à minha maneira, com os meus sonhos. Não tenho dúvidas que ser bons pais é tudo isto que têm feito por mim. Obrigada (e desculpa) por todo o esforço diário que têm comigo, por todas as preocupações que vos dou e por tudo o que vos fiz passar e mesmo assim vocês apoiam-me e amam-me incondicionalmente. É preciso um mundo e outro para vos conseguir agradecer e para algum dia conseguir retribuir tudo o que fazem por mim.

Percepção de risco no *One-night Stand* – um estudo com adultos emergentes.

O presente trabalho teve como objetivos estudar o envolvimento dos(as) estudantes universitários(as) em sexo ocasional (*one-night stand*) compreendendo a relação entre esta e as variáveis percepção de risco, riscos físicos, emocionais e psicológicos associados ao sexo ocasional e os fatores de influência associados ao envolvimento no mesmo.

Neste estudo participaram 203 estudantes universitários, do 1º ciclo, pertencentes à Universidade de Évora, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (adultos emergentes).

Os resultados obtidos sugerem que existe uma correlação significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a ausência de percepção de risco, porém existindo diferenças relativamente à mesma no momento do envolvimento em sexo ocasional e na fase posterior a este, revelando que antes e durante do comportamento os(as) estudantes universitários(as) não parecem perceber os riscos reais, sendo que, em alguns casos, não utilizam estratégias para reduzir os mesmos.

Esta percepção tardia dos possíveis riscos corridos, muitas vezes influenciada pelo consumo de bebidas alcoólicas, deveria levar a um grande nível de arrependimento, mas os resultados obtidos apontam para um nível pouco significativo.

Sendo que o arrependimento é apontado na literatura como uma das consequências após um *one-night stand* e, muitas vezes, é o mesmo que leva os(as) estudantes universitários(as) a não voltar a incorrer neste comportamento é de extrema importância perceber que impacto terão todos estes fatores no desenvolvimento dos adultos emergentes e no *self* de cada indivíduo.

Estes resultados revelam-se importantes e deveriam ser levados em conta em futuras investigações, particularmente na intervenção com alunos universitários.

Palavras-chave: *One-night Stand*; Percepção de Risco; Adulter Emergente; Estudantes Universitários; Riscos; Fatores de Influência.

ABSTRACT

Risk Perception in the One-night Stand – a study with emerging adults

The present paperwork aimed to study the involvement of the college students in occasional sex (one-night stand), trying to understand the relation between this variable and other variables like risk perception, physical, emotional and psychological risks associated to the occasional sex and the influence factors related in the same.

In this study participated two hundred college students, from the degree level, belonging to University of Évora, with ages between 18 and 25 years (emerging adults).

The obtained results suggest that exists a significant correlation between the involvement in the occasional sex and the absence of the risk perception, however exists differences related to the same in the moment of the involvement in the occasional sex and in the later stage after it, revealed that before and during the behavior, the students do not seem to perceiving the real risks, so that, in some cases, they don't use strategies to reduce them.

This late perception of the possible risks involved, most of the times influenced by the alcohol consumption, should take the students, although the obtained results point for a really negligible level.

Being the regret pointed in literature as one of the consequences after a one-night stand and, most of the times, it is what takes college students to not return to incur this behavior it is extremely important understand the impact of all these factors will have on the development of the emerging adults and in the self of each individual.

These results prove to be important and should be taken into account in further investigations, especially in the intervention with college students.

Keywords: One-Night Stand; Risk Perception; Emerging Adulthood; College Students; Risks; Influence Factors

ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice.....	vii
Índice de Quadros.....	ix
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	5
Capítulo I – O Adulto Emergente e a Vivência do <i>One-night Stand</i>	7
1. Adulter Emergente: Modelos teóricos.....	7
1.1. O(A) Estudante Universitário(a): um adulto emergente	13
2. O Adulto Emergente e a Vivência da Sexualidade.....	16
2.1. A sexualidade e a Religião.....	20
2.2. <i>One-night Stand</i>	21
Capítulo II – Percepção de Risco nas Relações <i>One-night Stand</i>	27
1. Risco.....	27
1.1. Riscos associados ao <i>One-night Stand</i>	28
1.1.1. Fatores de influência.....	33
2. Percepção de Risco.....	37
2.1. Paradigma Psicométrico do Risco.....	38
2.2. Teoria Cultural do Risco.....	40
2.3. Diferenças de Género na Percepção de Risco.....	43
Parte II – Estudo Empírico.....	47
Capítulo III – Plano Metodológico.....	49
1. Enquadramento, Objetivos e Hipóteses.....	49
2. Metodologia.....	52

2.1. Participantes.....	52
2.2. Instrumentos.....	55
2.3. Procedimentos de Recolha de Dados.....	63
2.4. Procedimentos de Análise de Dados	64
Capítulo IV - Apresentação e Análise dos Resultados.....	67
1. Análise Psicométricas dos Instrumentos.....	67
1.1. SOI-R.....	67
1.2. Questionário das Crenças Normativas.....	70
1.2.1. Comportamento: Sexo Ocasional.....	70
1.2.2. Comportamento: Sexo Protegido.....	73
2. Análise de Conteúdo.....	76
3. Análise da Avaliação dos Riscos Reais.....	78
4. Estudo das Hipóteses.....	79
Capítulo V – Discussão dos Resultados.....	87
Capítulo VI - Conclusão	95
Referências Bibliográficas.....	99
Anexos.....	109
Anexo I – Protocolo de Investigação	111
Anexo II – Quadros	121
Anexo III – Gráficos	127

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição dos participantes por sexo e idade	53
Quadro 2. Distribuição dos participantes por sexo e ano de licenciatura	53
Quadro 3 – Distribuição dos participantes por ano de licenciatura e idade	54
Quadro 4. Distribuição dos(as) participantes relativa à prática de sexo ocasional	54
Quadro 5. Distribuição dos(as) participantes por sexo relativa à prática de sexo ocasional.....	55
Quadro 6. Estatística descritiva das duas dimensões da Escala SOI-R (Atitude e Influências)	67
Quadro 7. Alpha de Cronbach das Dimensões do SOI-R	68
Quadro 8. Estrutura Fatorial das Dimensões Atitude e Influências da escala SOI-R.....	69
Quadro 9. Estatística descritiva das três dimensões do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Ocasional	70
Quadro 10. Alpha de Cronbach das Dimensões Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido	71
Quadro 11. Estrutura Fatorial do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Ocasional.....	72
Quadro 12. Estatística descritiva das três dimensões do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido.....	73
Quadro 13. Alpha de Cronbach das Dimensões Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido	74

Quadro 14. Estrutura Fatorial do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido.....	75
Quadro 15. Análise de Conteúdo das perguntas de resposta aberta relativas aos riscos envolvidos no <i>one-night stand</i>	76
Quadro 16: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a ausência de percepção de risco deste comportamento.....	79
Quadro 17: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e os contextos grupais.....	80
Quadro 18: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência de festas/discotecas.....	81
Quadro 19: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência universitária.....	81
Quadro 20: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a permanência temporária fora do país.....	82
Quadro 21: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de bebidas alcoólicas.....	82
Quadro 22: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de estupefacientes.....	83
Quadro 23: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o uso de métodos contraceptivos.....	84
Quadro 24: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento.....	85

Anexo II - Quadro 1. Análise descritiva dos itens da escala SOI-R – dimensão Comportamento.....	123
Anexo II - Quadro 2. Análise descritiva dos itens da escala SOI-R – dimensão Atitude e Dimensão Influências	123
Anexo II - Quadro 3. Análise descritiva dos itens – Comportamento: Praticar Sexo Ocasional.....	124
Anexo II - Quadro 4. Análise descritiva dos itens – Comportamento: Praticar Sexo Protegido.....	125

O desenvolvimento humano é um dos aspectos mais estudados desde o século XX. Porém, o ser olhado como um ciclo contínuo desde o nascimento até ao final da vida, é algo que só surge com a teoria de Erikson (1968), que aparece como pioneiro das teorias do desenvolvimento do ciclo da vida, ao propor que o desenvolvimento evolui através de estádios potencialmente mais maduros e integrados. Por sua vez, Levinson e colegas (1978) vão olhar o desenvolvimento ao longo do ciclo da vida, evoluindo sequencialmente através, de várias fases, que nomeiam de estações de vida. Estas seguem uma ordem pré-estabelecida e apresentam uma base similar para todos os indivíduos.

Quando olhamos hoje o ciclo de vida é possível identificar uma nova fase no processo de desenvolvimento. Com as mudanças sócio-culturais ao longo do século XX, a passagem da adolescência para a idade adulta, tornou-se um processo mais complexo e prolongado no tempo, que Arnett (2000) procura estudar na sua Teoria da Idade Adulta Emergente.

Este período, compreendido entre os 18 e os 25 anos, aparece hoje como um período específico com características e tarefas singulares, embora englobando aspectos dos períodos adjacentes (adolescência e idade adulta). Deste modo, a fase da idade adulta emergente foi definida como: a idade das explorações identitárias, onde os indivíduos se apresentam mais independentes relativamente ao controlo parental, mas ainda assim livres de compromissos e responsabilidades, encontrando o equilíbrio ideal para explorarem novas possibilidades, clarificando as suas identidades; a idade da instabilidade, associada às explorações características deste período; a idade focada no *self*, promovendo o desenvolvimento de capacidades para o quotidiano e dos pilares essenciais para a vida adulta, com o objetivo de atingir a autossuficiência; a idade do sentimento de indefinição, visto esta ser uma fase de transição onde não se é adulto mas também já não se é adolescente; e a idade das possibilidades, onde surgem sentimentos de esperança e de desejos de autorrealização.

Os(as) estudantes universitários(as) constituem a população mais representativa dos adultos emergentes, aparecendo o meio universitário como uma ocasião essencial para a resolução dos conflitos identitários que caracterizam esta fase do desenvolvimento. O contexto universitário surge, deste modo, como um espaço rico em explorações, experiências e possibilidades nas diversas áreas da vivência humana. É nesta exploração que o adulto emergente faz de si próprio e dos que o rodeiam, que a sexualidade emerge como um fator predominante das relações sociais. Tendo em conta

que, ao longo das décadas, o conceito de sexualidade foi-se alterando, os(as) jovens atuais deixaram de associar a mesma ao casamento e à procriação, passando a assistir-se a uma sociedade mais permissiva em relação à sexualidade juvenil (Antunes, 2007). Desta forma, ao entrar na adultez emergente, muitos(as) jovens que já iniciaram a exploração da sexualidade na adolescência, dão continuidade à mesma, aumentando o interesse face às atitudes sexuais, o que leva a um incremento dos comportamentos sexuais. Porém, é também nesta fase do desenvolvimento, que os(as) jovens procuram a sua liberdade e independência e a visão de descompromisso tende a refletir-se na maior parte dos relacionamentos. Este fator conexo com o ambiente universitário (visto como encorajador das atividades sexuais) e com a crescente mudança da sociedade face à sexualidade leva a uma maior probabilidade de ocorrência de relações sexuais ocasionais entre os(as) jovens, visto estas não acarretarem responsabilidades nem compromissos.

Apesar da sua importância nesta fase de desenvolvimento, há ainda uma grande lacuna nos estudos desta temática, motivo que justifica a importância de investigar-se os comportamentos sexuais e as relações íntimas mais especificamente, as relações sexuais ocasionais ou *one-night stands*, assim como as várias consequências negativas decorrentes das mesmas, como o arrependimento, os processos de auto-culpabilização e os riscos para a saúde física e psicológica.

Desta forma, revela-se essencial perceber quais os riscos reais que o envolvimento em sexo ocasional acarreta e de que forma é que os adultos emergentes percecionam os mesmos, visto existir uma crescente incidência neste tipo de comportamento sexual apesar das suas consequências negativas.

A palavra risco e as palavras a ele associadas são ditas e ouvidas por nós, todos os dias. Hoje em dia, a palavra risco está mais presente que nunca em vários dos objetos que utilizamos, como o tabaco (“fumar mata” ou “fumar prejudica gravemente a sua saúde e a dos que o rodeiam”) ou os brinquedos para crianças (“risco de asfixia”) e nos *media*, como nas campanhas de segurança rodoviária (“se conduzir não beba”). Por estes motivos, diariamente encontramos-nos confrontados com decisões que nos põem no papel de avaliadores do risco, desde as mais banais, como optar por um estilo de vida saudável, até as mais complexas como, por exemplo, fazer para-quedismo. Porém, não analisamos todas as vantagens e inconvenientes das decisões que tomamos, - por exemplo, não analisamos todos os dados que existem sobre fazer para-quedismo, a probabilidade do para-quedas se romper, ou a probabilidade do altímetro avariar e não informar corretamente a altura certa para abrir o para-quedas – isto porque utilizamos heurísticas que permitem alcançarmos uma decisão num curto espaço de tempo, não

avaliando o risco como técnicos de avaliação de risco avaliariam o facto de uma pessoa fazer ou não para-queda (Lima, 2005).

O conceito de risco assume significados diferentes em função das pessoas o que leva ao conceito de percepção de risco definido como a forma como os não especialistas (ou leigos) pensam o risco, referindo-se à avaliação subjetiva do grau de ameaça potencial de um determinado acontecimento ou atividade (Lima, 2005).

São vários os fatores que podem levar os indivíduos a envolverem-se em comportamentos de risco, sendo que, contrariamente ao que seria esperado, as pessoas tendem a aceitar mais facilmente envolverem-se voluntariamente em atividades que acarretem perigos maiores do que aceitarem riscos provenientes de atividades involuntárias, mesmo que essas tragam perigos menores. Desta forma, as pessoas tendem a tolerar menos os perigos involuntários mesmo que estes lhes tragam mais benefícios que as atividades voluntárias (Fischhoff, Slovic, Lichtensteir, Read et al., 1978).

Para além disso, características como a familiaridade, controlo, potencial catastrófico, equidade e nível de conhecimento, influenciam a relação entre risco percebido, benefício percebido e risco aceite (Fischhoff, Slovic, Lichtensteir, Read et al., 1978).

No que diz respeito ao envolvimento em sexo ocasional e aos riscos que o mesmo acarreta estes aparecem diversas vezes associados ao consumo de álcool, sendo que o mesmo aparece, na literatura, como o fator de maior influência tanto no sexo ocasional, como no sexo desprotegido. Porém, o álcool não aparece, muitas das vezes, como um fator único e isolado, coexistindo com outros fatores como as drogas, a influência social dos contextos e dos grupos e da percepção de invulnerabilidade.

Contudo, a reduzida investigação relativamente à temática da percepção dos riscos associados às relações *one-night stand* levou a que o presente estudo se focasse nos mesmos e na percepção desses riscos por parte dos(as) estudantes universitários(as).

Desta forma, o presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes: a primeira, constituída por dois capítulos de revisão de literatura que sustentam a segunda parte, correspondente ao estudo empírico.

Deste modo, o primeiro capítulo aborda as teorias do desenvolvimento psicológico humano, incidindo sobretudo no período da adultez emergente a partir da teoria de Arnett (2000). Descrevem-se as características desta fase e, conseqüentemente, dos(as) estudantes universitários(as). Seguidamente, é abordada a temática da sexualidade e a forma como é vivenciada nesta fase do desenvolvimento,

desenvolvendo-se o tema das relações sexuais entre jovens adultos, mais especificamente as relações sexuais ocasionais.

O segundo capítulo centra-se na temática dos riscos, começando por descrever os riscos de forma geral e especificando os riscos envolvidos nas relações sexuais ocasionais, assim como os principais fatores de influência (contextuais e sociais) envolvidos nos comportamentos de risco. Em consequência, é explorada a perceção de risco através dos modelos teóricos de Starr (1969), Fischhoff et al. (1978), Short (1984), Douglas e Wildavsky (1982 cit in Maia, 2010) e Slovic et al. (2000), de modo a compreender a perceção de risco que os adultos emergentes poderão ter acerca dos riscos associados ao sexo ocasional.

A segunda parte deste trabalho – o estudo empírico – que acrescenta três capítulos aos anteriores.

O terceiro capítulo centra-se nas questões metodológicas, incluindo o objetivos e as hipóteses formuladas para o presente estudo, a descrição da amostra, a descrição dos instrumentos utilizados para a recolha dos dados e, por fim, os procedimentos de recolha e análise dos dados.

No quarto capítulo apresenta-se a análise de dados realizada, cuja discussão constitui o quinto capítulo.

Por fim, são apresentadas as conclusões da investigação realizada.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Hey, I just met you and this is crazy, but here's my number, so call me maybe.”

(Carly Rae Jepsen, 2012, faixa 3)

1. **Adulter Emergente: Modelos teóricos**

O conceito de desenvolvimento humano tem apresentado mudanças que foram acompanhando as vivências quotidianas e a sociedade ao longo dos séculos. Até ao século IX, o conceito de adolescência era inexistente, nem esta era percebida como um estágio de desenvolvimento, visto que muito precocemente as crianças eram inseridas no mercado de trabalho com vista a ajudarem as suas famílias, abandonando muito cedo o sistema educacional. Por estes motivos, eram dadas, à generalidade das crianças, responsabilidades sociais associadas à adultez, como trabalhar, cuidar das crianças mais novas e da casa e a adolescência acabava por não se apresentar uma fase diferenciada. Somente com a industrialização é que a formação e os estudos se revelaram cada vez mais importantes. As crianças, ao continuarem o percurso escolar, ficaram progressivamente mais libertas de outras responsabilidades, desenvolvendo desta forma os seus próprios hábitos. Desta forma, as várias mudanças na sociedade, como o surgimento duma escolaridade obrigatória, cada vez mais prolongada, resultante da maior importância dada a uma formação qualificada, com o consequente retardar da total independência das primeiras figuras de vinculação e com o adiamento da conjugalidade e parentalidade, levou a que a passagem da adolescência para a adultez fosse, com o passar dos anos, prolongando-se, surgindo tarefas normativas muito específicas desta fase. Estas mudanças sócio-culturais levaram a que esta passagem fosse vista com especial atenção, obrigando ao surgimento de uma nova fase intermédia entre as duas – a Adulter Emergente.

Consequentemente, foi no decorrer dos anos 60 do século XX que surgiram as primeiras abordagens ao desenvolvimento na vida adulta, divididas em duas grandes teorias: uma defendida por Erikson (1968) que proponha que o desenvolvimento evoluía mediante estádios ou fases potencialmente mais maduros e integrados que os anteriores e outra defendida por Levinson et al. (1978) que focavam a sua teoria mais concretamente nas mudanças.

Porém, as teorias de Erikson e Levinson relativamente à fase adulta não acompanharam as mudanças que ocorreram na sociedade, estando formuladas para

uma cultura diferente da atual. Daí a importância do aparecimento da teoria de Arnett enquanto forma de atualizar as teorias anteriores. Com este propósito, Arnett (1997, 2004) propõem uma teoria relativa à etapa específica do desenvolvimento sob a qual incide o presente trabalho – a Adulter Emergente (“Emerging Adulthood”).

Erikson (1968) ao propor a primeira teoria do curso de vida, desde o nascimento até a velhice, apesar de não distinguir um estágio ao que atualmente se define como aduiter emergente, dá-nos os primeiros contributos para a conceptualização desta etapa ao defini-la como um período situado entre a adolescência e a jovem aduiter, no qual se assiste ao adiar de compromissos e responsabilidades típicas do adulto e a uma concomitante experimentação de papéis (Arnett, 2000; Monteiro, Tavares & Pereira, 2009).

Segundo a proposta teórica de Erikson (1968; Erikson & Erikson, 1998/1982), a entrada na vida adulta é caracterizada pela resolução das questões identitárias (que tem lugar entre os 13 e os 18 anos) assumindo-se a construção da identidade como tarefa fulcral do desenvolvimento, durante a adolescência. Sendo detentora de uma dupla função, psicológica e social, esta construção revela-se quando o(a) jovem procura compreensão da sua individualidade, que só é alcançada posteriormente ao aparecimento de capacidades cognitivas e da aquisição de novas competências sociais, desde o período da adolescência até ao início da vida adulta (Varelas, 2011). Em consequência, surge um período social que Erikson definiu de moratória, no qual o(a) jovem redefine a sua individualidade, que se apresenta mais consistente, emergindo de um sentido mais coerente e integrado do *self* (Silva, 2008), no qual experiências passadas e presentes são assimiladas e projetadas nas experiências futuras, como forma de delinear objetivos nas áreas vocacionais, ideológicas e interpessoais que acabaram no desempenho de papéis de adulto (Andrade, 2006). Ainda no período de moratória, surge a fidelidade que, de acordo com Erikson se prende com a capacidade do indivíduo ser verdadeiro consigo próprio, estabelecendo compromissos baseados num conjunto de valores essenciais para si (Erikson & Erikson, 1998/1982).

No término deste estágio e iniciando o seguinte – Jovem Adulter, dos 18 aos 34 anos –, a maturidade biológica já se encontra totalmente alcançada e inicia-se um movimento de descentração progressiva do *self*, que vem possibilitar um avanço em relação ao outro, e assim, permitir o confronto com as questões da intimidade (Silva, 2008). O(a) jovem adulto(a), que, no estágio anterior emergiu da sua exploração de identidade, passa, então, neste novo estágio a desejar fundir a sua identidade com a dos outros, estando preparado(a) para a intimidade, ou seja, passa a ser capaz de se entregar a ligações e associações concretas e de desenvolver a força necessária para ser fiel as mesmas, mesmo que para isso sejam necessários sacrifícios e compromissos

(Erikson, 1995). O sucesso da superação deste estágio e a colocação ao nível do estágio Intimidade/Isolamento, assenta, assim, na capacidade de investir os sentimentos, os sistemas de crenças, valores e objetivos num outro, num contexto específico pautado pela autonomia, pela confiança e por um sentido claro de identidade, onde a verdadeira genitalidade tem espaço para emergir (Salkind, 2004; Coutinho, 2010). Caso contrário, se a intimidade pressupõe o auto abandono e o sentimento de que a fusão com o outro não ameaça a identidade do *self*, quando estas premissas não são alcançadas a verdadeira intimidade não é atingida (Marchand, 2001), surgindo o seu reverso, o isolamento (Erikson, 1995/1950).

Também Levinson deu uma contribuição teórica importante no enquadramento do período de vida referente à Adulter Emergente (Levinson et al., 1978), indo de encontro com a teoria de Erikson, evidenciando a experimentação de papéis, típica da moratória psicossocial (Monteiro et al., 2009).

Na teoria de Levinson et al. (1978) a vida adulta é vista como uma fase de mudança, desenvolvendo-se ao longo de uma sequência de fases estáveis detentoras de características singulares, com fases de transição, durante as quais a estrutura precedente é revista ou mesmo alterada (Marchand, 2001). Esta sequência de fases, denominadas de Estações de Vida (Levinson et al., 1978), apresentam uma base idêntica para todos os indivíduos e ocorrem segundo uma ordem pré-estabelecida.

Este processo de transição sequencial do desenvolvimento através dos vários períodos deriva da conjugação do processo maturacional com forças bio-psico-sociais e está inserido numa macro-estrutura – Era –, conceptualmente criada por Levinson e colaboradores (1978). Com efeito, para o autor, o desenvolvimento progride por Eras, sendo este um conceito amplo e abrangente que abarca o desenvolvimento biológico, o desenvolvimento da personalidade e da carreira, superando largamente os construtos de período ou fase desenvolvimentais (Levinson et al., 1978). Contudo, no presente estudo só serão abordadas a primeira e segunda Era, visto abrangerem o período de vida referente à adolescência e à adultez.

De forma sintética, a primeira Era - Pré-Idade Adulta - decorre entre o nascimento e os 22 anos e é a fase em que se verifica um maior desenvolvimento biopsicossocial.

Seguidamente, surge a segunda Era - a Idade Adulta Jovem - situada entre os 17 e os 45 anos. Nesta Era os indivíduos deparam-se com vários momentos de escolhas, nas quais se perspetiva que as mesmas levem a uma construção de uma estrutura de vida reveladora de uma ligação *self*-sociedade adulta, que lhes irá possibilitar lidar de uma melhor forma com os contextos sociais, morais, amorosos e profissionais deste período.

É de salientar que, entre cada duas Eras se verifica uma sobreposição – o período de Transição – sendo que a primeira se verifica entre os 17 e os 22 anos, denominada de Transição da Idade Adulta Jovem (Coutinho, 2010).

Desta forma, a vida adulta tem início com a transição da Idade Adulta Jovem, onde se passa da infância à idade adulta. Nesta transição estão inerentes duas tarefas essenciais, ambas relacionadas com escolhas que o(a) jovem adulto(a) deve fazer: findar o mundo pré-adulto e iniciar o adulto; e com ela vem, inevitavelmente o sentido de separação (Levinson et al., 1978) e, simultaneamente, de reavaliação e de mudança (Varelas, 2011). Primeiramente, separação advinda da maior responsabilidade e consequente autonomia financeira, mas principalmente separação resultante do distanciamento e diferenciação do *self* face às primeiras figuras de vinculação, com consecutiva mudança de objetos de vinculação. Implica ainda explorar as suas potencialidades enquanto adulto, podendo deste modo perceber como poderá vir a ser ativo no mundo adulto e, em consequência autodefinir-se enquanto o mesmo (Marchand, 2001; Coutinho, 2010).

Com este início da vida adulta, Levinson e colaboradores (1978) identificam, então, três etapas, cada uma com características singulares: (1) a entrada no mundo adulto (*entering the adult world*) - entre os 22 e os 28 anos -, onde os “novos” adultos terão de passar por duas novas tarefas, em certa medida antagónicas, visto que, por um lado, espera-se que aconteça uma exploração das possibilidades da vida adulta, mas por outro, é necessário desenvolver-se uma estrutura de vida estável (Levinson et al, 1978); (2) a transição dos 30 anos (*age 30 transition*) – na chegada aos 28/29 anos – também apelidada de crise dos trinta, que em nada se assemelha às fases antecedentes e precedentes, sendo neste período que surge a oportunidade de agir sobre as falhas e limitações da primeira estrutura de vida, tornando-a mais satisfatória e com maior capacidade de enfrentar a fase seguinte (Levinson et al., 1978); e (3) o estabelecimento (*settling down*) – dos 33 aos 40 anos – em que se desenvolve a segunda estrutura de vida e onde os sujeitos são confrontados com duas tarefas: uma que pressupõe a consolidação de uma posição na sociedade, criando ligações sólidas com a família, a profissão e a comunidade e consequentemente, a segunda, que envolve o desenvolvimento da estrutura resultante do trabalho realizado no prosseguimento da tarefa anterior.

Contudo, Levinson e colaboradores (1978) ligaram as duas primeiras etapas, surgindo assim a Fase Nova. Esta fase contém, então, um conjunto de tarefas que lhe estão implícitas: (1) Formação de um Sonho e integração do mesmo na estrutura de vida, ou seja, o indivíduo deve tentar dotar o seu Sonho de maior definição e encontrar forma de o concretizar, avaliando a dinâmica interna *versus* externa no que à

possibilidade dessa realização concerne; (2) Formação de uma relação com um Mentor, que deve desempenhar um misto de funções de professor, conselheiro e apoiante e, sendo mais velho, possuirá uma experiência acrescida do mundo que para o(a) jovem é novo. A relação com este Mentor, inicialmente assimétrica, tenderá a simetrizar-se e a tornar-se mútua, após ter acontecido uma internalização da figura do Mentor, por parte do(a) jovem adulto(a); (3) Formação de uma profissão ou formação de uma ocupação, que mostra ser um processo biopsicológico complexo e moroso; e, (4) Formação de relações amorosas, casamento e família (Varelas, 2011). Porém, estas quatro tarefas não serão totalmente completadas na Fase Noviça, ocorrendo mudanças significativas nas etapas seguintes.

Apesar de Erikson, Levinson e colaboradores terem contribuído de forma relevante para a elaboração de um enquadramento teórico explicativo do período decorrido entre a adolescência e o final da década dos vinte anos, o contexto histórico-cultural em que esta contribuição teve lugar sofreu profundas alterações e, conseqüentemente, a abordagem ao desenvolvimento exigiu um ajuste (Arnett, 2000; Arnett, 2007b).

O paradigma proposto na Teoria Eriksoniana, que postulava uma passagem direta da adolescência para a jovem adultez, enquadrava-se numa sociedade e numa perspectiva desenvolvimental em que os indivíduos casavam e davam início a uma atividade laboral a tempo inteiro no início da casa dos vinte anos. Contudo, no final do século XX, este mostrou-se ultrapassado e desadequado, não se adaptando à realidade em permanente evolução (Arnett, 2007a). De facto, as condições económicas que se foram criando nas sociedades industrializadas, refletiram-se junto dos(as) jovens através de diversas mudanças, nomeadamente, ao nível da educação, no aumento dos anos de escolaridade, o que conseqüentemente levou a um retardamento da entrada no mundo do trabalho e, ou sobrepor-se este adiamento da independência verificou-se um adiar do começo da vida marital, tornando-se cada vez mais comum a coabitação, o sexo pré-marital e conseqüentemente a parentalidade (Arnett, 2007b).

Atendendo às mudanças demográficas verificadas na última metade do século XX, que levaram a um aumento dos anos de adolescência e conseqüentemente ao adiar das tarefas do mundo adulto, é pela mão de Arnett que se assiste ao esforço de unificar as diferentes propostas fornecidas por diferentes linhas de pensamento e investigação (Monteiro et al., 2009) ao ser proposta a Teoria da Adultez Emergente (Arnett, 2000).

Arnett, ao reconhecer que a transição para a idade adulta era neste momento longa o suficiente para constituir, por si só, um período individualizado e normativo do desenvolvimento da vida humana nas sociedades industrializadas (Arnett, 2000; Arnett, 2007b) e que a mesma por se apresentar um período rico de vivências e explorações,

perdendo complexidade ao ser aglomerada com as fases adjacentes (Arnett, 2007b; Coutinho, 2010), conceptualizou a sua teoria de forma a incidir na faixa etária dos 18 aos 25 anos (Arnett, 2000).

De modo a definir com maior rigor esta fase do ciclo de vida, tornando a adultez emergente diferenciada das outras fases, tanto ao nível do desenvolvimento psicológico como ao nível psicossocial, Arnett sugeriu cinco características de natureza social (Andrade, 2006) para esse efeito: (1) é a idade das explorações identitárias; (2) é a idade da instabilidade; (3) é a idade focada no *self*, (4) é a idade de se sentir *in-between*; e (5) é a idade das possibilidades.

A primeira característica - Explorações Identitárias – relembra-nos Erikson (1968), uma vez que este propunha na sua Teoria do *Life-span* que a crise identitária seria o desafio com o qual os(as) adolescentes se deparariam. Todavia, Arnett (Tanner, Arnett & Leis, 2009) defende que apesar desta ideia ser fundamentada, muitas explorações da identidade continuam a desenrolar-se na fase da adultez emergente, embora com novos contornos. Os indivíduos, agora mais independentes do que na adolescência, nomeadamente em relação ao controlo parental, mas ainda livres dos compromissos e responsabilidades típicos da vida adulta, encontram um nicho ideal para exploração de possibilidades, principalmente as do foro afetivo e profissional (Andrade, 2006; Coutinho, 2010). É neste processo de exploração que o adulto emergente clarifica as suas identidades, refletindo acerca da pessoa que é, daquela em que gostaria de se tornar e que parceiro(a) seria adequado para si, ao longo da vida, em detrimento da perspetiva romântica centrada no aqui e agora, típica da adolescência (Monteiro et al., 2009; Coutinho, 2010).

Em sequência, surge a segunda característica - a Idade da Instabilidade - que assenta e reflete as explorações que são levadas a cabo neste momento – por exemplo, a mudança de residência para estudar noutra local (Coutinho, 2010) –, dotando-o de um carácter excecionalmente estimulante mas também deveras instável (Monteiro et al., 2009).

Seguidamente, Arnett mostra-nos a conceção deste período como a Idade focada no *self*, ou seja, só nesta ocasião é que coexistem condições de desprendimento face a obrigações diárias e deveres sociais para com os outros que permitem ao adulto emergente ganhar grande autonomia na gestão da sua vida (Coutinho, 2010), bem como torna possível uma reflexão mais profunda acerca de si mesmo. Desta forma, a noção de se focar no *self* promove o desenvolvimento de capacidades para o quotidiano e possibilita a construção dos pilares para a vida futura, tendo como objetivo a autossuficiência (Arnett, 1998, 2004), que ocupa um papel central na representação que os adultos emergentes têm acerca do que é ser adulto.

A quarta característica prende-se com o facto do indivíduo se situar entre a adolescência e a adultez e, por esta razão, é denominada de Idade do Sentimento de Indefinição (*Age of Feeling In-Between*). Esta apresenta-se, então, como um período de transição, onde restrições da fase precedente partilham lugar com as responsabilidades da fase subsequente, conduzindo a um contexto de indefinição (Coutinho, 2010). Desta forma, os adultos emergentes só se consideram efetivamente na idade adulta quando alcançam certos critérios (Coutinho, 2010) relacionados com a responsabilidade pelas próprias ações, a tomada de decisões independentes, a autonomia financeira (Monteiro et al., 2009; Tanner et al., 2009) e com o desenvolvimento da capacidade de estar só (Arnett, 1998, cit. por Arnett, 2003).

Por fim, a última característica surge da junção de características anteriores e é denominada de Idade das Possibilidades. Por um lado, a entrada na adultez é perspectivada com grande esperança, otimismo e expectativa onde o adulto emergente acredita que no futuro se auto-realizará e alcançará uma expressão da sua identidade e, por outro lado, é um momento representado pela oportunidade de se tornar independente, de tomar decisões relativamente ao tipo de pessoa que se quer ser e ao tipo de vida que se pretende (Monteiro, et al., 2009; Tanner et al., 2009).

Em suma, baseando-se parcialmente nas visões de Erikson e Levinson, Arnett (cit in Coutinho, 2010) apresenta este novo conceito de adultez emergente, estabelecendo desta forma um período diferenciado de transição com qualidades singulares e de redefinição de vida que engloba fases de possibilidades, exploração e decisão. Porém, esta transição fomenta, inevitavelmente, a instabilidade que leva o adulto emergente a encontrar-se entre o sentimento de independência, que lhe dá a oportunidade de iniciar uma gestão autónoma da sua vida e, por outro lado, encontra-se numa fase de reflexão mais profunda de si mesmo, fundamental ao desenvolvimento psicológico requerido na entrada da fase de vida seguinte.

1.1. O(A) Estudante Universitário(a): um adulto emergente

Segundo alguns autores (Arnett, 1997, 1998, 2000, 2004; Keniston, 1968; Klein, 1990; Sprinthall & Collins, 1994, cit in Silva, 2008), os(as) estudantes universitários(as) aparecem como os grandes representantes da Adultez Emergente, revelando-se até como a justificativa para o aparecimento da mesma (Varelas, 2011), visto que é no contexto universitário que se encontram todos estes fatores interligados.

Com a entrada na universidade muitos são os(as) estudantes que ainda estão envolvidos na resolução de conflitos identitários significativos da adolescência (Costa,

1991; Erikson, 1968; Marcia, 1980, cit in Diniz & Almeida, 2006) e o meio universitário criará um impacto significativo em cada estudante consoante as vivências do mesmo (Upcraft & Schuh, 1996), sendo esta entrada vista como uma ocasião essencial e estimulante na vida dos(as) jovens, visto que o contexto universitário proporciona o desenvolvimento de capacidades e competências para lidar com a complexidade do mundo e da identidade (Diniz & Almeida, 2006).

Esta nova fase é caracterizada por uma profunda mudança, geralmente envolta num momento de crise, visto que ao mesmo tempo que estão a ocorrer alterações contextuais estão, também, a ocorrer mudanças desenvolvimentais internas derivadas do estágio de vida em que os(as) jovens se encontram (Santos & Almeida, 2001), onde se unem características do final da adolescência e do início da vida adulta. Por este motivo, na maioria dos casos, os indivíduos confrontam-se com a necessidade de sair de casa, separarem-se da família e dos amigos e ingressarem num mundo totalmente desconhecido, onde têm de recomeçar a atender as novas expectativas sociais, como apresentar uma maior independência e capacidade de decisão relativamente ao seu futuro, pondo as suas imagens pessoais à prova (Soares, Almeida, Diniz & Guisande, 2006). Em suma, os(as) jovens veem-se obrigados(as) a crescer, ainda sobre a alçada da família, mas conseqüentemente com a expectativa de, gradualmente, libertarem essa ligação para assumirem poderes e responsabilidades da vida adulta, examinando e testando novos papéis, atitudes, crenças e comportamentos (Pascarella & Terenzini, 1991, 2005). Desta forma, os(as) jovens sentem-se pertencentes a um espaço onde já não são adolescentes, mas também ainda não são adultos (Machado, 2000).

O reconhecimento de que esta população é confrontada com uma multiplicidade de tarefas nos domínios académico, social, pessoal, emocional e profissional em conjunção com o interesse pelo estudo do desenvolvimento humano na vida adulta, criou um crescente interesse pela investigação neste contexto e a conseqüente construção de teorias e modelos explicativos (Varelas, 2011), tornando esta área de interesse uma das mais relevantes da Psicologia nas últimas décadas (Pascarella & Terenzini, 1991, 2005).

Sanford (1962, cit in Silva, 2008) foi um dos pioneiros nesta área de investigação, correlacionando a relação entre o desenvolvimento da personalidade e o percurso universitário. Com esse objetivo, desenvolveu uma teoria que refere que o desenvolvimento psicossocial dos(as) estudantes do Ensino Superior ocorre em três etapas. A primeira etapa, denomina-se libertação dos impulsos e, aqui, o aluno de primeiro ano é visto como um indivíduo carregado de fortes impulsos, representativos de uma consciência rígida e no qual se verifica a presença de pensamentos estereotipados, intolerância, ambigüidade e moralidade punitiva. Em seguida, surge a segunda etapa - o esclarecimento da consciência – que emerge ao longo do percurso

universitário e que corresponde a uma alteração no modo como o indivíduo se relaciona com o seu sistema de valores, esclarecendo(-se) e individualizando(-se) (d)o conjunto de valores transmitido pela família e comunidade de origem. Por último, temos a terceira etapa, denominada de integração do ego, na qual se assiste a uma percepção progressivamente diferenciada do mundo, a um refinar evolutivo das respostas do sujeito e, sobretudo, a uma consciencialização crescente destes dois processos.

Em suma, à medida que os(as) estudantes se vão desenvolvendo no seu percurso académico, vão deixando progressivamente as suas atitudes impulsivas características do primeiro ano, reestruturando a sua personalidade, que se tornará mais integra e consequentemente irão vivenciar maneiras mais conscientes de expressarem os seus impulsos dentro dos seus próprios valores.

Posteriormente a Sanford, surge um novo autor, Chickering (Chickering & Reisser, 1993), que bastante influenciado pelos trabalhos de Erikson, Sanford e Heath cria a teoria do desenvolvimento psicossocial dos(as) estudantes do Ensino Superior.

Segundo o autor, o desenvolvimento psicossocial é um processo de mudança em espiral, de elaboração e de construção constituído tanto pelas vivências pessoais, como pela forma como os(as) estudantes percebem as mesmas, encontrando-se desta forma novos padrões de interação psicossocial (Pascarella & Terenzini, 1991, cit in Ferreira, Almeida & Soares, 2001). Desta forma, é a partir das competências, atitudes, crenças, significados e mudança que surgirá o desenvolvimento psicossocial individual, no qual cada aluno representará diferentes formas, cores e texturas (Chickering & Reisser, 1993).

Chickering (Chickering & Reisser, 1993) divide, então na sua teoria, o desenvolvimento do(a) jovem universitário(a) num conjunto de sete vetores, sendo que, à semelhança de Erikson, o autor sugeriu que os(as) jovens ao passarem de um vetor para o outro, teriam de ultrapassar tarefas subjacentes a cada um dos mesmos, sendo que essa resolução afetaria não só a qualidade do presente vetor e dos subsequentes, mas também, a progressão/ regressão no processo desenvolvimental (Ferreira & Hood, 1990).

Deste modo, os sete vetores apresentam-se como: (1) desenvolvimento do sentido de competência, que inclui qualidades físicas (respeitantes a aspetos atléticos e artísticos, à auto-disciplina e à competitividade) e interpessoais (respeitantes a habilidades e ferramentas de escuta, compreensão, comunicação e funcionalidade em diferentes tipos de relação); (2) desenvolvimento e integração das emoções, visto que este é um período de grandes oscilações a nível de sentimentos e emoções, sendo essencial reconhecer estados emocionais e sentimentos negativos, assim como saber lidar com os mesmos; (3) desenvolvimento da autonomia em relação à

interdependência, com a conseqüente evolução da independência emocional face ao grupo de suporte e instrumental; (4) desenvolvimento das relações interpessoais, sendo que este se divide em dois aspetos: tolerância e capacidade para lidar com as diferenças e capacidade de criar intimidade; (5) desenvolvimento da identidade, que conseqüentemente engloba o desenvolvimento ocorrido nos seguintes fatores: conforto com o corpo e aparência; conforto com o género e a orientação sexual; sentido de identidade nos contextos social, histórico e cultural; clarificação do auto-conceito e do estilo de vida; auto-aceitação e autoestima; e estabilidade e integridade pessoais; (6) desenvolvimento de um sentido de vida, que pressupõe tomar decisões para o futuro tendo por base objetivos de carreira, aspirações pessoais e compromissos com a família e consigo mesmo; e (7) desenvolvimento da integridade, face aos seus valores, crenças e objetivos e, simultaneamente, ser capaz de pensar nos pontos de vista do outro (Chickering & Riser, 1993).

Por fim, à que salientar que apesar de Chickering e Reisser (1993) terem concluído que os diferentes vetores tendem a estar organizados sequencialmente e não excluindo as diferenças individuais no desenvolvimento psicossocial, os estudos realizados demonstraram que os três primeiros vetores surgem em associação com os três primeiros anos do curso, sendo que os restantes correspondem, geralmente aos últimos dois anos (Varelas, 2011).

Em suma, é de salientar que a entrada na universidade apresenta-se, essencialmente, como um período de aprendizagens, visto que os(as) jovens chegam “formatados(as)” às suas vivências anteriores, em que as expectativas e exigências se apresentam no geral mais ténues e é aqui que se deparam com uma mudança das mesmas, existindo a tendência para esperar que os(as) jovens se apresentem mais pró-ativos(as) e mais autónomos(as) e independentes não só na área académica, como na área pessoal e social, para que desta forma possam encarar as responsabilidades da vida adulta e serem capazes de tomar as suas próprias decisões.

2. O Adulto Emergente e a Vivência da Sexualidade

A sexualidade é algo que, pela sua ligação à natureza humana é tão primitiva quanto ela, evoluindo com o homem e, conseqüentemente, adaptando-se à complexa realidade da condição humana. Uma vez que, a sexualidade, de modo geral, se pratica na intimidade, os seus pontos de referência são escassos e frequentemente distorcidos, o que propicia a existência de inúmeros tabus acerca da mesma, dificultando a sua abordagem (Antunes, 2007).

A sexualidade humana é uma realidade que engloba aspetos biológicos, psicológicos e sócio-culturais, ou seja, desde o nascimento que o indivíduo e logo as suas representações e vivência da sexualidade são influenciados por aspetos externos, como a família, a sociedade e a cultura (Antunes, 2007).

Posto isto, a sexualidade, as suas expressões e as consequências dos comportamentos sexuais têm mudado ao longo das décadas, sendo certo que: (1) de década para década, a visão da sexualidade foi-se alterando; (2) as atividades sexuais são vistas de diferente forma de sociedade para sociedade, sendo que em algumas são condenadas, noutras toleradas e defendidas nas restantes e (3) em muitas sociedades, o significado de um ato sexual depende do contexto em que a ação é realizada. São exemplo disso, as diferenças encontradas entre as décadas de 60 e 80, onde se assistiu a um aumento da atividade sexual entre os(as) jovens e a um decréscimo da idade da primeira relação sexual. Progressivamente, os(as) jovens deixaram de associar a sexualidade ao casamento e à procriação, passando a assistir-se a uma sociedade mais permissiva em relação à sexualidade juvenil (Antunes, 2007).

Atualmente, a atitude da sociedade ocidental perante a sexualidade é diferente, dado verificar-se uma liberalização nos costumes e condutas sexuais dos indivíduos, de que resulta o passar a considerar-se como normal, a possibilidade de tantos os homens como as mulheres poderem ter relações sexuais pré-conjugais. Nesta perspetiva, as relações sexuais não aparecem como o termo de um contrato ou envolvimento amoroso, podendo iniciar-se mesmo sem prelúdio e totalmente separadas de qualquer expressão de sentimentos entre os(as) parceiros(as). Tal como acontece com outros valores da nossa sociedade, a maior liberalização dos costumes sexuais, levou os(as) jovens a manifestar atitudes cada vez mais tolerantes e permissivas, apesar destas atitudes variarem em função de fatores como o sexo, a idade ou o tipo de condutas desejadas. Esta tendência resulta da diminuição do peso de alguns valores sociais que fomentam essa dupla moralidade, como a virgindade feminina, as expetativas sociais referentes ao comportamento sexual dos homens (onde o maior número de experiências corresponde a mais valorização social) e das mulheres, onde se verifica o contrário (o maior número de experiências leva a menor valorização social), a aceitação das relações pré-matrimoniais só para os homens, etc. (Roche & Ramsbey, 1993; Zani, 1991). Sem dúvida algumas destas diferenças diminuíram, mas não desapareceram pois apesar de se verificar uma homogeneidade progressiva de comportamentos, ainda se observam algumas assimetrias entre os indivíduos de um e outro sexo. As raparigas, segundo a revisão de literatura de Martinez Alvarez (2000) parecem manter uma orientação mais responsável e idealista da sexualidade, enquanto os rapazes se

mostram mais permissivos, instrumentais e detentores de controlo e do poder das relações sexuais.

Desta forma, as atitudes e os comportamentos sexuais emergem em função dos significados e normas existentes na sociedade da qual o(a) jovem faz parte, ou seja, o modo como os(as) jovens interatuam e se relacionam sexualmente resulta dos modelos de comportamento e atitudes encontradas no contexto familiar e social (Martins, 1995; Giddens, 1996 cit in Antunes, 2007). Deste modo, a sexualidade é das características humanas mais determinadas e moldadas pelo processo de socialização. O que somos, pensamos, fantasiemos, desejamos e fazemos ao nível sexual é resultado de um processo contínuo de aprendizagens, interações e reflexões realizadas em todos os percursos de vida e atividades humanas: o contexto familiar, as relações entre os pares e os contextos sociais (Sprinthall & Collins, 1994).

Por estes motivos de caráter social, Gagnon e Simon (1973; Simon & Gagnon, 1986, 1987 cit in Alferes, 2006) introduziram o conceito de *script* sexual. Os *scripts* sexuais podem ser definidos como esquemas (socialmente construídos) de atribuição de significação e de orientação (direção) da ação. No interior de uma dada cultura, os *scripts* sexuais especificam: a) quem são os possíveis parceiros(as) sexuais; b) em que circunstâncias – onde e quando – é apropriado comportamo-nos sexualmente e que tipo de atividades – o quê e como – nos é “permitido”; c) quais os motivos ou razões – porquê – que nos levam a comportar de modo sexual (Gagnon, 1977 cit in Alferes, 2006).

Simon e Gagnon (1987 cit in Alferes, 2006) definem, ainda, os *scripts* interpessoais como “as representações do eu” e das “imagens implícitas” do(s) outro(s) que facilitam a ocorrência de trocas sexuais”. A comunicação representa um dos aspetos centrais nos *scripts* interpessoais, uma vez que é através dela que “um encontro sexual potencial se transforma numa troca sexual explícita”.

Por outro lado, é possível identificar um determinado número de fatores que, em maior ou menor grau, são responsáveis pelas “preferências relacionais” que especificam a generalidade dos fenómenos de atração. Entre esses fatores, para além da familiaridade e do motivo de afiliação, contam-se a beleza física, as semelhanças interpessoais e as avaliações (apreciações) positivas.

A beleza física constitui um dos fatores ou atributos pessoais cuja influência na génese das relações interpessoais tem sido sistematicamente investigada durante as duas últimas décadas. De acordo com a generalidade dos estudos (Berscheid, 1985, 1986; Berscheid & Reis, 1998; Berscheid & Walster, 1974^a cit in Alferes, 2006), os efeitos positivos da beleza física sobre a atração revelam-se consistentes através das idades, dos sexos e das categorias socioeconómicas.

Convém notar que a avaliação da beleza física não depende exclusivamente dos atributos objetivos, sendo igualmente, influenciada por fatores de natureza situacional (ex. efeitos de contraste: em geral os indivíduos subavaliam a beleza de uma fotografia depois de terem observado uma série de fotografias de indivíduos mais atraentes – Kenrick, Gutierrez & Goldberg, 1989; Wedell, Parducci & Geiselman, 1987 cit in Alferes, 2006) e mediatizada por estados emocionais e/ou motivacionais (ex. a ativação fisiológica conduz à sobreavaliação da beleza – White, Fishbein & Rutstein, 1981 cit in Alferes, 2006).

Deste modo, o corpo e os movimentos expressivos do outro constituem, obviamente, o principal estímulo sexual externo. Em particular determinadas “regiões” possuem valor erótico diferencial (ex. as zonas ditas erógenas ou certas partes do rosto como lábios). Contudo, a própria percepção do corpo como “excitante” é influenciada pelos *scripts* sexuais. Porém, a probabilidade de ocorrência de respostas sexuais é influenciada pelas respostas emocionais positivas ou negativas (ex. ansiedade, culpabilidade) associadas ao sexo.

Para além das respostas emocionais em sentido estrito, as orientações avaliativas ou atitudes relativas à sexualidade (ex. permissividade) condicionam, igualmente, a probabilidade de ocorrência dos comportamentos sexuais. As informações, “objetivas” ou “distorcidas”, que os indivíduos têm sobre a sexualidade são suscetíveis de moldar os seus comportamentos, gerando expectativas positivas ou negativas relativamente às eventuais consequências das suas ações. Entre essas informações, contam-se as que se referem ao uso de contraceptivos, as relativas ao próprio desenrolar dos atos sexuais e aos “riscos” que comportam.

Por fim, conclui-se que a sexualidade representa um percurso variável de indivíduo para indivíduo, dependente de inúmeros fatores socioculturais e da disparidade de desenvolvimento físico e psico-afetivo. Deste modo, na maioria das sociedades, a sexualidade não se circunscreve às situações românticas ou amorosas, e o desejo sexual constitui um dos componentes principais das relações passionais (Berscheid, 1988 cit in Alferes, 2006; Alferes, 1997 cit in Alferes, 2006).

Revela-se, então, importante que os homens e as mulheres devam educar-se para conhecer a sua sexualidade e vivê-la de maneira saudável, responsável e segura, independentemente de pertencer a um ou a outro sexo, uma vez que o conceito de democracia sexual passa pela noção de responsabilidade que cada um tem do seu próprio destino sexual, de tal modo que cada pessoa possa viver as diferentes possibilidades de sexualidade, em cada idade e de acordo com o modo como a pessoa ou pessoas implicadas o desejem. Contudo, não podemos esquecer que tudo o que somos e vivenciamos tem lugar num determinado contexto cultural e social, com seus

valores, normas e costumes, que, de algum modo, regulam a expressão e manifestação da sexualidade.

2.1. A sexualidade e a Religião

Como já visto, a adultez emergente é um período de exploração, sendo que esta pode ser mais intensificada pela experiência de viver longe de casa pela primeira vez e viver rodeado de diversas atividades sociais, políticas e religiosas.

Com isto, a transição da adolescência para a adultez, tende a levar os indivíduos a serem mais comprometidos com a sua religião e, conseqüentemente, as suas crenças religiosas tornam-se mais intrínsecas (Lefkowitz, Gillen, Shearer & Boone, 2004). Porém, quando se está longe do lar, as práticas religiosas desenvolvidas no seio familiar podem dar lugar a oportunidades de examinar diferentes religiões e crenças (Arnett, 2000).

Contudo há duas áreas particulares que podem surgir interligadas durante o período de maturação – a sexualidade e a religião (Arnett, 1992; Hoge, Johnson & Luidens, 1993). Segundo Zaleski e Schiaffino (2000), os indivíduos tendem a determinar os seus comportamentos e atitudes sexuais consoante as suas crenças religiosas, sendo que desta forma a religião pode influenciar algumas decisões relativas às relações sexuais, como a abstinência, o controlo da natalidade e o aborto (Lefkowitz et al., 2004).

Holder et al. (2000 cit in Lefkowitz et al., 2004), ao estudarem as associações entre a religião e os comportamentos e atitudes sexuais chegaram à conclusão que: (1) os indivíduos mais religiosos apresentam mais probabilidade de serem sexualmente abstinentes, iniciarem a sua vida sexual mais tarde, terem menos parceiros(as) sexuais e usarem preservativo com menos frequência que os indivíduos menos religiosos; (2) os indivíduos mais religiosos tendem a apresentar atitudes sexuais mais conservatórias do que os indivíduos menos religiosos; (3) os indivíduos mais religiosos tendem a achar-se mais vulneráveis ao HIV do que os indivíduos menos religiosos; e (4) os indivíduos mais religiosos tendem a apresentar atitudes menos positivas e menor auto-eficácia relativas ao uso de preservativo do que os indivíduos menos religiosos.

Por sua vez, a descrença na igreja e a fraca identificação com as crenças religiosas estão, segundo alguns autores, associadas a um aumento do consumo de álcool e das atividades sexuais entre os(as) estudantes universitários(as) (Cochran & Beeghley, 1991; Reed & Meyers, 1991; Haerich, 1992).

Também, segundo o estudo de Zaleski e Schiaffino (2000) e de Martinez Alvarez (2000), os(as) estudantes que se apresentaram sexualmente mais ativos(as)

apresentaram, menores níveis intrínsecos e extrínsecos de religiosidade, sendo que uma maior identificação religiosa poderá levar os(as) mesmos(as) a tomarem decisões menos arriscadas relativamente aos comportamentos sexuais. Estes dados parecem ir contra os resultados do estudo de Holder et al (2000 cit in Lefkowitz et al., 2004) anteriormente referido, segundo o qual a religiosidade pode representar um fator de risco no que diz respeito ao sexo desprotegido.

Em suma, ser crente ou não parece ter consequências positivas e negativas, visto que os indivíduos mais religiosos podem apresentar-se mais preocupados na altura de tomar decisões face as suas escolhas sexuais (como a iniciação à sexualidade), apresentando-se no entanto, no que diz respeito ao ato sexual menos prudentes (por exemplo, no uso do preservativo) do que os indivíduos menos religiosos. Porém, os estudos relativos à temática religiosidade – sexualidade, muitas das vezes não exprimem as alterações nas crenças religiosas, nomeadamente as resultantes do aumento da descrença verificada nos(as) jovens de hoje.

2.2. One-night Stand

À entrada da adultez emergente, os(as) jovens encontram-se preparados para dar continuidade à exploração e à experimentação sexual, iniciadas na adolescência (Mosher, Chandra & Jones, 2005 cit in Lyons et al., 2010), o que faz com que se observe um crescente interesse face às atitudes sexuais. Por este motivo, há um aumento dos comportamentos sexuais, revelando-se cada vez mais de forma ocasional, pois segundo Paul (2006) a fase da adultez emergente é o período do ciclo de vida em que o sexo ocasional pode ser visto como um comportamento normativo.

O sexo ocasional pode ser denominado de diversas formas, sendo que, tanto os leigos como os investigadores utilizam designações, como: *one-night stands* (Cubbins & Tanfer, 2000, cit in Varelas, 2011; Simpson & Gangestad, 1991a), *hookups* (Paul et al., 2000), *chance encounters* (Fisher & Byrne, 1978, cit in Grello, Welsh & Harper 2006), *sociosexuality* (Simpson & Gangestad, 1991a), *anonymous sex* (McGuire, Shega, Nicholls & Deese, 1992, cit in Grello et al., 2006), *casual sex* (Regan & Dreyer, 1999, cit in Grello et al., 2006) e *brief affairs* ou ligações temporárias (Buss & Schmitt, 1993, cit in Eshbaugh & Gute, 2008), *meaningless sex* (Solomon & Taylor, 2000, cit in Grello et al., 2006), *friends with benefits* e *booty call* (Marklein, 2002, cit in Grello et al., 2006). Contudo, no presente estudo, será apenas utilizada a definição de *one-night stand* (Cubbins & Tanfer, 2000, cit in Varelas, 2011; Simpson & Gangestad, 1991a).

O *one-night stand* não tem uma definição universal, existindo diferentes versões de diferentes autores. Glenn & Marquardt (2001) definem-no como sexo sem compromisso entre estudantes, onde duas pessoas de sexos opostos ou do mesmo sexo ficam juntas para um encontro físico e não esperam, necessariamente, algo mais, ou seja, não planeiam qualquer tipo de atividade em conjunto que se estenda para além desse mesmo envolvimento (Hamilton & Armstrong, 2009). Por outro lado, Paul et al. (2000), definem como um encontro que pode incluir, ou não, relações sexuais, normalmente ocorrendo numa única ocasião entre duas pessoas que são desconhecidas ou pouco conhecidas. Desta forma, a tendência é ocorrer entre estranhos, mas usualmente também poderá acontecer entre amigos, colega de turma ou com outras pessoas que possam de alguma forma ser familiares (Bogle, 2008; Grello et al., 2006; Kalish, 2007).

Por estes motivos, Paul e colaboradores (2000, p.76) sugerem que dentro dos *one-night stands* exista uma distinção entre dois sub-tipos: (1) *hook up*, que, como visto é um encontro sexual, usualmente, numa só ocasião entre duas pessoas que são estranhas ou apenas conhecidas e que se rege por três aspetos: as duas partes não estão envolvidas numa relação de compromisso, o encontro é de curta duração e há uma variedade de comportamentos sexuais que permitem catalogá-la como *hook up*; (2) *friends with benefits*, que surge como “a ocorrência de relações entre amigos(as) em que os indivíduos se envolvem em atividades sexuais, mas não definem a sua relação como romântica”, coexistindo a possibilidade de um envolvimento a longo termo e a adição de uma amizade entre os(as) dois(duas) parceiros(as) (Eshbaugh & Gute, 2008; Epstein, Calzo, Smiler & Ward, 2009).

É de salientar que o *friends with benefits* é visto como uma oportunidade dos(as) estudantes fazerem parte da “cultura *one-night stand*”, encaixando-se da mesma forma nos seus grupos de pares, continuando a desenvolver-se sexualmente sem ter que ter relações sexuais com estranhos (Bogle, 2007a). Deste modo, o *friends with benefits* revela-se uma maneira dos(as) estudantes escolherem parceiros(as) ocasionais com quem se sentem seguros devido à familiaridade (Stinson, 2010).

Deste modo, a maioria dos autores concordam que o *one-night stand* envolve práticas de sexo ocasional, incluindo qualquer coisa desde beijar a relações sexuais. Devido ao *one-night stand* ser, raramente, um evento planeado (Paul & Hayes, 2002, cit in Stinson, 2010) os(as) parceiros(as) raramente constroem uma relação depois do encontro.

Algumas pesquisas têm considerado várias correlações nos comportamentos e nas atitudes relativas ao sexo ocasional (com coito ou não coital), com os seguintes fatores: fatores psicológicos (predisposições da personalidade; autoestima; busca de

sensações); fatores psicológicos relacionais (estilos de ligação; estilos de amor; medos; intimidades) e fatores sociais (uso do álcool; género do parceiro) (Paul, McManus & Hayes, 2000).

Posto isto, há também que considerar a influência do contexto nas práticas de *one-night stand*, sendo referido em diversos estudos que o contexto universitário se apresenta como privilegiado para este tipo de comportamentos.

O ambiente universitário é conhecido como encorajador das atividades sexuais nos(as) jovens adultos(as) (Chng & Moore, 1994, cit in Stinson, 2010; Paul, McManus & Hayes, 2000) e os encontros para sexo ocasional, são mais aceites. Bogle (2007b, 2008 cit in Stinson, 2010), refere até que o *one-night stand* ocupa um lugar central nas relações heterossexuais que ocorrem no tempo da vivência universitária. No estudo de Paul et al. (2000), é revelado que 78% dos(as) alunos(as) universitários(as) já se envolveram num *one-night stand* onde não ocorreram relações sexuais e 30% dos(as) estudantes universitários(as) já se envolveu num *one-night stand* onde ocorreu relações sexuais. Outras razões, encontradas por Glenn e Marquardt (2001, cit in Fielder & Carey, 2010), relativamente aos(as) estudantes universitários(as), revelam-nos que o envolvimento em sexo ocasional pode advir do desejo de ser livre e descomprometido, visto que o mesmo permite, por um lado a interação sexual desejada e pretendida e, por outro, torna possível a manutenção da liberdade e independência.

Em termos do conceito é importante referir que o *one-night stand* e o *dating* (encontro) não são equivalentes. O *dating*, na visão dos(as) estudantes, são duas pessoas que já sendo um casal, saem juntos ou quando duas pessoas têm um evento formal (Bogle, 2008, cit in Stinson, 2010; Glenn & Marquardt, 2001). Ao contrário do *one-night stand* este comportamento não é o cerne das relações universitárias e os(as) estudantes solteiros raramente conhecem outros através do tradicional *dating*.

Do mesmo modo, os *scripts* sexuais do *dating* e do *one-night stand* são diferentes (Bogle, 2008, cit in Stinson, 2010; Kalish, 2007, cit in Stinson, 2010), visto que o *script* dos *one-night stands* enfatiza o *flirt* e os sinais não verbais, seguido por alguma forma de interação sexual (beijar, sexo oral, estimulação sexual) em cada parceiro(a), sem haver comunicação do que se está a passar, acabando quando um dos(as) dois(duas) vai embora, adormece, chegam ao *climax* ou quando o encontro é interrompido (Kalish, 2007, cit in Stinson, 2010; Paul & Hayes, 2002, cit in Stinson, 2010). Por consequência, os(as) parceiros(as) de *one-night stand* raramente acabam num *dating* e o encontro sexual não é o reflexo de intimidade emocional ou de compromisso (Bogle, 2007b, 2008, cit in Stinson, 2010; Paul et al. 2000). Por outro lado, os *datings* tradicionais envolvem conhecerem-se um(s) ao(à) outro(a) durante o tempo que passam juntos(as), compromisso emocional de ambos(as) e intimidade física de

cada parceiro(a) e, em alguns casos, um potencial casamento ou, mais usualmente, numa relação a longo prazo.

Por fim, há que salientar as diferenças em função do género, no que diz respeito ao envolvimento em relações de sexo ocasional, existindo uma predisposição relativamente ao sexo masculino (Buss, 1988, cit. por Grello et al., 2006; Hill, 2002).

Os resultados encontrados demonstram que o sexo feminino é mais conservador face às atitudes sexuais do que o sexo masculino, sendo este, pelo contrário mais permissivo (Hendrick, Hendrick, Slapion-Foote, & Foote, 1985; Sprecher & McKinney, 1993, cit in Hendrick & Hendrick, 1995) e frequentemente identificado como o sexo com maior número de parceiros(as) sexuais ocasionais.

Porém, existe uma percentagem cada vez maior de mulheres a envolverem-se em sexo ocasional e com o evoluir da sociedade e dos papéis sociais de cada género a diferença entre ambos tenderá a diminuir. Contudo, os motivos para o envolvimento em sexo ocasional continuam a ser diferentes para as mulheres, que, usualmente, tendem a acreditar que ao incorrer em comportamentos deste tipo, estarão a conhecer as necessidades dos(as) seus(suas) parceiros(as), a dar sustento e conforto (Hill, 2002), a satisfazê-los e a aumentar a intimidade numa potencial relação (Impett & Peplau, 2003), suportando, assim, o facto de que o sexo feminino se envolve em relações de sexo ocasional com vista a construir uma relação séria (Regan e Dreyer, 1999 cit. por Owen & Fincham, 2011). Por outro lado, os homens não demonstram interesse em se envolverem em *one-night stands* que possam envolver a ideia de relação amorosa (Bogle, 2008). Outros autores, acrescentam ainda que, devido às novas perspetivas socioculturais, o sexo feminino tende a valorizar mais os objetivos em relação à carreira em detrimento das relações interpessoais (Stepp, 2007, cit. por Fielder & Carey, 2010). Deste modo, existindo a visão de que um relacionamento sério será um entrave à sua carreira profissional, as mulheres tendem, cada vez mais, por optar por relacionamentos fugazes e relações sexuais ocasionais (Stepp, 2007, cit. por Fielder & Carey, 2010).

Em suma, reconhece-se que existem variações do *one-night stand* que atribuem ao mesmo um *continuum* entre praticar qualquer tipo de relações sexuais com indivíduos desconhecidos e manter uma relação de sexo ocasional com amigos(as) ou colegas, sem que para isso se tenha de manter uma relação de namoro. Porém, seja qual for a natureza da relação estabelecida, existem fatores que devem ser levados em conta quando nos questionamos do porquê dos(as) estudantes universitários(as) tenderem a preferir os relacionamentos fugazes e sem compromisso aos relacionamentos que acarretam compromisso. É também importante entender as razões que levam a que uns indivíduos prefiram o *hookup* e outros deem preferência ao *friends*

with benefits, ponderando desta forma quais as consequências advindas de ambos os comportamentos e em que circunstâncias os mesmos podem acontecer.

“We run risks. Most of the time we ignore them; sometimes we stop and decide how to deal with them. That’s life.”

(Nichols, 2000)

1. Risco

A palavra “risco” é definida como a possibilidade de um acontecimento futuro e incerto ou perigoso, sendo um comportamento de risco definido pela literatura como qualquer ação que possui pelo menos um consequência incerta. Desta forma, o termo “risco” aparenta ser algo de objetivo. Porém, quando o olhamos a partir da perspectiva de cada sujeito, apercebemo-nos da sua dimensão subjetiva, que faz com que não seja percecionado da mesma forma por nenhum de nós.

Todos nós tentamos, de uma forma ou de outra, evitar o risco. Muitas vezes, sem nos apercebermos, o nosso cérebro “defende-nos” automaticamente de certos riscos diários, que, na maioria das vezes, nós ignoramos, pois caso contrário, estaríamos em constante sobressalto.

Porém, se pararmos para pensar nos diversos riscos que existem na nossa vida quotidiana, deparamo-nos imediatamente com alguns, desde os riscos naturais (terramotos, inundações) aos riscos tecnológicos (acidentes rodoviários, consumo de medicamentos), passando pelos riscos sociais (crise económica, desemprego) e pelos riscos de saúde (doenças contagiosas, hábitos de vida pouco saudáveis). Para além disso, nos tempos que correm, a palavra risco está presente em diversos objetos do dia a dia. No tabaco podemos nos deparar com frases que indicam os riscos associados ao mesmo; os anúncios televisivos alertam-nos para diversos riscos como os rodoviários ou aconselham-nos a evitar outros riscos através de mensagem subliminares como “beba com moderação”; nos brinquedos para crianças encontramos avisos como “risco de asfixia”; e a toda a hora estamos a ser alertados para doenças e de como evitar o risco de contágio.

Alguns riscos deixam-nos alarmados e conduzem-nos automaticamente a mudanças de comportamento de modo a evitarmos-los. Porém, existem outros, dos quais nem se quer temos consciência, da mesma forma que existem riscos com efeitos imediatos (e.g.: sismo) e outros com efeitos a longo prazo (e.g.: poluição) (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011).

Os riscos fazem-se acompanhar de decisões, que temos diariamente que tomar, “seja em relação ao que comemos, o que vestimos, que transportes usamos, que medicamentos tomamos, com quem dormimos” (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011). Consequentemente, essas decisões colocam-nos na situação de avaliadores do risco, sendo que, na maioria das vezes, temos de decidir instantaneamente ou em relativamente pouco tempo, sem termos acesso a toda a informação necessária que nos providenciaria uma boa decisão (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011). Deste modo, as pessoas não tomam as suas decisões baseadas nas estatísticas ou modelos computacionais perfeitos e têm em consideração dimensões que não são analisadas pelos especialistas de risco. Por isso, quando o público e os especialistas têm avaliações diferentes não será pelo facto das pessoas serem ignorantes ou iletradas, mas apenas, porque a sua forma de avaliar os riscos difere da dos especialistas.

Deste modo, tendo em conta que no nosso simples quotidiano nos deparamos com potenciais situações de risco é importante compreender como é que o indivíduo percebe os riscos que o rodeiam e, consequentemente, como adapta o seu comportamento a essa percepção.

No contexto do presente estudo, é essencial compreender quais os riscos que mais afetam os adultos emergentes, mais concretamente os(as) estudantes universitários(as). Como já visto anteriormente, a universidade apresenta-se como um contexto privilegiado no que diz respeito ao consumo de substâncias e ao maior interesse nas práticas sexuais ocasionais, sendo nestas práticas que os(as) jovens adultos se tornam grandes avaliadores do risco.

Alguns autores referem que o envolvimento em práticas sexuais ocasionais trazem consequências negativas, como sentimento de arrependimento, processos de auto-culpabilização e riscos para a saúde física e psicológica (Lambert, Kahn & Apple, 2003; Paul et al., 2000; Paul & Hayes, 2002 cit in Eshbaugh & Gute, 2008).

Posto isto é de extrema importância compreender o que envolve estes riscos e o que leva os indivíduos a correr os mesmos.

1.1. Riscos associados ao *One-Night Stand*

Como já visto, existem várias definições para *one-night stand*. No entanto, é reconhecido que esta prática acarreta alguns riscos, sendo frequentemente associada aos(as) estudantes universitários(as) ou mais concretamente, ao adulto emergente.

Em geral, as relações sexuais (coitais ou não) podem trazer alguns riscos, como a gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis, violação, assim como

outros riscos menos conhecidos, mas que podem trazer sequelas a níveis emocionais e psicológicos (Owen et al., 2011; Paul, McManus & Hayes, 2000). É, portanto, normal que os *one-night stands*, por envolverem muitas vezes sexo desprotegido e um largo número de parceiros(as) sexuais, sejam considerados comportamentos de alto risco. É com base nisto que Owen e Fincham (2011) demonstram nos seus estudos que os *one-night stands* não se assumem como experiências positivas para a maioria dos adultos emergentes, especialmente para o sexo feminino.

Porém, a prática de sexo ocasional não é isolada, visto existirem vários fatores que podem influenciar esse comportamento de risco e, conseqüentemente, o que lhe está associado. Deste modo, é de salientar que existem fatores sociais, interpessoais e da personalidade que, de certo modo, estão associados a comportamentos sexuais de alto risco.

Um dos grandes preditores do sexo desprotegido é o consumo de álcool ou outras drogas não injetáveis, antes de os indivíduos se envolverem em relações sexuais (Rabinowitz, 2004). Vários estudos mostram que o uso de substâncias desinibe a sexualidade das pessoas e facilita a incursão em sexo com múltiplos(as) parceiros(as), sexo com estranhos e sexo sem preservativo.

Na universidade é usual o consumo de bebidas alcoólicas, e sendo estas um excelente desinibidor das atividades sexuais, particularmente mais arriscadas (Desiderato & Crawford, 1995, cit in Paul, McManus & Hayes, 2000), o que contribui para que a universidade se torne um contexto privilegiado no que diz respeito aos *one night stands*.

Para muitos(as) psicólogos(as) que estudam a sexualidade, os comportamentos sexuais podem trazer aos indivíduos ameaças à sua saúde física e ao seu bem-estar. Para além disso, muitos(as) jovens não estão preparados(as) para as conseqüências e responsabilidades que provêm das relações sexuais e sofrem conseqüências negativas das mesmas.

Relativamente aos riscos físicos, o foco de investigação tem sido nas gravidezes inesperadas e nas doenças transmitidas por via sexual.

Uma gravidez pode acarretar várias mudanças na vida de uma mulher. Em adição aos nove meses de gestação e aos problemas associados, ela tem de suportar a primeira responsabilidade de criar uma criança por muitos anos (Trivers, 1972). Já um homem que engravida uma mulher pode, “teoricamente”, escapar a muitas dessas responsabilidades. Em adição ao facto de não ter de passar pelo período de gravidez, ele tem a habilidade de se “remover” das vidas da mãe e do filho. Potencialmente, ele é livre de ter relações sexuais com outra(s) mulher(es) e até de engravidá-la(s) (Eshbaugh & Gute, 2008).

Visto que a adultez emergente é uma passagem da adolescência para a adultez e na maioria das vezes a mulher ainda não atingiu a fase de maturação necessária e por, na generalidade, ainda estarem dependentes dos pais, uma gravidez nesta fase, acaba por ser muito semelhante à das mães adolescentes. Então, à semelhança das crianças de mães adolescentes, os filhos destas mulheres, têm mais probabilidade de sofrer de problemas físicos, emocionais, comportamentais e intelectuais e, conseqüentemente, têm mais probabilidade do que as outras crianças de sofrer de baixa nutrição e cuidados de saúde, de sofrer instabilidade familiar, abuso, negligência e de ter baixa performance na escola (Rabinowitz, 2004). Estas conseqüências são, por vezes, relativas ao facto destas mães, especialmente as que não são casadas, serem vistas como incapazes de providenciar às crianças os cuidados e os recursos que eles necessitam no mundo de hoje. Este tipo de gravidez é considerada um problema na sociedade, não só pelas crianças, mas também porque estas mulheres têm mais probabilidade em deixar a escola, viver na pobreza e necessitar de mais ajudas do que os seus pares.

O facto de existir consciência de que muitas implicações e responsabilidades estão associadas à gravidez, pode levar a que muitas mulheres tenham mais precaução do que os homens no que diz respeito a envolverem-se sexualmente com múltiplos(as) parceiros(as) (Buss & Schmitt, 1993, cit in Eshbaugh & Gute, 2008).

Outro grande foco dos estudos relativos às relações sexuais ocasionais, é a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, dando-se grande ênfase ao HIV. Tem sido reportado que a incidência de doenças sexualmente transmissíveis na população em geral tem diminuído, enquanto que nos adolescentes e jovens adultos tem aumentado. As explicações para este facto devem-se: aos elevados níveis de atividade sexual; múltiplos(as) parceiros(as) sexuais; uso de substâncias ilegais; planeamento familiar deficitário; otimismo irreal (i.e. percepção de invulnerabilidade) (Tsitsika et al. 2014).

Desta forma, as doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV, representam um sério risco de saúde (CDC, 2011, 2012) e, há bastante tempo que são um foco de estudos e intervenção. A SIDA produziu um sentido de urgência nas ciências médicas, biológicas e sociais. A escala da epidemia, principalmente nos(as) jovens, e a ausência de tratamentos médicos de sucesso justifica a necessidade de avaliar o grau de risco das práticas sexuais, de modo a entender os antecedentes deste comportamento (Catania, Gibson, Chitwood & Coats, 1990 cit in Van der Pligt et al., s.d.).

Estudos revelam que no plano das práticas contraceptivas e de prevenção do HIV, o uso do preservativo corresponde, aproximadamente, a um terço das relações sexuais relatadas, cabendo outro terço à pílula e o restante à ausência de contraceção ou a

métodos ineficazes (Nodin,2001). Estes dados recolhidos apresentam-se preocupantes, levando à urgência de compreender este comportamento.

Encontrar um único comportamento de risco que leve à infeção por HIV é complicado e incerto, porém existe um grande fator que, por vezes, é ignorado: a falta de informação acerca dos(as) parceiros(as) sexuais (Van der Pligt et al., s.d.). As pessoas tendem a avaliar os riscos com base em fatores pouco relevantes, como a aparência física dos(as) seus(suas) parceiros(as) sexuais. Este erro de avaliação relativo ao grau de risco nas relações sexuais pode resultar em subestimação do risco de infeção por HIV (Van der Pligt et al., s.d). A dificuldade de uma avaliação adequada dos riscos pode, simplesmente, surgir pelo simples facto do parceiro(a) sexual nem sempre providenciar a informação correta acerca da sua história (Cochnan & Mays, 1990 cit in Van der Pligt et al., s.d) e, no que diz respeito às mulheres, tal falta de percepção acerca do risco de contágio de doenças sexualmente transmissíveis e a decisão de ter relações sexuais desprotegidas aumentam aquando da crença de que determinada relação sexual poderá levar a uma relação estável (Masters et al., 2013).

Por fim, há que salientar que, mesmo não sendo muito abordado, há outros riscos físicos que podem surgir aquando de uma relação sexual ocasional e que acabam por ser desvalorizados, que é o caso da agressão física e da violação. Diversos estudos realizados por Abbey et al. (2001), Abbey, Zawacki, Buck, Clinton e McAuslan (2003) e Abbey et al. (1998; 2000; 2002 cit in Gilchrist, Smith, Magee & Jones, 2010) analisaram uma grande prevalência de abusos sexuais entre os(as) estudantes universitários(as), sendo que a maioria dos casos tende a envolver álcool e a ocorrer em festas e bares (Abbey, 1996a cit in Abbey et al., 2001). Segundo LaBrie et al. (2008) e Parks et al. (2008 cit in Gilchrist et al., 2010), os(as) estudantes universitários(as) têm dez a vinte vezes mais probabilidade de se envolverem em agressões sexuais e físicas em dias onde consomem um elevado nível de álcool. Deste modo, o consumo de álcool está associado ao aumento do risco de abuso sexual e de agressão, sendo que o consumo do mesmo pelo abusador e pela vítima tende a coocorrer, ou seja, quando um dos dois se encontra a consumir bebidas alcoólicas, o outro está, geralmente, a consumir também, sendo raramente a vítima a única a consumir (Abbey et al. 1998; Harrington & Leitenberg, 1994 cit in Abbey et al., 2001).

Relativamente, ao abuso sexual, este é conhecido por epidemia silenciosa, visto que a maioria dos casos não são reportados por as vítimas terem medo de ser desacreditadas ou porque a maioria não apresenta ter a consciência de ter passado pelo que é definido como violação ou abuso sexual (Abbey et al., 2001). Este desconhecimento e falta de informação torna-se de certo modo preocupante, pois muitas mulheres alcoolizadas respondem mais passivamente numa situação de abuso

sexual do que as mulheres sóbrias (Davis, George & Norris, 2004; Norris et al., 2006; Stoner, Norris, George, Davis, Masters & Hessler, 2007) e, recorrentemente o álcool acaba por servir como justificção para o comportamento (Abbey et al., 2003).

Já no que diz respeito às sequelas emocionais e psicológicas, há que dar ênfase ao arrependimento e às consequências que o mesmo traz.

Zeelerberg (1999) define arrependimento como uma emoção negativa que alguém sente quando relembra o passado e imagina que o presente podia ser diferente se se tivesse comportado de forma distinta. Porém, o arrependimento pode resultar de duas causas: por atuar de uma certa forma ou por não ter atuado.

Com isto, num dos estudos realizados sobre o arrependimento, quando pedido para listar antigos arrependimentos, os participantes mencionaram mais raramente arrependimentos de inação (“não ter feito”) (Jokisaari, 2003). Os arrependimentos de inação duram mais do que os arrependimentos de ação, principalmente porque esses são mais subjetivos de imaginar o que poderia ter acontecido. Por outro lado os arrependimentos de ação são mais curtos em termos de duração mas emocionalmente mais intensos (Gilovich & Medvec, 1995; Gilovich, Medvec & Chen, 1995, cit in Eshbaugh & Gute, 2008).

Relativamente às relações sexuais, um estudo feito por Oswalt, Cameron e Koob. (2005) identificou quatro razões comuns para o arrependimento depois do sexo: a) as decisões tomadas pelos participantes eram inconsistentes com os seus valores (37%); b) o álcool influenciou as suas decisões (32%); c) os(as) parceiros(as) dos participantes não queriam as mesmas coisas que os participantes queriam (28%); e d) os participantes não usaram preservativo (25%).

O arrependimento nas relações amorosas é especialmente comum em jovens adultos que experimentam mais mudanças de relação e mais agitação do que os adultos mais velhos (Jokisaari, 2003). Por estas razões, 72% dos alunos universitários sexualmente ativos já se arrependeram pelo menos uma vez depois de uma atividade sexual, contra 35% que dizem nunca ter tido esse sentimento (Oswalt et al., 2005).

Paul, McManus e Hayes (2000) sugerem que algumas pessoas podem apresentar sentimentos de perda de controlo durante os *one-night stands* e arrependimento depois desses encontros. Outros estudos, como o de Campbell (2008) revelam que, depois de um *one-night stand*, 55% dos homens tiveram boas recordações contra 28% das mulheres.

Relativamente às más experiências aquando de um *one-night stand*, 23% dos homens indicaram algum arrependimento e referiram não voltar a repetir a experiência: “vazio absoluto e pouca conexão com a rapariga”, “no dia a seguir não consegues esperar por contar aos teus amigos, mas depois disso o vazio surge”, “um sentimento

profundo de *selfloathing*". No que diz respeito às mulheres, 58% indicaram algum arrependimento e referiram não voltar a repetir a experiência. Muitas mulheres sentem aflição relativa ao comportamento do seu parceiro(a) depois do evento, sentindo-se desrespeitadas. Por não estarem à espera de uma relação a longo prazo, muitas mulheres sentem um grande sentimento de rejeição: "sinto-me chateada porque ele não falou para mim depois de acontecer", "eu chamei-o algumas vezes depois de termos tido sexo; depois não falámos por um bom tempo depois disso. Em seguida quando nos voltámos a encontrar, ele fez entender que eu andava a persegui-lo. Ele lembrou-me que a noite que passámos juntos foi só uma *one-night stand*. Encontrei a sua arrogância irritante", "mesmo que eu não quisesse nada com ele, depois da *one-night stand* eu ia gostar de saber se ele gostou de mim", "senti-me desapontada quando não recebi uma chamada no dia seguinte só para dizer "obrigado". A chamada acabou por aparecer, mas depois já não era a mesma coisa" Campbell (2008).

Campbell (2008) revela, também no seu estudo, que algumas mulheres experienciaram o sentimento de perda de auto estima depois da experiência: "senti-me reles"; "horrorizada"; "senti-me degradante"; "fez-me parecer reles e fácil"; "totalmente arrependida"; "Eu geralmente sinto-me suja e infeliz"; "gostava de me sentir imaginada e desejada"; "Não resultou. Senti-me reles e suja depois", "eu tenho uma pobre imagem de mim mesma e o homem com que dormi foi uma real conquista. Ele era muito popular e era bem parecido".

Todos estes factos demonstram que o estado de arrependimento ou desapontamento terá tendência a surgir após uma *one-night stand*, tendo o género um papel importante na vivência do mesmo.

1.1.1. Fatores de influência

É de reconhecer que existem fatores que influenciam os indivíduos a terem comportamentos de risco e, no que diz respeito as relações sexuais de risco é possível identificar entre estes fatores como: o consumo de álcool e de substâncias e os contextos sociais específicos (discotecas, bares, festas); a influência social presente nos grupos em que estamos inseridos; e a perceção de invulnerabilidade.

Paul, McManus e Hayes (2010), referem que as potenciais características de um *one-night stand* são: "Nós não nos vamos voltar a ver", "Eu não me lembro porque o fizemos", "a única maneira de eu saber o que se passou é pelos meus amigos", "eu bebi", "o meu parceiro bebeu", "nós usámos preservativo", "nós usamos métodos de

controle da natalidade”, “senti pressão para me envolver em comportamentos sexuais” e “eu senti-me fora do controle”.

O álcool aparece na literatura como o maior fator de influência tanto do sexo ocasional, como do sexo desprotegido. Porém, muitas vezes, o álcool não aparece como um fator único e isolado. Cooper (2010 cit in Masters, 2010) concluiu que os fatores contextuais em conjunto com as características individuais afetam a relação entre o álcool e as relações sexuais seguras. Da mesma forma, Hendershot e George (2007), ao realizarem um estudo experimental, verificaram que em contextos específicos, o álcool pode aumentar as intenções dos comportamentos sexuais de risco.

O álcool aparece, em diversos estudos, associado ao sexo desprotegido, sendo que quem se encontra alcoolizado tende a usar menos frequentemente o preservativo, revelando-se com mais influência nos(as) estudantes universitários(as) (McNair, Carter & Williams, 1998; Brow & Varable, 2007; Masters et al., 2013). Acrescentando a esse facto, estudos experimentais revelaram que homens alcoolizados indicaram intenções mais elevadas de reagir negativamente e agressivamente à insistência do uso de preservativo por parte da parceira sexual (Davis, Norris, Hessler, Zawacki, Morrison & George, 2010).

Ao existir a associação de consumo de álcool a um baixo nível de contraceção, associa-se a esta os riscos de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Num estudo de Abbey et al. (2006 cit in Masters et al., 2013), os participantes eram submetidos à visualização de um filme onde se representavam parceiros(as) sexuais a diferentes níveis de risco. Concluiu-se, deste modo, que os participantes alcoolizados não diferenciavam os(as) parceiros(as) com elevado risco de doenças sexualmente transmissíveis dos(as) parceiros(as) com baixo nível de contágio. Já os indivíduos sóbrios indicavam, mais vezes, potenciais parceiros(as) sexuais com baixo nível de doenças sexualmente transmissíveis.

Seguidamente, é de salientar que cada vez mais mulheres têm a tendência de consumir álcool e de se envolverem em relações sexuais ocasionais. Borlagdan et al. (2010 cit in Gilchrist et al., 2010) realizaram um estudo com jovens dos 14 aos 24 anos e concluíram que o consumo de álcool providencia a algumas jovens a justificação para transgredir as normas associadas ao género, visto que desde sempre que existe a visão de que os homens têm maior número de relações sexuais retirando mais prazer das mesmas do que as mulheres, originado, desta forma, uma tentativa de mudança das mulheres face a esta visão. O'Brien (1999 cit in Gilchrist et al., 2010) revelou que a natureza das “culturas de beber” na universidade, combinando com o desejo de mudar os comportamentos associados ao género, têm um impacto significativo nas atitudes e

nos comportamentos das mulheres, originando, deste modo, um crescente comportamento sexual das mesmas.

Deste modo, Poulson et al. (1998 cit in Gilchrist et al., 2010) revelaram, no seu estudo, que 39% das estudantes universitárias usavam álcool para aumentar as suas experiências sexuais e no estudo de Wechsler, Davenport, Dowdall, Moeykens e Castillo (1994), 40% das mulheres afirmaram que por estarem alcoolizadas apresentaram comportamentos sexuais indesejados.

Seguidamente, muitas vezes aliado ao consumo de álcool aparece, também, o consumo de substâncias ilícitas (em grande parte de marijuana), sendo que os comportamentos sexuais de risco podem ser mais elevados em indivíduos que usam álcool e marijuana em simultâneo (Simons, Maisto & Wray, 2009). É de salientar que a prevalência para comportamentos sexuais de alto risco, para consumo de marijuana e consumo de álcool é mais elevado nos(as) jovens adultos (Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2007 cit in Simons et al., 2009).

Segundo Brooks-Gunn, Boyer e Hein (1988 cit in Nodin, 2001), o consumo de álcool ou drogas, pelo seu efeito, poderão incapacitar o juízo crítico, induzindo comportamentos de risco, sendo que um dos componentes cruciais relativo aos comportamentos sexuais de risco nos(as) jovens é o consumo dos mesmos (Tapert, Aarons, Sedlar & Brown, 2001).

Deste modo, o consumo de marijuana, cocaína e outras drogas ilícitas estão associadas a um aumento de relações sexuais, a um maior número de parceiros(as) sexuais e um maior nível de relações sexuais desprotegidas (Kingree, Braithwaite & Woodring, 2000; Tapert et al., 2001; Kingree & Betz, 2003 cit in Simons et al., 2009).

Segundo Tapert et al. (2001), um(a) jovem que consuma cinco ou mais bebidas, numa ocasião, tem três vezes mais probabilidade de não usar preservativo e um(a) jovem consumidor de marijuana tem duas vezes mais a probabilidade de não usar preservativo.

Outro fator a ter em conta é o facto de existir a perceção de que ao usar um método contraceptivo estaremos protegidos de eventuais riscos, como a gravidez inesperada ou a contração de doenças sexualmente transmissíveis. Existindo esta perceção, os indivíduos acabam por envolverem-se mais facilmente em comportamentos sexuais, de forma mais despreocupada por terem encontrado nos métodos contraceptivos um motivo para se envolverem em relações sexuais sem, aparentemente, correrem certos riscos.

Stinson (2010) refere que, com o crescer das festas universitárias, estas permitiram aos alunos encontrar alguém momentaneamente e para gratificar os seus desejos sexuais imediatos. Com isto, a capacidade de satisfazer as necessidades sexuais no

momento devem-se, em grande parte, ao aumento de contraceção, tais como preservativos e pílulas contraceptivas.

Seguidamente, é importante abordar outro aspeto que interfere não só nas decisões que tomamos como na maneira como nos comportamos – a influência social.

Hensley (1977) refere no seu estudo que os indivíduos tendem a envolver-se mais em comportamentos de risco quando se encontram em grupo do que quando estão sozinhos, fenómeno este que é conhecido como *risky shift*. Andrews, Tildesley, Hopps e Li (2002 cit in Gardner & Steinberg, 2005) e Horvath e Zuckerman (1993 cit in Gardner & Steinberg, 2005), referiram nos seus estudos que a influência dos pares revela-se como um importante preditor do envolvimento em comportamentos de risco durante a adultez emergente, sendo que os(as) jovens adultos, encontrando-se ainda na fase de transição da adolescência para a idade adulta tendem a dar continuidade aos comportamentos da fase anterior, revelando-se menos capacitados do que os adultos mais velhos a resistir à influência dos seus pares (Gardner & Steinberg, 2005).

Assim como os(as) adolescentes, os(as) jovens adultos tendem a passar mais tempo em grupo de pares do que os adultos (Brown, 2004 cit in Gardner & Steinberg, 2005), acabando por se envolver, mais facilmente em comportamentos de risco por estarem mais suscetíveis a essa influência. A teoria de Hogg, Turner, e Davidson (1990) sugere que os indivíduos mais conservadores tendem a ser mais conservadores quando estão num grupo que o assim é e, em contra partida, indivíduos que são mais inclinados a correr riscos tendem a optar pelas escolhas mais arriscadas quando estão em grupos em que se identificam.

Com isto, conclui-se que a presença de terceiros leva geralmente ao aumento de comportamentos de risco.

Por fim, há que dar ênfase a outro importante fator de influência, muito ligado às influências sociais anteriormente descritas e que é facilmente ignorado - a perceção de invulnerabilidade advinda do otimismo irreal (abordado mais à frente).

A perceção de invulnerabilidade varia consoante os determinantes sociais, como a família, amigos e parceiros, a experiência de vida, as crenças culturais e religiosas, bem como o ambiente envolvente. A estes fatores, adicionam-se outros que se prendem com variáveis individuais, sendo impossível conceber o indivíduo fora do seu meio sociocultural que lhe vai influenciar as atitudes e comportamentos (Nodin, 2001).

Esta perceção de invulnerabilidade depende assim de vários fatores. Porém se falarmos de doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV, é normal a sociedade fazer uma conotação com as minorias, visto que por muitos anos as mesmas eram detentoras desse estigma e vistas como as mais expostas à doença (Cláudio, Pereira & Robalo, 1996 cit in Nodin, 2001).O processo de estigmatização e de culpabilização dos

infetados teve como consequência que os indivíduos que não se considerassem como pertencentes aos referidos grupos se distanciassem dos mesmos e se percecionassem com imunes à doença e que, portanto, não tomassem as devidas precauções para evitar o contágio (Nodin, 2001).

Deste modo, a influência social, em certos casos como o da percepção de invulnerabilidade, pode atuar de uma forma nociva para o indivíduo, no sentido em que este pode ser induzido a ter comportamentos prejudiciais para a sua saúde.

Como visto até aqui, o ser humano poderá estar rodeado no seu quotidiano por riscos que, no geral, são idênticos para todos, porém em determinadas fases da nossa vida existem riscos mais específicos de uma fase para a outra. Como se pode ver, no que diz respeito ao adulto emergente, mais especificamente aos(as) estudantes universitários(as), estes(as) estão expostos(as) a riscos que muitas vezes são influenciados pela cultura universitária e que, com o avançar da idade se vão desvanecendo.

2. Perceção de Risco

O adulto emergente encontra-se numa fase de vida onde a exploração e a experimentação sexual, já iniciadas na adolescência, têm continuidade (Mosher, Chandra & Jones, 2005 cit in Lyons et al., 2010), o que faz com que se observe um crescente interesse face às atitudes sexuais. Porém, há um aumento dos comportamentos sexuais, revelando-se cada vez mais de forma ocasional. Para alguns autores, o envolvimento em práticas sexuais ocasionais trazem consequências negativas, como sentimento de arrependimento, processos de auto culpabilização e riscos para a saúde física e psicológica (Lambert, Kahn & Apple, 2003; Paul et al., 2000; Paul & Hayes, 2002 cit in Eshbaugh & Gute, 2008).

Posto isto, algumas questões são levantadas: Como é que os indivíduos percecionam os riscos a que estão sujeitos nesse tipo de relações? Porque é que se expõem voluntariamente a riscos conhecidos? Ou não serão assim tão conhecidos?

Segundo Slovic (1999), é possível compreender a percepção de risco como a forma pela qual as pessoas pensam acerca dos riscos, bem como o conjunto de crenças e valores que dão significado a cada um dos acontecimentos ameaçadores no contexto social de cada indivíduo.

Em consequência, é importante diferenciar risco real de risco percebido na compreensão de como os indivíduos percebem e respondem aos riscos, visto que não

é o risco real que influencia as decisões das pessoas, mas sim a percepção do risco que as mesmas têm (Slovic, 1999).

2.1. Paradigma Psicométrico do Risco

Os primeiros estudos sobre risco percebido foram desencadeados por Starr (1969) que procurava determinar o nível de risco tecnológico aceitável que a sociedade considerava correr, com base numa análise histórico-económica dos riscos e benefícios das diversas tecnologias. O autor assumiu que os registos dos acidentes e o preço das diversas tecnologias podiam revelar, de uma forma adequada, as opções ou preferências de uma sociedade, permitindo a predição de tendências sociais futuras.

Deste modo, o autor tentou identificar medidas de riscos ou custos associados a diferentes tecnologias ou atividades humanas e medidas de benefícios sociais das mesmas tecnologias ou atividades. Como medidas de custos de tecnologia, o autor utilizou o risco associado a essa tecnologia, isto é, a probabilidade estatística de morte por hora de exposição do indivíduo à atividade ou tecnologia considerada. Já como medidas de benefícios, foi operacionalizado a sua conversão em dólares/ano por sujeito. Assumindo que as vantagens que a atividade oferece são convertíveis nos seus preços de venda no mercado, Starr (1969) utilizou como medida de benefício o preço médio por hora dessa atividade, e no caso de atividades involuntárias o aumento do rendimento anual por pessoa derivado da utilização dessa tecnologia.

A colocação das diversas atividades e tecnologias num espaço a duas dimensões (custos vs benefícios) permitiu-lhe concluir que quanto mais benefícios uma atividade ou tecnologia traz, maiores são os riscos que a sociedade está disposta a correr, que aceitamos correr riscos maiores em atividades voluntárias do que em atividades involuntárias com o mesmo nível de benefícios e que o nível de risco tolerado para atividades voluntárias é semelhante ao risco de morte por doença. Deste modo, o autor defende que o risco de morte por doença parece funcionar como um limiar psicológico de aceitação das atividades voluntárias.

Este modelo desenvolvido por Starr (1969) foi alvo de algumas críticas por parte de um grupo de investigadores. Este grupo, encabeçado por Paul Slovic, considerava que o cidadão comum no seu dia a dia não dispõe dos dados nem cálculos que Starr utilizou para operacionalizar o seu modelo. Deste modo, parecia claro que as percepções das pessoas leigas dificilmente corresponderiam ao conceito de risco e de benefício utilizado por Starr. Para além disto, Slovic e Alhakami (1994) sugerem que risco e benefício podem estar inversamente relacionados, visto que, as pessoas podem

apresentar um carácter afetivo por determinada atividade ou tecnologia, facto que Starr (1969) não teve em consideração nos seus estudos. Ou seja, se uma atividade é alvo de apreciação afetiva positiva, a pessoa tende a considerar os riscos como baixos e os benefícios como altos, acontecendo o inverso.

Na sequência, dos estudos de Starr (1969), Fishhoff et al. (1978) delinearam um estudo em que pediram diretamente às pessoas para exprimirem as suas preferências face aos riscos e benefícios de trinta tecnologias e atividades. Neste estudo, não só pediram avaliações de risco e benefícios, mas também que as pessoas para avaliassem as tecnologias tendo em conta nove dimensões: 1) Voluntário – Involuntário; 2) Efeitos imediatos – efeitos retardados; 3) Conhecimento para as pessoas expostas – desconhecimento; 4) Conhecimento para a ciência – desconhecimento; 5) Controlável – incontrolável; 6) Novo – antigo; 7) Crónico – catastrófico; 8) Comum – terrível; 9) Consequências pouco graves – consequências fatais. Os autores pediam ainda uma estimativa do número de mortes, relativas ao ano anterior, atribuíveis a cada uma das atividades ou tecnologias apresentadas, bem como uma avaliação global do risco percebido. A análise fatorial das respostas dos sujeitos permitiu a obtenção de dois fatores. O primeiro, designado por risco tecnológico, oponha riscos novos, involuntários, e com consequências a longo prazo a riscos considerados comuns, voluntários, e com consequências imediatas. O segundo fator, designado gravidade do risco, opôs acontecimentos fatais, e catastróficos a acontecimentos com consequências pouco graves. Assim, Fishhoff et al. (1978) consideram esta metodologia mais fiável que a anteriormente usada, visto que: desvenda as preferências atuais das pessoas; permite que as pessoas considerem vários aspetos dos riscos e benefícios além dos dólares; permite recolher dados sobre vários tipos de ameaças permitindo o uso de métodos estatísticos para analisar várias influências nos resultados; e permite estudar a perceção de risco de uma forma muito mais profunda e global.

Posteriormente, Slovic et al. (1980) replicaram e estenderam o estudo anterior, a noventa tecnologias avaliadas em 18 dimensões, cobrindo assim uma área mais alargada de atividades, tecnologias e substâncias. Embora, a estrutura fatorial possa ter-se modificado significativamente devido ao facto de terem sido utilizados mais dimensões avaliativas, os autores chegam a resultados semelhantes ao do estudo de Fishhoff et al. (1978). A análise fatorial, permitiu a obtenção de dois grandes fatores. O primeiro, designado por risco assustador (*dread*), mostra uma associação entre a controlabilidade do risco e a sua gravidade. Ou seja, quando as pessoas pensam num risco que consideram com um elevado potencial de destruição, que representa um perigo para as gerações vindouras e que as afeta pessoalmente, simultaneamente consideram que é um risco para o qual não têm controlo e que não pode ser facilmente

reduzido. O segundo fator, designado de familiaridade, mostra que riscos com efeitos observáveis e consequências imediatas são também considerados como conhecidos para os próprios e para a ciência. Os riscos recentes e pouco conhecidos, pelo contrário, são percebidos como desconhecidos e com efeitos retardados. Por fim, foi encontrado um terceiro fator designado de exposição ao risco, que revelou que os riscos a que estão expostas muitas pessoas são percebidos como aqueles que ameaçam um menor número de pessoas.

Porém, os investigadores continuaram a criticar os aspetos marcadamente psicométricos dos diversos estudos realizados até então, o que levou ao aparecimento de novas perspectivas no estudo do risco surgindo, deste modo, novas visões.

2.2. Teoria Cultural do Risco

Short (1984) e Douglas e Wildavsky (1982 cit in Maia, 2010) demonstraram nos seus estudos que a perceção e a aceitação do risco têm as suas raízes em fatores sociais e culturais. O primeiro refere que os perigos são mediados por influências sociais transmitidas pelos amigos, família e parceiros(as) de trabalho e os segundos, acrescentam que as pessoas comportam-se conforme o grupo social, minimizando certos riscos e enfatizando outros como maneira de manter e controlar o grupo onde estão inseridos.

Por outro lado, Slovic (2000) refere que a maioria das pessoas depende do julgamento de riscos intuitivos e que, para além disso, a experiência com certos perigos provém dos media, que por vezes são documentados de forma imprecisa. Isto leva a que os riscos sejam percebidos de forma irreal e faz com que as pessoas considerem os riscos consoante as experiências que passam, direta ou indiretamente. Com isto, Slovic (2000) refere que há que ter em conta três dimensões essenciais: “medo do risco”, ou seja, o grau de medo que é invocado, associado à perceção de controlo e situação catastrófica; “desconhecimento do risco”, ou seja, o grau a que o risco é percebido ou conhecido; e número de pessoas envolvidas. Consequentemente, a avaliação dos riscos não é um processo que cada indivíduo faz isoladamente, sendo, pelo contrário, uma construção social em que o indivíduo atua como um ser social.

Conclui-se, deste modo, que os riscos são, habitualmente, definidos e percebidos consoante a influência de vários fatores psicológicos, sociais, institucionais e culturais.

Por esta razão, Slovic (2000) refere que diferentes pessoas percebem e concebem o risco de diferentes formas, sendo que alguns riscos alarmam-nos e

incentivam-nos a mudar o nosso comportamento e de outros nem se quer temos consciência (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011). Contudo, as pessoas de diferentes grupos sociais podem perceber os riscos de diferentes modos, dependendo do seu grupo de pertença e dos valores que lhe estão associados. Desta forma, certos riscos têm efeitos imediatos nos indivíduos e outros só apresentam efeitos a longo prazo.

Estes julgamentos são feitos através da análise de outras propriedades, como: o nível de perigo, que tem sido, hipoteticamente, utilizado para a quantificação da percepção de risco e dos comportamentos de risco; os benefícios que cada perigo traz à sociedade; o número de mortes causadas pelos perigos durante um ano “normal”; e o número de mortes causadas pelos perigos durante um ano desastroso (Slovic, 2000).

Porém, existem factos que podem ser generalizados à maioria da população. Frequentemente as pessoas apresentam uma percepção de risco muito elevada para riscos probabilisticamente menos frequentes do que para riscos de probabilidade várias vezes maior (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011), ou seja os riscos menores são superestimados e os riscos maiores são subestimados (Sjoberg, 2000).

Esta generalização do risco é algo que está, normalmente, associado aos outros, visto que as pessoas não fazem a mesma estimativa quando avaliam o risco para eles próprios, para a sua família ou para as pessoas em geral, existindo grandes diferenças entre as diversas percepções de risco. Os indivíduos consideram, correntemente, que os outros estão normalmente mais expostos aos riscos do que eles próprios. Este efeito tem por nome negação do risco, sendo este um importante fator no estudo da percepção de risco. Este acontecimento surge devido ao chamado otimismo irreal (a famosa crença de que “só acontece aos outros”), visto que, segundo Taylor (1989 cit in Taylor et al., 1992), o ser humano, para manter o bem-estar pessoal e a saúde mental, tem uma percepção não realista da realidade.

O ser humano utiliza um conjunto de ilusões positivas inerentes à organização percetiva da realidade, correspondendo a três níveis categoriais (Taylor, 1983 cit in Taylor et al., 1992; Taylor et al., 1988): autovalorização, ilusão de controlo e otimismo irreal, sendo que, o desenvolvimento dessas ilusões aparece como o reflexo do normal funcionamento cognitivo e é largamente ativado em situações de ameaça.

Relativamente à autovalorização, estudos salientam uma tendência para os indivíduos atribuírem a si próprios maior número de características positivas do que negativas, tendo mais facilidade em recordar informações positivas acerca de si próprios e dos sucessos alcançados, comparativamente com a informação negativa e dos fracassos (Taylor et al. 1988; Taylor, 1989 cit in Taylor, Kemeny, Aspinwall, Schneider, Rodriguez & Herbert, 1992).

Por outro lado, temos a ilusão de controle que é uma crença exagerada de ter a capacidade de controlar os acontecimentos. Os indivíduos tendem a sobrestimar as suas capacidades no controle das situações devido, por um lado, à sobrevalorização da ação sobre o meio e, por outro, à frequente confusão entre o que se deseja que aconteça e as capacidades possuídas para concretizar o pretendido.

Por fim, temos o otimismo irreal. Vários estudos demonstram a tendência para o indivíduo se perceber como imune face a acontecimentos negativos. Estes estudos revelam que a estimativa de probabilidades de o próprio viver um acontecimento negativo é sempre inferior comparativamente com a média dos indivíduos em geral e, inversamente, verifica-se uma sobrevalorização das probabilidades relativas do próprio de vivências de acontecimentos positivos. No geral, as pessoas tendem a ser otimistas acerca da probabilidade de vivenciarem uma grande variedade de eventos positivos na sua vida e de evitarem com sucesso variados eventos adversos (Markus & Nurius, 1986; Perloff, 1983 cit in McKenna, 1993; Weinstein, 1980, 1982, 1984 cit in Taylor et al., 1992). Muitas pessoas percebem ter chance de terem uma vida feliz, um casamento estável, crianças talentosas, um emprego satisfatório do que a média das pessoas, muito mais do que serem demitidos, divorciarem-se, tornarem-se depressivos ou terem uma grave doença. Desta forma, o otimismo irreal pode ser adaptativo ou desadaptativo. Taylor e Brown (1988) sugerem que o otimismo irreal acerca do futuro é normalmente adaptativo porque promove uma personalidade mentalmente saudável, sendo que algum otimismo pode ser particularmente adaptativo quando um indivíduo está a passar por circunstâncias ameaçadoras (Taylor, 1983 cit in Taylor et al., 1992).

Outro fator que se deve ressaltar são as diferenças que se encontram de indivíduo para indivíduo no que diz respeito à percepção de risco, sendo estas diferenças significativas entre leigos e especialistas. Os leigos, quando questionados sobre o número de mortes anuais têm estimativas idênticas às dos técnicos. Todavia, o seu julgamento de risco está mais relacionado com as características do risco, por exemplo, o potencial catastrófico e ameaça para as gerações futuras, tendendo a realizar uma avaliação mais centrada no número de mortes por ano (Slovic, 1987).

Segundo Morgan, Fischhoff, Bostrom e Atman (2002), as pessoas leigas geralmente percebem corretamente quais os riscos que são maiores ou menores, mas, pelo contrário, não julgam devidamente quais os mais perigosos. Um exemplo claro desta evidência é quando pedimos às pessoas para ordenar causas de morte e elas fazem-no adequadamente, mas quando se pede para descreverem a frequência das mesmas causas de morte eles tendem a sobrestimar causas pouco comuns (e.g. envenenamento) e subestimar causas mais comuns (e.g. ataque cardíaco) (Fischhoff et al., 1978).

Este resultado é explicado à luz da heurística cognitiva da disponibilidade (Tversky & Kahneman, 1974). Esta heurística explica o porquê das pessoas tenderem a sobrestimar a ocorrência de acontecimentos pouco vulgares e a subestimar a ocorrência de acontecimentos vulgares, ou seja, acontecimentos que ocorram poucas vezes mas que estejam mais disponíveis na memória terão um impacto muito maior nas nossas percepções do que acontecimentos que ocorrem muitas vezes mas que não estão tão disponíveis na memória. Esta heurística tem consequências importantes na comunicação de risco, porque a divulgação mediática de um perigo leva a um aumento da preocupação (Lima, 2005). Por exemplo, Morgan et al. (1985) mostram que os indivíduos quando leem um estudo sobre os efeitos da exposição a alta voltagem na saúde ficam mais preocupados com este tema, mesmo quando o texto não indica consequências negativas para a saúde.

Outra heurística que tem importância significativa na percepção de risco é a heurística da representatividade (Tversky & Kahneman, 1974; Lima, 2005). Esta heurística reduz a avaliação de probabilidades à avaliação das semelhanças entre o fenómeno a estimar e as representações que temos dele, ignorando as suas probabilidades anteriores ou a dimensão da amostra em que se baseiam os resultados. Por exemplo, Kraus, Malmforms e Slovic (1992) num estudo sobre os riscos toxicológicos para a saúde humana, verificaram que as respostas dos leigos diferenciavam-se em grande parte das respostas dos especialistas. Nomeadamente, os leigos são muito menos sensíveis ao grau de exposição e dosagens, ou seja, se a substância é perigosa não interessa a que quantidade ou a que grau de exposição é que a mesma é realmente perigosa, as pessoas simplesmente rejeitam qualquer tipo de contacto.

Com isto, podemos concluir que os indivíduos nem sempre reconhecem os riscos da forma mais correta. Porém, não é esse o fator que se apresenta como decisivo. Muitas vezes as pessoas envolvem-se em comportamentos de risco, mesmo sabendo que são arriscados, pelo simples benefício que essa atividade lhes possa trazer, desde a nível pessoal, a nível familiar ou social, “camuflando” os níveis de risco pelos processos cognitivos que vão criando para amenizar as decisões tomadas.

2.3. Diferenças de género na Percepção de Risco

Os primeiros estudos sobre percepção de risco começaram por revelar diferenças entre o sexo feminino e o sexo masculino. A partir daí, vários foram os estudos sobre

as diferenças de género no que diz respeito à perceção de diversos riscos e as possíveis causas de homens e mulheres percecionarem os mesmos riscos de forma diferente.

Com isto, são vários os estudos que documentam que os homens tendem a ver os riscos como menores e menos problemáticos do que as mulheres.

Num estudo de Flynn, Slovic e Murtz (1994, cit in Slovic, 1999), em que os indivíduos tinham de avaliar os riscos como: (1) pouco ou nenhum risco; (2) risco leve; (3) risco moderado; (4) alto risco para a sociedade; a maior percentagem de respostas de “alto risco” foi do sexo feminino, chegando-se à conclusão que os homens expressam menor preocupação por praticamente todos os riscos, ao contrário das mulheres.

Porém, os sexos opostos parecem não só avaliar os mesmos riscos de forma diferente, como também dão mais importância a uns riscos do que a outros, considerando riscos diferentes. Cutter et al. (1992 cit in Gustafson, 1998), referem que os homens e as mulheres não só percecionam os mesmos riscos de forma diferente, como percecionam riscos diferentes. Este facto pode-se verificar no estudo de Jakobsen e Karlsson (1996, cit in Gustafson, 1998), em que os mesmos referem que as mulheres são mais orientadas para a casa e para a família e, por isso, percecionam riscos que possam por em causa a sua família, as pessoas mais próximas de si e a sua casa (ex. fogo), tendendo, também, a mencionar riscos relativos a acidentes e a saúde. Já os homens não apresentam a mesma preocupação que as mulheres no que diz respeito a esse tipo de riscos, apresentando mais preocupação pelos riscos que estão relacionados com a sua vida profissional (ex. desemprego, problemas económicos).

Também Fischer et al. (1991 cit in Gustafson, 1998), descobriram diferenças de género na maneira de percecionarem os riscos de saúde, de segurança e ambientais. Neste estudo, as mulheres mencionaram frequentemente riscos ambientais enquanto os homens pareceram estar mais preocupados com riscos de saúde e de segurança.

Larsson e Montén (1986 cit in Gustafson, 1998), investigaram os riscos relacionados com a saúde e os acidentes no local de trabalho e descobriram que os homens apresentam-se mais preocupados com os acidentes industriais enquanto que as mulheres preocupam-se mais com lesões cometidas por esforço e com doenças infecciosas.

Para além dos riscos mencionados anteriormente, Sjoqvist e Ungerfalt (1992 cit in Gustafson, 1998), entrevistaram jovens adultos acerca de riscos de violência em meios urbanos e concluíram que as diferenças continuam presentes, sendo que os homens temem mais a violência física enquanto as mulheres sentem mais preocupação por violações e assédios sexuais.

Com isto, procurou-se perceber os motivos dessas diferenças, sendo realizados alguns estudos relativos a diferenças de papéis na sociedade, normais sociais e fatores biológicos.

Alguns estudos focaram-se nos fatores biológicos e sociais, concluindo que as mulheres são, geralmente, caracterizadas como mais preocupadas no que diz respeito à saúde e à segurança (Steger & Witt, 1989 cit in Slovic, 1999) e, por estes motivos, são representadas pela sociedade por serem fisicamente mais vulneráveis à violência tornando-as mais sensíveis a outros riscos (Baumer, 1978; Riger, Gordon, LeBailly, 1978 cit in Slovic, 1999).

Nesta sequência, os estudos de Davidson e Freudenburg (1996 cit in Gustafson, 1998), focados nas regras sociais e nas atividades diárias, demonstraram que o papel da mulher na sociedade, como educadora e prestadora de cuidados, acabará por estar associado à sua preocupação com os assuntos de saúde e de segurança em geral e, conseqüentemente, com os riscos ambientais. Por outro lado, aos homens, como é dado mais do que às mulheres, o papel de sustentar financeiramente a casa, este acaba associado à sua maior preocupação pelos riscos económicos, mais do que pelos riscos ambientais.

Posto isto, esta temática foi estudada tanto por abordagens quantitativas como por abordagens qualitativas, concluindo-se que as diferenças de género na percepção de risco podem ser consideradas por três perspetivas diferentes: (1) os estudos quantitativos indicam que mulheres e homens expressam diferentes níveis de preocupação acerca dos mesmos riscos; (2) as investigações qualitativas demonstram que os diferentes géneros percebem riscos diferentes e (3) as diferenças de género também podem ser encontradas nos significados atribuídos aos mesmos riscos.

PARTE II
ESTUDO EMPÍRICO

1. Enquadramento, Objetivos e Hipóteses

O presente estudo revela-se de grande importância perante uma fraca panóplia de estudos na temática dos comportamentos sexuais, especialmente em Portugal, principalmente no que respeita às relações sexuais ocasionais e acima de tudo no que diz respeito aos riscos corridos nas mesmas.

A temática por si só revela algumas contradições, visto que, por um lado, existe uma gradual evolução a nível do pensamento para a sexualidade, mas não a nível da educação para a mesma, criando ainda ocasionalmente motivos de tabus e consequentemente de desconhecimento. Com isto, é normal que as pessoas usualmente considerem deter uma grande bagagem de conhecimentos acerca da temática, acabando de certa forma por ignorar outros assuntos sobre a sexualidade, que por vezes não são referidos, como é o caso dos riscos físicos e emocionais. Por estas razões, surgiu a urgência de realizar este estudo.

O adulto emergente encontra-se numa fase de vida onde a exploração e a experimentação sexual, iniciadas na adolescência, têm continuidade (Mosher, Chandra & Jones, 2005 cit in Lyons et al., 2010) havendo um progressivo aumento do interesse pela sexualidade. Este acrescido interesse revela, também, uma maior exploração face ao sexo ocasional e sendo o ambiente universitário conhecido como encorajador e aceitador das atividades sexuais ocasionais nos(as) jovens adultos (Chng & Moore, 1994, cit in Stinson, 2010; Paul, McManus & Hayes, 2000), este apresenta-se com um contexto privilegiado neste âmbito.

Porém, para alguns autores, o envolvimento em práticas sexuais ocasionais traz consequências negativas, como sentimento de arrependimento, processos de auto-culpabilização e riscos para a saúde física e psicológica (Lambert, Kahn & Apple, 2003; Paul & Hayes, 2002; Paul et al., 2000 cit in Eshbaugh & Gute, 2008).

Todas essas consequências advindas da incursão no sexo ocasional podem ou não ser percecionadas corretamente pelos indivíduos que no mesmo se envolvem, sendo a avaliação desses riscos um processo que cada pessoa faz, não de forma isolada, mas sim numa construção social em que o indivíduo atua como um ser social.

Por estes motivos, a perceção e a aceitação do risco têm as suas raízes em fatores sociais e culturais, sendo que os perigos são mediados pela influências dos grupos sociais nos quais o sujeito está inserido, grupos esses que tendem a minimizar

certos riscos e a enfatizar outros, com o intuito de manter e controlar o grupo onde estão inseridos (Short, 1984; Douglas & Wildavsky, 1982 cit in Maia, 2010).

Mediante a revisão de literatura realizada, definiu-se como objetivo geral do presente estudo, investigar o envolvimento dos(as) estudantes universitários(as) no comportamento de sexo ocasional e a percepção de risco que este envolve, contribuindo para a compreensão da influência que os contextos onde os(as) estudantes universitários(as) estão inseridos (contextos grupais, sociais e familiares) podem ter na visão que têm quer do sexo ocasional, quer da percepção dos riscos associados a esse.

Desta forma, definiram-se como objetivos específicos:

- (1) Compreender a relação entre o envolvimento em sexo ocasional e a percepção de risco dos(as) estudantes universitários(as), isto é, se os(as) estudantes universitários(as) que se envolvem em sexo ocasional sabem dos riscos reais e os desvalorizam ou, se pelo contrário, os desconhecem;
- (2) Aferir se a percepção de risco é diferente no momento em que os indivíduos se envolvem em sexo ocasional e posteriormente ao seu envolvimento
- (3) Perceber se a percepção de risco dos(as) estudantes, relativamente ao sexo ocasional, difere entre os(as) estudantes que incorrem em sexo ocasional e os(as) estudantes que nunca incorreram neste comportamento,
- (4) Compreender a relação entre o envolvimento em sexo ocasional e os fatores contextuais nomeadamente: compreender se são os contextos grupais e sociais conhecidos (i.e. grupo de amigos) e os espaços onde os indivíduos se sentem mais confortáveis para agir de forma espontânea (i.e. festas e discotecas) que têm uma maior influência ~~mais~~ na participação em sexo ocasional ou se são as situações desconhecidas (como estar fora do país e a entrada na universidade) que têm uma maior influência;
- (5) Perceber se o uso de métodos contraceptivos e o consumo de álcool e/ou estupefacientes são meios facilitadores do sexo ocasional;
- (6) Compreender se o envolvimento em sexo ocasional difere em função das expectativas sociais face ao mesmo;
- (7) Aferir a relação entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento;
- (8) Compreender se existe uma relação entre o não envolvimento em sexo ocasional e a religiosidade;
- (9) Verificar se existem diferenças em função do género no envolvimento em sexo ocasional e na percepção de risco a ele associado.

Em relação a cada objetivo específico formularam-se as seguintes hipóteses:

H1: Existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a ausência de percepção de risco deste comportamento.

H2: Há diferenças significativas na percepção de risco no momento do envolvimento em sexo ocasional e na fase posterior a este.

H3: Existem diferenças estatisticamente significativas na percepção dos riscos entre os(as) estudantes que se envolvem em sexo ocasional e os que não se envolvem

H4.1: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e os contextos grupais em que os(as) estudantes universitários(as) estão inseridos.

H4.2: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência de festas/discotecas.

H4.3: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência universitária.

H4.4: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e permanência temporária fora do país.

H5.1: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de substâncias (álcool e/ou estupefacientes).

H5.2: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o uso de métodos contraceptivos.

H6: Existem correlações estatisticamente significativas entre o não envolvimento em sexo ocasional e as expectativas sociais.

H7: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento.

H8: Existem correlações estatisticamente significativas entre o menor envolvimento em sexo ocasional e a elevada religiosidade.

H9.1: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e masculino face ao envolvimento em sexo ocasional.

H9.2: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e masculino face à percepção de risco aquando do envolvimento em sexo ocasional.

2. Metodologia

2.1. Participantes

Participaram no presente estudo 231 sujeitos, todos eles estudantes do ensino superior pertencentes à Universidade de Évora.

Depois de escolhidas turmas e anos dos diferentes cursos de primeiro ciclo, foram obtidas as autorizações dos docentes relativas à colaboração no presente estudo. A escolha deste ciclo teve como objetivo obter uma amostra o mais homogênea possível, visto existirem cursos que não disponibilizam um segundo ciclo.

Foram ainda utilizados na seleção da amostra os seguintes critérios: (1) os sujeitos apresentarem idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, pois segundo Arnett (2000) é este o intervalo temporal que abrange a Adulter Emergente e (2) orientação sexual (os participantes deveriam ser heterossexuais). Este critério demonstra-se relevante, visto que houve uma baixa percentagem de sujeitos homossexuais e bissexuais a participarem no presente estudo, o que impossibilita a comparação entre sujeitos das diferentes orientações sexuais.

Consoante os critérios supracitados foram excluídos 28 participantes, obtendo-se uma amostra final composta por 203 sujeitos.

Relativamente ao sexo, 57 (28.1%) eram do sexo masculino e 146 (71.9%) eram do sexo feminino.

As idades dos participantes variaram entre 18 a 25 anos, sendo que a média (M) de idade foi de 20.65 e o desvio padrão (DP) de 1.82. A idade mais frequente encontrada na amostra foi de 19 anos.

Encontrou-se um total de 12 (5.9%) alunos com 18 anos, 55 (27.1%) alunos com 19 anos, 42 (20.7%) com 20 anos, 42 (20.7%) alunos com 21 anos, 20 (9.9%) alunos com 22 anos, 13 (6.4%) alunos com 23 anos, 7 (3.4%) alunos com 24 anos e 12 (5.9%) alunos com 25 anos.

Observando-se o Quadro 1 pode verificar-se, com maior detalhe, a distribuição dos(as) estudantes de ambos os sexos pelas idades.

Quadro 1. Distribuição dos participantes por sexo e idade

Sexo	Idade (anos)									Total
	18	19	20	21	22	23	24	25		
Masculino	N	7	10	11	8	4	5	5	7	57
Feminino	N	5	45	31	34	16	8	2	5	146
Total	N	12	55	42	42	20	13	7	12	203

Relativamente aos anos de licenciatura, a distribuição de estudantes é de 53 (26.1%) alunos do primeiro ano, 93 (45,8%) alunos do segundo ano, 52 (25.6%) do terceiro ano e 5 (2.5%) alunos do quarto ano ou mais.

Quadro 2. Distribuição dos participantes por sexo e ano de licenciatura

Sexo	Ano de Licenciatura				Total	
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano ou mais		
Masculino	N	18	17	21	1	57
Feminino	N	35	76	31	4	146
Total	N	53	93	52	5	203

Observando o Quadro 3 verifica-se de forma pormenorizada da distribuição dos(as) estudantes por ano de licenciatura e por idade.

Quadro 3 – Distribuição dos participantes por ano de licenciatura e idade

Ano de licenciatura		Idade (anos)								Total
		18	19	20	21	22	23	24	25	
1º ano	N	12	23	7	6	1	1	0	3	53
2º ano	N	0	32	29	18	10	3	0	1	93
3º ano	N	0	0	6	16	7	8	7	8	52
4º ano ou mais	N	0	0	0	2	2	1	0	0	5
Total	N	12	55	42	42	20	13	7	12	203

Por fim e previamente ao estudo detalhado das hipóteses foi feita a divisão dos(as) participantes mediante o facto de terem praticado ou não sexo ocasional. Desta forma, todos os(as) estudantes universitários(as) que tenham respondido entre um e vinte a mais na quarta pergunta do questionário utilizado foram contabilizados como tendo praticado sexo ocasional ao contrário dos que responderam apenas zero, que foram contabilizados como não tendo nenhuma experiência de sexo ocasional.

No quadro 4 podemos verificar que a maioria dos(as) estudantes já praticou pelo menos uma vez sexo ocasional.

Quadro 4. Distribuição dos(as) participantes relativa à prática de sexo ocasional

Sexo Ocasional	N	%
Sim	118	58,13
Não	85	41,87
Total	203	100

Quadro 5. Distribuição dos(as) participantes por sexo relativa à prática de sexo ocasional

Sexo Ocasional	Masculino	Feminino
Sim	39	79
Não	18	67
Total	85	118

2.2. Instrumentos

Devido aos insuficientes estudos sobre a temática e a consequente lacuna nos instrumentos para avaliar a mesma, principalmente no que diz respeito à percepção de riscos a nível do comportamento sexual, os instrumentos utilizados tiveram de ser adaptados, tendo-se inserido novas questões para os complementar.

Foi solicitado aos participantes a resposta a um protocolo de investigação constituído por (a) questões demográficas; (b) quatro instrumentos adaptados à temática em estudo: Inventário de Orientação Sociossexual – Revisto (IOS-R); Escala de Percepção de Risco baseada na abordagem psicométrica da percepção de riscos de Fischhoff et al. (1978); Questionário relativo a crenças normativas baseado no estudo de Luís (2011); Escala de Religiosidade baseada no estudo de Vandermoere, Blanchemanche, Bieberstein, Marette e Roosen (2010); e, (c) um conjunto de questões adicionais exploratórias necessárias para atender aos objetivos pretendidos neste estudo.

O protocolo de investigação fez-se acompanhar de dois parágrafos introdutórios em que constavam: (1) informações relativas à identificação do autor do estudo, bem como ao contexto em que o mesmo estava a ser realizado e a que temática estava subordinado; à duração média de preenchimento do protocolo (aproximadamente quinze minutos); ao anonimato e confidencialidade das respostas dadas, sendo que as mesmas seriam submetidas, unicamente, a tratamento estatístico inerente à investigação, dando ênfase à importância do participante responder de forma completa, espontânea e sincera e (2) uma sucinta descrição do que é o sexo ocasional e em que moldes o mesmo ocorre.

Anteriormente à recolha de dados, o protocolo de investigação foi submetido a uma pré-teste a uma pequena amostra, de modo a verificar se todos os itens seriam

válidos e coerentes e, para que desta forma também se pudesse efetuar uma estimativa do tempo despendido no preenchimento do mesmo.

(a) Questões demográficas

Nesta parte do protocolo de investigação, os participantes deveriam indicar o sexo, a idade, o ano de Licenciatura que frequentavam e o curso a que corresponde a sua matrícula, a sua orientação sexual (heterossexual; homossexual ou outra) e, por último, a sua religião (ateu/ateia; agnóstico(a); católico(a) ou outra).

(b) Instrumentos

Inventário de Orientação Sociossexual – Revisto (IOS-R) – versão para investigação traduzida por Varelas (2011) da original revised Sociosexual Orientation Inventory (SOI-R) (Penke & Asendorpf, 2008).

Em 1991, foi publicado por Simpson e Gangestad um inventário denominado *Sociosexual Orientation Inventory (SOI)*. Este questionário surgiu da necessidade apresentada por diversos investigadores e a partir do aumento dos estudos na área da orientação sexual. Desta forma, foi criado um questionário de auto-relato constituído por sete itens, que tinham o objetivo de mensurar a Orientação Sociossexual a longo de uma dimensão única, porém dividida a dois níveis. Por um lado, este questionário avaliava uma posição “restrita”, indicativa de uma tendência para incorrer em relações sexuais exclusivamente no seio de uma relação de proximidade e compromisso e, por outro lado, avaliava também uma posição “não restrita”, representativa de uma tendência para incorrer em relações sexuais na ausência de um elevado comprometimento ou investimento.

A necessidade de existir um inventário como o *SOI* era evidente. No entanto, o mesmo foi sujeito a várias críticas: (a) conceptualmente foi questionada a capacidade de uma dimensão unitária refletir de forma exata as diferenças individuais na homossexualidade; e, (b) psicometricamente o inventário apresentava baixa consistência interna, uma estrutura fatorial com uma distribuição de scores enviesada, a presença de itens de resposta aberta que conduziam a uma diversidade de respostas excessivas, múltiplas alternativas de cotação que originavam resultados incoerentes e, por último, apresentava um item específico (item 4) que tornava o *SOI* inapropriado para indivíduos solteiros (Schmitt, 2005).

Com o propósito de superar as críticas identificadas, Penke e Asendorpf desenvolveram, anos mais tarde (2008), uma versão revista do *SOI – revised Sociosexual Orientation Inventory (SOI-R)*, composta inicialmente por 47 itens, os quais, após os diversos estudos exploratórios ficaram reduzidos a nove (Penke, 2010). Esta nova versão do instrumento passou a apresentar como objetivo avaliar três facetas da homossexualidade, correspondendo a cada uma delas três itens: (1) o Comportamento Passado (*Past Behavior*), ou seja, o número de parceiros(as) sexuais ocasionais e a mudança de parceiro(a) sexual; as Atitudes explícitas (*explicit Attitude*) face ao sexo sem compromisso; e, o Desejo (*Desire*) perante pessoas com quem não se detém uma relação romântica.

Todos os itens do *SOI-R* são respondidos numa escala de Likert com o mesmo número de 9 alternativas de resposta.

Do estudo realizado por Penke (2006, cit in Penke, 2010) pode afirmar-se que o *SOI-R* é adequado para amostras constituídas por sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos, com um nível de ensino médio, com uma orientação sexual hetero-, bi- ou homo-, com qualquer estado civil. Porém, o inventário poderá não conduzir a resultados considerados satisfatórios no caso dos indivíduos serem sexualmente inexperientes.

Por fim, de modo a que o inventário pudesse ser utilizado, posteriormente em investigações, foi necessário traduzi-lo, sendo esse procedimento realizado por Varelhas (2011). Todo o procedimento decorreu de acordo com o sugerido por De Figueiredo e Lemkau (1980): inicialmente procedeu-se a uma tradução e retroversão do instrumento original; de seguida passou-se o instrumento traduzido a um pequeno grupo de pessoas (N=15), estudantes universitários, cumprindo os requisitos para inclusão na amostra, com o objetivo de verificar a acessibilidade do vocabulário e a compreensão unívoca dos itens.

Há que ressaltar que, no presente estudo, este inventário não foi usado na totalidade. Por este motivo, o inventário foi reformulado para efeitos de estudo, sendo excluídos os itens que avaliam a terceira faceta da homossexualidade, mais especificamente o Desejo (*Desire*). As questões retiradas foram as seguintes:

7. Com que frequência tens fantasias acerca de ter sexo com alguém com quem não estas numa relação amorosa seria?

8. Com que frequência sentes excitação sexual quando estas em contacto com alguém com quem não tens uma relação amorosa seria?

9. No dia a dia, com que frequência tens fantasias sobre ter sexo com alguém que acabaste de conhecer?

Escala de Percepção de Risco - baseada na abordagem psicométrica da percepção de risco de Fischhoff et al. (1978).

Esta escala foi construída com base no estudo de Fischhoff et al. (1978), que apresentava como objetivo investigar uma técnica alternativa, na qual os procedimentos psicométricos fossem usados para eliciar julgamentos quantitativos do risco percebido, do risco aceitável e do benefício percebido para cada uma das trinta atividades e tecnologias utilizadas na escala.

Neste estudo, os participantes avaliavam cada um das trinta diferentes atividades e tecnologias respeitando: (1) a sua percepção de benefício para a sociedade; (2) a sua percepção de risco; (3) a sua aceitabilidade relativa ao nível corrente de risco; e (4) a sua posição face a cada uma das nove dimensões de risco.

As trinta atividades e tecnologias incluíam oito dos itens utilizados por Starr (1969 cit in Fischhoff et al., 1978) e os restantes vinte e dois itens foram escolhidos com o propósito de variar em qualidade e em quantidade de riscos e benefícios associados. São exemplos destas atividades e tecnologias: bebidas alcoólicas, armas, veículos motorizados, energia nuclear, fumar, cirurgias, raio-x, etc.

A escala do presente estudo, foi, então, baseada na quarta tarefa do estudo de Fischhoff et al. (1978), que consistia num conjunto de nove escalas com sete pontos, sendo que cada uma representava uma dimensão hipotetizada para influenciar a percepção de risco atual ou aceitável (Lowrance, 1976 cit in Fischhoff et al. 1978). Esta tarefa foi escolhida de modo a poder-se avaliar a posição dos indivíduos face aos riscos associados às relações sexuais ocasionais, verificando-se, desta forma, até que pontos esses riscos são aceitáveis.

Fischhoff et al. (1978) ordenaram e descreveram as escalas da seguinte forma:

1. Voluntariedade do risco: as pessoas incorrem nessas situações de risco voluntariamente? (a escala é marcada com: (1) voluntariamente; (7) involuntariamente);
2. Imediacidade do efeito: qual a probabilidade de correr o risco de morte? (a escala é marcada com: (1) imediato; (7) retardado);
3. Conhecimento acerca do risco: até que ponto é que os riscos são exatamente conhecidos pelas pessoas que estão expostas aos mesmos? (a escala é marcada com: (1) conhece precisamente; (7) não conhece);
4. Conhecimento da ciência acerca dos riscos: Até que ponto é que os riscos são conhecidos pela ciência? (a escala é marcada com: (1) conhece precisamente; (7) não conhece);
5. Controlo sobre o risco: se estiveres exposto a um risco até que ponto é que tu, por meio de capacidade pessoais ou por cuidado, consegues evitar a

- morte quando te envolve na atividade? (a escala é marcada com: (1) incontrolável; (7) controlável);
6. Novidade: Estes riscos são novos ou antigos? (a escala é marcada com: (1) novo; (7) velho);
 7. Crónico/catastrófico: é um risco que mata pessoas uma vez por acaso (risco crónico) ou é um risco que mata muitas pessoas de uma só vez? (a escala é marcada com: (1) crónico; (7) catastrófico);
 8. Comum/temido: é um risco que as pessoas aprenderam a viver com o mesmo ou é um risco que as pessoas temem, ao ponto de terem uma reação instintiva? (a escala é marcada com: (1) comum; (7) temido);
 9. Severidade das consequências: quando o risco numa atividade é visto como um contratempo ou doença, qual a probabilidade da consequência vir a ser fatal? (a escala é marcada com: (1) nada fatal; (7) fatal).

Questionário relativo a crenças normativas - baseado no estudo de Luís (2011).

Este questionário foi retirado da tese de doutoramento de Luís (2011), sendo este o primeiro de quatro estudos.

O estudo 1 é referente a um quadro conceptual integrativo da influência normativa, mais precisamente da compreensão do comportamento pró-ambiental e, teve como objetivo, explorar a viabilidade e utilidade do mesmo na explicação do comportamento.

Os vários tipos de normas que integram o quadro conceptual foram: normas pessoais e normas sociais do tipo sociocultural, subjetivo e referente, distinguindo-se, ainda, entre a natureza descritiva e injuntiva dos vários tipos de normas sociais.

Estas crenças normativas foram medidas em três classes de comportamento pró-ambientais: reciclagem, uso de transportes públicos e compra de produtos biológicos.

Neste estudo, era dado aos participantes um questionário composto por várias informações relativas às expectativas sociais respeitantes à reciclagem, uso de transportes públicos e compra de produtos biológicos, tendo a construção dos itens seguido modelos de normas sociais e comportamentais.

Numa primeira parte, eram feitas algumas afirmações e as respostas às mesmas eram dadas numa escala de sete pontos variando entre 1 (discordo totalmente) e 7 (concordo totalmente).

Numa segunda parte, era realizada uma mensuração relativa ao comportamento pelo meio de questões, como: quantas vezes é que recicla/usa transportes públicos/compra produtos biológicos? Sendo que as respostas era dadas numa escala de sete pontos variando entre 1 (nunca) e 7 (muitas vezes).

Em seguida, as crenças normativas pessoais era verificadas perguntando aos participantes a quantidade de obrigação pessoal e social que tinham relativamente à reciclagem/uso de transportes públicos/compra de produtos biológicos, variando a escala entre 1 (nenhuma obrigação) e 7 (obrigação extrema) (Schawantz, 1977 cit in Luís, 2011).

Posteriormente, eram avaliadas as restantes normas sociais, questionado aos participantes até que ponto é que os mesmos concordavam com: (a) a maioria das pessoas reciclar/ usar transportes públicos/comprar produtos biológicos (normas descritivas socioculturais); (b) as pessoas com importância nas suas vidas reciclarem/usarem transportes públicos/comprarem produtos biológicos (normas descritivas subjetivas); (c) as pessoas com quem se identificam reciclarem/usarem transportes públicos/comprarem produtos biológicos (normas descritivas referentes); (d) a maioria das pessoas aprovar a reciclagem/ o uso de transportes públicos/ a compra de produtos biológicos (normas injuntivas socioculturais); (e) as pessoas com importância nas suas vidas aprovarem a reciclagem/ o uso de transportes públicos/ a compra de produtos biológicos (normas injuntivas subjetivas); (f) as pessoas com quem se identificam aprovarem a reciclagem/ o uso de transportes públicos/ a compra de produtos biológicos (normas injuntivas referentes).

Para o presente estudo, o questionário foi apenas modificado no que diz respeito às classes de comportamento avaliadas, que neste caso passaram a ser duas classes de comportamento sexual: praticar sexo ocasional e praticar sexo protegido.

Escala de Religiosidade - baseado no estudo de Vandermoere et al. (2010).

Esta escala foi retirada do estudo de Vandermoere et al. (2010), que teve como objetivo examinar as atitudes e o conhecimento dos indivíduos face à nanotecnologia.

Neste estudo a influência da religião face à temática central, foi mensurada através de três questões. A primeira questão – Considera-se um membro ativo de uma igreja ou de uma organização religiosa? (Sim/Não) - mensurava a religião tradicional. A segunda questão – Quão importante é a religião na sua vida? (1= Nada importante; 10 = Extremamente importante) – tinha o propósito de distinguir a religiosidade individual da religiosidade tradicional (Wolf, 2008 cit in Vandermoere et al., 2010), mensurado, dessa forma, a religiosidade individual. Por último, a terceira questão mensurava o papel

da espiritualidade (Heelas & Woodhead, 2005 cit in Vandermoere et al. 2010) da seguinte forma: Qual destas afirmações está mais próxima das suas crenças? (a) eu acredito em Deus; (b) eu acredito que há algum tipo espírito ou força de vida; (c) eu não acredito que existe qualquer tipo de Deus, espírito ou força de vida.

(c) Conjunto de questões adicionais exploratórias

Com o objetivo de atender aos objetivos pretendidos com o estudo, foram formuladas um conjunto de questões consideradas necessárias para colmatar a insuficiente informação obtida com os instrumentos supracitados.

Primeiramente, foram efetuadas questões introdutórias, com o propósito de não introduzir de imediato questões que pudessem inibir as pessoas que iriam responder ao questionário. Para este efeito, anunciaram-se as seguintes questões:

1. Atualmente estás numa relação?
2. Já iniciaste a tua vida sexual?

Em seguida, e tendo em conta que existe a imagem de que o sexo ocasional é sinónimo de o indivíduo pretender uma relação a curto prazo, surgiu o propósito de explorar outras possíveis razões pelas quais os indivíduos recorrem ao sexo ocasional. Desta forma, colocou-se a hipótese de que os mesmos não recorrem ao sexo ocasional simplesmente por não terem interesse num relacionamento, mas, por outro lado, por estarem à espera que dessa relação a curto prazo surja a oportunidade de uma relação a longo prazo. Com este objetivo, elaborou-se a seguinte questão:

5. Com quantos(as) parceiros(as) diferentes tiveste relações sexuais ocasionais tendo interesse num relacionamento a longo prazo, com essa pessoa?

Tendo em vista o terceiro objetivo, referente à influência dos fatores contextuais, do consumo de substâncias e do uso de contraceção no envolvimento em sexo ocasional, foram elaboradas as seguintes afirmações e questões:

10. Se estiver numa *festa ou numa discoteca* sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.

11. Se estiver *fora do país* sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.

12. Se *sair em grupo* sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.

13. Consideras que o facto de estares na *universidade* facilita a ocorrência de sexo ocasional?

14. Consideras que a *ingestão de bebidas alcoólicas* facilita a ocorrência de sexo ocasional?

15. Consideras que o *consumo de drogas não injetáveis* facilita a ocorrência de sexo ocasional?

16. Consideras que o *uso de um método contraceptivo* facilita a ocorrência de sexo ocasional?

Visando responder ao primeiro objetivo, referente à relação entre a percepção de risco e o envolvimento em sexo ocasional, foram elaboradas as seguintes questões:

17. Consideras o sexo ocasional uma prática de risco?

18. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional achaste, *no momento*, que corrias algum risco?

19. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional achaste, *posteriormente*, que correste algum risco?

a) Se SIM, que riscos achas que correstes?

b) Que cuidados tiveste para reduzir esses riscos?

De forma a complementar as questões anteriores, foi elaborada uma lista com diversos riscos reais aquando do envolvimento em relações sexuais ocasionais, de modo a compreender se, perante essa lista, os indivíduos conseguiriam percecionar a ocorrência desses riscos, caso não os tenham referido nas perguntas anteriores. Por este motivo, a lista elaborada foi a seguinte:

22. Da seguinte lista, assinala com um X os *riscos que já correste*, depois de ter uma relação sexual ocasional:

a) Engravidar inesperadamente/Engravidar alguém inesperadamente

b) Contrair uma Doença Sexualmente Transmissível

c) Contrair HIV/SIDA

d) Ser violado(a)

e) Ser agredido(a) fisicamente

f) Diminuição da autoestima

- g) Culpabilização
- h) Perda de controlo
- i) Vergonha
- j) Nenhum dos riscos anteriores

Atendo ao propósito de responder ao quarto objetivo, referente à relação entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento, foram formuladas as seguintes questões:

20. Alguma vez sentiste *arrependimento* depois de uma relação sexual ocasional?

21. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional quiseste que houvesse uma segunda oportunidade?

2.3. Procedimentos de Recolha de Dados

A recolha de dados decorreu de forma presencial, entre o mês de maio e junho de 2014.

Primeiramente, foi elaborado o protocolo de investigação anteriormente descrito, tendo em conta os objetivos do presente estudo.

Seguidamente, com o propósito de dar início à recolha dos dados, foram selecionadas as turmas a quem seriam aplicados os protocolos, em função das aulas teóricas e dos respetivos horários e posteriormente foram contactados, via *e-mail* e presencialmente, os docentes das diversas unidades curriculares, com o objetivo de expor o âmbito do estudo e obter a sua colaboração para a aplicação do protocolo de investigação num dos momentos da sua aula.

Desta forma, a administração do instrumento realizou-se presencialmente, em contexto de sala de aula, sempre iniciada por uma explicação breve do âmbito do estudo e a que temática estava subordinado, dando ênfase ao anonimato e confidencialidade das respostas, visto que as mesmas seriam unicamente utilizadas com efeitos de investigação. De seguida, foi pedido que dessem alguma relevância à descrição do que é o sexo ocasional, de modo a responderem corretamente ao que era pretendido.

Todos os critérios de anonimato e confidencialidade garantidos foram cumpridos aquando do preenchimento do protocolo de investigação, visto que os dados demográficos pedidos não permitiam a sua identificação e, aquando do término do

preenchimento de cada protocolo, o participante colocava-o pessoalmente numa caixa encerrada.

2.4. Procedimentos de Análise de Dados

Após a recolha de dados, procedeu-se ao tratamento estatístico dos mesmos. Para tal foi utilizado o *software* de análise estatística IBM® SPSS® (versão 22).

Inicialmente procedeu-se à construção da base de dados e análise de eventuais erros. Foram verificados os dados demográficos e as suas frequências de resposta, bem como as frequências de resposta das duas escalas utilizadas- SOI-R e Questionário das Crenças Normativas. Nesse sentido foram então atendidas as medidas de tendência central – média, moda e mediana – e as medidas de dispersão – desvio padrão e intervalo de variação (Marôco, 2010).

Corrigidos os erros, procedeu-se ao tratamento dos *missings* identificados, que foram substituídos pela mediana dos itens correspondentes nas escalas e procedeu-se, também, à inversão de alguns itens para a facilitação da compreensão global das escalas.

Posto isto, foram verificadas as qualidades psicométricas dos resultados, através da análise da validade e fiabilidade das escalas (Almeida & Freire, 2008). Para a análise da validade procedeu-se à Análise Fatorial Exploratória que procura simplificar os dados através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever, requerendo um modelo que explica a correlação entre as variáveis observáveis, partindo do princípio que existe um menor número de variáveis não observáveis (fatores) subjacentes aos dados, que expressam o que existe de comum nas variáveis originais (Pestana & Gageiro, 2008). Desta forma foram verificados os fatores avaliados pelo instrumento, fazendo-se corresponder os itens aos respetivos fatores (Almeida & Freire, 2008), atendendo assim à carga fatorial de cada item, e à covariância entre fator e item. Foram, também, realizando-se os testes preliminares à análise fatorial: KMO, que compara as correlações simples com as correlações observadas entre as variáveis e deverá aproximar-se de 1 (Pestana & Gageiro, 2008) e o teste de esfericidade de Bartlett, utilizado para verificar se a matriz das correlações é a matriz identidade com determinante igual a 1 e deverá ser significativo a um nível de significância de 0.05 (Pestana & Gageiro, 2008). Em seguida, foi também realizada a análise da consistência interna, sobre o cálculo do coeficiente do alpha de Cronbach, que nos mostra a proporção de variabilidade nas respostas que é resultado de diferenças nos inquiridos

(Pestana & Gageiro, 2008). Este pode ser definido como a correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas do mesmo universo, com igual número de itens, que meçam a mesma característica, variando entre 1 e 0 (Pestana & Gageiro, 2008).

Para proceder à referida interpretação dos resultados foi necessário verificar os pressupostos estatísticos, designadamente a homogeneidade de variâncias e a normalidade dos resultados.

Seguidamente foram ainda calculadas as relações entre variáveis, através do Coeficiente de Correlação de Pearson, cujo valor pode oscilar entre -1.00 e + 1.00, sendo que quando igual a zero é revelada uma ausência de correlação e independência das variáveis. Quanto mais próximo o valor se aproximar da unidade, mais perfeita é a correlação – negativa/inversa ou positiva – sendo que, desta forma, é necessário atender não só à grandeza, mas também ao sentido da relação existente (Almeida & Freire, 2008).

Por fim, e relativamente à comparação de médias dos dois subgrupos do género – género feminino e género masculino – e dos dois sub-grupos relativos à prática de sexo ocasional – teve uma ou mais experiências de sexo ocasional e não teve nenhuma experiência de sexo ocasional - foi utilizado o teste *t-Student*, permitindo-nos a verificação da possível existência de diferenças significativas entre os dois sexos (Marôco, 2010).

1. Análise Psicométrica dos Instrumentos

1.1. SOI-R

a) Sensibilidade da escala

A maioria dos(as) estudantes universitários(as) (48.8%) apresenta em 12 meses, um parceiro(a). Já no que diz respeito às relações *one night stand*, podemos ver que a média é entre zero (41.9%) e um (36.9%) relacionamentos (Quadro 1, anexo 2) e, no referente a relacionamentos sem interesse numa relação a longo prazo, a média situa-se no zero (47.8%), sendo que as seguintes respostas mais dadas são um (14.8%) e dois (13.3%).

Relativamente às atitudes e influências relacionadas com a prática de sexo ocasional a média varia entre 2.66 e 5.18 o que revela que os participantes, numa escala de 1 (Discordo totalmente) a 9 (Concordo totalmente) responderam predominantemente entre o 2 e o 5. Por sua vez, o desvio padrão varia entre 1.62, dispersão mínima observada em torno da média, e 2.92, dispersão máxima observada (Quadro 2, anexo 2).

Seguidamente calculou-se uma estatística descritiva para as dimensões atitude e influências da escala SOI-R.

Quadro 6. Estatística descritiva das duas dimensões da Escala SOI-R (Atitude e Influências)

Comportamento: Praticar sexo ocasional		
Dimensão	Média	Desvio Padrão
Atitude	4,75	2,43
Influências	3,94	1,40
Escala Total	4,18	1,51

Atendendo ao agrupamento dos itens por dimensão pode entender-se que os sujeitos identificam-se fortemente com as atitudes expressas pelos dois fatores (Atitude e Influências), o que se apresenta como um indicador de que os(as) estudantes universitários(as) tendem a concordar com o facto de poderem sentir-se confortáveis em praticar sexo ocasional e concordarem que existem fatores que influenciam essa prática.

b) Análise de Consistência Interna das Escalas – Fidelidade

Seguidamente, no quadro 7, apresentam-se os resultados das análises de consistência interna (Alpha de Cronbach) para as dimensões e escala total da Escala SOI-R.

Relativamente aos valores, esta apresentou valores elevados no que se refere à consistência interna, com o resultado de α da escala total de ,857, e com as dimensões com valores de α entre ,814 e ,841.

Quadro 7. Alpha de Cronbach das Dimensões do SOI-R

Dimensões/ Escala	Nº de Itens	Alpha De Cronbach
Atitudes	3	,841
Influências	7	,814
Escala Total	10	,857

c) Análise Fatorial Exploratória do SOI-R

Segundo os pressupostos teóricos, pode concluir-se que é adequado utilizar a técnica de análise fatorial com os dados decorrentes da aplicação da Escala SOI-R. Relativamente aos resultados do Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2 \approx 999,921$); g.l. = 45; $p < 0,000$) e da Medida de Adequação da Amostra (KMO =.853), demonstram que as variáveis são correlacionáveis e que a fatorabilidade da matriz de correlações apresenta um índice excelente (Marôco, 2011).

Ao realizar-se uma análise fatorial segundo o critério de Keiser (valores próprios maiores do que 1), obteve-se uma solução fatorial constituída por 2 fatores latentes explicativos de 63,85% da variância total. Na quadro 8 apresentamos a estrutura fatorial, obtida após a rotação varimax, assim como os pesos fatoriais de cada item, os valores

próprios, a percentagem de variância explicada, a média, o desvio padrão e os limites mínimo e máximo de cada fator.

A distribuição dos itens na estrutura fatorial sugere que, o primeiro fator, explicativo de 39,72% da variância, agrupa os itens relacionados com as atitudes favoráveis à prática de sexo ocasional. O segundo fator, que explica 24,13% da variância, agrupa os itens relacionados com os fatores facilitadores da prática de sexo ocasional. Atendendo ao referencial teórico subjacente e aos resultados obtidos, o primeiro fator foi designado como Atitudes favoráveis e o segundo como Fatores de influência.

As médias dos resultados dos(as) estudantes universitários(as) nas diferentes dimensões foram as seguintes: Relativamente à dimensão do Atitudes favoráveis – média de 22,79 e desvio-padrão de 8,66, no Fatores facilitadores obteve-se uma média de 18,83 e desvio-padrão de 5,44.

Quadro 8. Estrutura Fatorial das Dimensões Atitude e Influências da escala SOI-R

Itens	Fatores		
	1	2	
7. Eu não quero ter sexo com uma pessoa até ter a certeza que estaremos numa relação séria, a longo prazo.	-,785	,077	
8. Sexo sem amor está correto.	,761	,073	
9. Consigo imaginar-me confortável e a desfrutar de sexo ocasional.	,846	,091	
10. Se estiver numa <i>festa ou numa discoteca</i> sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.	,790	,277	
11. Se estiver <i>fora do país</i> , sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.	,765	,217	
12. Se sair em <i>grupo</i> , sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.	,761	,271	
13. Consideras que o facto de estares na universidade facilita a ocorrência de sexo ocasional?	,435	,653	
14. Consideras que a <i>ingestão de bebidas alcoólicas</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?	,232	,854	
15. Consideras que o <i>consumo de drogas não injetáveis</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?	-,131	,830	
16. Consideras que o <i>uso de um método contraceptivo</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?	,118	,594	
	Valores próprios	3,97	2,41
	Percentagem de variância explicada	39,72	24,13
	Média	4,75	3,94
	Mínimo	1	1
	Máximo	7	9

1.2. Questionário de Crenças Normativas

1.2.1. Comportamento: Praticar Sexo Ocasional

a) Sensibilidade da Escala

A média dos itens relativamente à prática de sexo ocasional varia entre 2.65 e 5.10 o que revela que os participantes, numa escala de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente) responderam predominantemente entre o 2 e o 5. Por sua vez, o desvio padrão varia entre 1,20, dispersão mínima observada em torno da média, e 1,76, dispersão máxima observada (Quadro 3, anexo 2).

Seguidamente calculou-se uma estatística descritiva para as dimensões da escala relativa à prática de sexo ocasional.

Quadro 9. Estatística descritiva das três dimensões do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Ocasional

Comportamento: Praticar sexo ocasional		
Dimensão	Média	Desvio Padrão
Aprovação e Prática dos Pares/Família	6,27	0,85
Aprovação da Sociedade	3,80	1,14
Prática da Sociedade	5,15	1,00
Escala Total	4,12	0,92

Atendendo ao agrupamento dos itens por dimensão pode perceber-se que os sujeitos não se identificam fortemente com as atitudes expressas pelo fator 3 (Prática da Sociedade), ou seja, as afirmações relativas à sociedade geralmente praticar e ser habitual praticar sexo ocasional cuja média é de 5,15. Por sua vez, as médias do Fator 1 (Aprovação e Prática dos Pares/Família) e o Fator 2 (Aprovação da Sociedade) são mais elevadas, sendo de 6,27 e 3,80, o que pode ser indicador de que os participantes acham que tanto os pares como a sociedade aprovam o sexo ocasional e que, por sua vez, os pares praticam o mesmo.

b) Análise de Consistência Interna das Escalas – Fidelidade

Seguidamente, no quadro 10 apresentam-se os resultados das análises de consistência interna (Alpha de Cronbach) para as dimensões do Questionário de Crenças Normativas relativo à prática de sexo ocasional e para a escala total.

No que se refere à consistência interna, a análise fatorial do Questionário de Crenças Normativas relativo à prática de sexo ocasional apresenta consistências internas elevadas quer na escala total de ,811 quer nas várias dimensões, com os valores de α a variar entre ,567 e ,860.

Quadro 10. Alpha de Cronbach das Dimensões Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido

Dimensões/ Escala	Nº de Itens	Alpha De Cronbach
Aprovação e Prática dos Pares/Família	4	,860
Aprovação da Sociedade	4	,724
Prática da Sociedade	3	,567
Escala Total	11	,811

c) Análise Fatorial Exploratória do Questionário de Crenças Normativas - Comportamento: Praticar Sexo Ocasional

Foram verificados os pressupostos estatísticos do Questionário de Crenças Normativas. Posto isto, procedeu-se à Análise Fatorial Exploratória do questionário, tendo resultado desta análise quatro fatores, explicativos de 56,34% da variância total.

Os resultados do Teste de Esfericidade de Bartlet ($\chi^2 \approx 801.905$); g.l. = 55; $p < 0,000$) e da Medida de Adequação da Amostra (KMO = .724), demonstram que as variáveis são correlacionáveis e que a fatorabilidade da matriz de correlações apresenta um índice bom (Marôco, 2011).

Ao realizar-se uma análise fatorial segundo o critério de Keiser (valores próprios maiores do que 1), obteve-se uma solução fatorial constituída por 3 fatores latentes explicativos de 62,31% da variância total. No quadro 11 apresentamos a estrutura fatorial, obtida após a rotação varimax, assim como os pesos fatoriais de cada item, os valores próprios, a percentagem de variância explicada, a média, o desvio padrão e os limites mínimo e máximo de cada fator.

A distribuição dos itens na estrutura fatorial sugere que, o primeiro fator, explicativo de 26,20% da variância, agrupa os itens relacionados com os pares aprovarem e praticarem sexo ocasional. O segundo fator, que explica 20,65% da variância, agrupa os itens relacionados com a sociedade aprovar e achar desejável praticar-se sexo ocasional. O terceiro fator, que explica 15,47% da variância, agrupa os itens referentes ao sexo ocasional ser um comportamento habitual.

Atendendo ao referencial teórico subjacente e aos resultados obtidos, o primeiro fator foi designado como Aprovação e Prática dos Pares/Família, o segundo como Aprovação da Sociedade e o terceiro como Prática da Sociedade.

As médias dos resultados dos(as) estudantes universitários(as) nas diferentes dimensões foram as seguintes: Relativamente à dimensão do Aprovação e Prática dos Pares – média de 14,78 e desvio-padrão de 5,71; no Aprovação da Sociedade obteve-se uma média de 15,12 e desvio-padrão de 4,50; no Prática da Sociedade foi obtida uma média de 12,75 e desvio-padrão de 2,23.

Quadro 11. Estrutura Fatorial do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Ocasional

Itens Comportamento: Praticar sexo ocasional	Fatores		
	1	2	3
1. Na nossa sociedade, geralmente as pessoas praticam sexo ocasional.	0,56	,177	,776
2. Praticar sexo ocasional é um comportamento aprovado na nossa sociedade, independentemente de ser ou não cumprido.	,032	,547	,432
3. Praticar sexo ocasional é um comportamento pouco habitual na nossa sociedade.	-,057	,077	-,706
4. Praticar sexo ocasional é um comportamento desejável na nossa sociedade.	,118	,776	-,032
5. A maioria das pessoas pratica ou já praticou sexo ocasional.	,350	,275	,571
6. A maioria das pessoas aprova que se pratique sexo ocasional, se bem que na prática possa ou não verificar-se.	,187	,666	,149
7. Para a maioria das pessoas é desejável praticar-se sexo ocasional.	,150	,835	,066
8. As pessoas com as quais eu me identifico (<i>isto é, as pessoas que têm uma maneira de ser e estar semelhante à que desejo para mim</i>) consideram que é apropriado praticar sexo ocasional.	,794	,288	-,025
9. As pessoas com as quais eu me identifico praticam ou já praticaram sexo ocasional.	,849	,126	,136
10. As pessoas que são importantes na minha vida (<i>isto é, as pessoas que interferem na minha vida, independentemente de eu me identificar ou não com elas</i>) aprovam que se pratique sexo ocasional.	,796	,128	,074
11. As pessoas que são importantes na minha vida praticam ou já praticaram sexo ocasional.	,834	,027	,191
Valores próprios	2,88	2,27	1,70
Percentagem de variância explicada	26,20	20,65	15,47
Média	6,27	3,78	5,15

Mínimo	2	1	2
Máximo	7	7	7

1.2.2. Comportamento: Praticar Sexo Protegido

a) Sensibilidade da Escala

A média dos itens relativamente à prática de sexo protegido varia entre 3,11 e 6,46, o que revela que os participantes, na mesma escala de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente) responderam maioritariamente entre o 3 e o 7. Por sua vez, o desvio padrão varia entre 0,91, dispersão mínima observada em torno da média, e 1,48, dispersão máxima observada (Quadro 4, anexo 2).

Seguidamente calculou-se uma estatística descritiva para as dimensões da escala relativa à prática de sexo ocasional.

Quadro 12. Estatística descritiva das três dimensões do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido

Comportamento: Praticar sexo protegido		
Dimensão	Média	Desvio Padrão
Aprovação e Prática dos Pares/Família	6,27	0,85
Aprovação da Sociedade	6,13	0,83
Prática da Sociedade	4,82	1,11
Escala Total	5,82	0,68

Atendendo ao agrupamento dos itens por dimensão pode perceber-se que os sujeitos não se identificam fortemente com as atitudes expressas pelo fator 3 (Prática da Sociedade), ou seja, as afirmações relativas à sociedade geralmente praticar e ser habitual praticar sexo protegido cuja média é de 4,82. Por sua vez, as médias do Fator 1 (Aprovação e Prática dos Pares/Família) e o Fator 2 (Aprovação da Sociedade) são mais elevadas, sendo de 6,27 e 6,13, o que pode ser indicador de que os participantes

acham que tanto os pares como a sociedade aprovam o sexo protegido e que os pares praticam o mesmo.

b) Análise de Consistência Interna das Escalas – Fidelidade

Seguidamente, no quadro 13 apresentam-se os resultados das análises de consistência interna (Alpha de Cronbach) para as dimensões e para a escala total do Questionário de Crenças Normativas relativo à prática de sexo protegido.

No que concerne a análise fatorial do Questionário de Crenças Normativas relativo à prática de sexo protegido este apresentou uma consistência interna muito elevada, quer na sua escala total ($\alpha=,804$), quer nas dimensões da mesma, apresentando valores de α entre ,673 e ,870.

Quadro 13. Alpha de Cronbach das Dimensões Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido

Dimensões/ Escala	Nº de Itens	Alpha De Cronbach
Aprovação e Prática dos Pares/Família	4	,870
Aprovação da Sociedade	4	,673
Prática da Sociedade	3	,739
Escala Total	11	,804

c) Análise Fatorial Exploratória do Questionário de Crenças Normativas - Comportamento: Praticar Sexo Protegido

Concluindo-se que é adequado utilizar a técnica de análise fatorial com os dados decorrentes da aplicação do Questionário de Crenças Normativas, foram realizados os testes preliminares da mesma. Relativamente aos resultados do Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2 \approx 854,538$); g.l. = 55; $p < 0,000$) e da Medida de Adequação da Amostra (KMO = .755), demonstram que as variáveis são correlacionáveis e que a fatorabilidade da matriz de correlações apresenta um índice excelente (Marôco, 2011).

Ao realizar-se uma análise fatorial segundo o critério de Keiser (valores próprios maiores do que 1), obteve-se uma solução fatorial constituída por 3 fatores latentes explicativos de 63,61% da variância total. No quadro 14 apresentamos a estrutura

fatorial, obtida após a rotação varimax, assim como os pesos fatoriais de cada item, os valores próprios, a percentagem de variância explicada, a média, o desvio padrão e os limites mínimo e máximo de cada fator.

A distribuição dos itens na estrutura fatorial sugere que, o primeiro fator, explicativo de 26,25% da variância, agrupa os itens relacionados com os pares aprovarem e praticarem sexo protegido. O segundo fator, que explica 18,71% da variância, agrupa os itens relacionados com a sociedade aprovar e achar desejável praticar-se sexo protegido. O terceiro fator, que explica 18,69% da variância, agrupa os itens referentes ao sexo ocasional ser um comportamento habitual.

Atendendo ao referencial teórico subjacente e aos resultados obtidos, o primeiro fator foi designado como Aprovação e Prática dos Pares, o segundo como Aprovação da Sociedade e o terceiro como Prática da Sociedade.

As médias dos resultados dos(as) estudantes universitários(as) nas diferentes dimensões foram as seguintes: Relativamente à dimensão do Aprovação e Prática dos Pares – média de 25,09 e desvio-padrão de 3,41, no Aprovação da Sociedade obteve-se uma média de 24,52 e desvio-padrão de 3,33; no Prática da Sociedade foi obtida uma média de 12,69 e desvio-padrão de 2,15.

Quadro 14. Estrutura Fatorial do Questionário de Crenças Normativas – Sexo Protegido

Itens Comportamento: Praticar sexo protegido	Fatores		
	1	2	3
1. Na nossa sociedade, geralmente as pessoas praticam sexo protegido.	,135	,148	,864
2. Praticar sexo protegido é um comportamento aprovado na nossa sociedade, independentemente de ser ou não cumprido.	,212	,558	,172
3. Praticar sexo protegido é um comportamento pouco habitual na nossa sociedade.	,006	-,096	-,730
4. Praticar sexo protegido é um comportamento desejável na nossa sociedade.	,195	,753	,098
5. A maioria das pessoas pratica ou já praticou sexo protegido.	,244	,051	,788
6. A maioria das pessoas aprova que se pratique sexo protegido, se bem que na prática possa ou não verificar-se.	,087	,717	-,091
7. Para a maioria das pessoas é desejável praticar-se sexo protegido.	,128	,701	,210
8. As pessoas com as quais eu me identifico (<i>isto é, as pessoas que têm uma maneira de ser e estar semelhante à que desejo para mim</i>) consideram que é apropriado praticar sexo protegido.	,785	,201	,069
9. As pessoas com as quais eu me identifico praticam ou já praticaram sexo protegido.	,849	,097	,195
10. As pessoas que são importantes na minha vida (<i>isto é, as pessoas que interferem na minha vida, independentemente de eu me identificar ou não com elas</i>) aprovam que se pratique sexo protegido.	,782	,254	,065
11. As pessoas que são importantes na minha vida praticam ou já praticaram sexo protegido.	,867	,158	,113

Valores próprios	2,89	2,06	2,05
Percentagem de variância explicada	26,45	18,71	18,66
Média	6,27	6,13	4,82
Mínimo	2	2	1
Máximo	7	7	7

2. Análise de Conteúdo

De modo a analisar as perguntas de resposta aberta relativas aos riscos corridos na(s) experiência(s) de sexo ocasional e aos métodos de redução dos mesmos foi feita uma análise das respostas dadas pelos participantes. Deste modo, podemos verificar no quadro 15, os riscos mais assinalados, assim como os métodos preventivos mais indicados, divididos pelas respetivas categorias.

Quadro 15. Análise de Conteúdo das perguntas de resposta aberta relativas aos riscos envolvidos no *one-night stand*

Análise de Conteúdo				
Categorias	Sub-categorias	%		
Riscos corridos	Riscos físicos	Doenças Sexualmente transmissíveis	42,96	
		Gravidez inesperada	22,89	
		Agressão	0,35	
		Violação	0,35	
		Roubo	0,35	
		Riscos psicológicos	Sentimento de insegurança	3,17
		Perda de reputação	1,06	
		Envolvimento emocional	0,70	
		Arrependimento	0,35	
		Perda de controlo	0,35	
		Trauma	0,35	
		Fatores de risco	Prática sexual sem proteção	1,77
			Desconhecimento do estado de saúde do/a parceiro/a	1,06

		Rompimento do preservativo	0,70
		Parceiro/a sexual ter outros(as) parceiros(as)/as	0,35
	Outros	Resposta em branco	22,18
			100%
Prevenção dos riscos	Métodos clínicos	Métodos contraceptivos	66,67
		Fazer análises clínicas	3,33
	Comportamento	Não repetir o comportamento	1,44
		Conhecer melhor as pessoas com que se envolvem	1,44
		Avisar alguém	0,95
		Ter cuidado com os sítios que frequentam	0,48
		Evitar beber bebidas alcoólicas em excesso	0,48
	Outro	Resposta em branco	19,52
		Nenhuns cuidados	4,30
			100%

Com a análise do quadro podemos observar que relativamente aos riscos os participantes deram mais ênfase aos riscos físicos, sendo que os mais mencionados foram: as doenças sexualmente transmissíveis (42,96%) e a gravidez inesperada (22,89%). Seguidamente, a percentagem mais elevada foi de respostas em branco (22,18%) e por fim os riscos psicológicos e fatores de risco. Relativamente aos riscos psicológicos, estes foram mais mencionados no que respeitante a medos e inseguranças relativas aos(as) parceiros(as) e nos fatores de risco foram mais referidas as práticas sexuais sem proteção.

No que diz respeito aos métodos de prevenção/redução dos riscos acima assinalados pode-se verificar que os métodos que a maioria dos participantes referiu foram os métodos clínicos, mais especificamente os métodos contraceptivos (66,67%), como a pílula contraceptiva, o preservativo e/ou a pílula do dia seguinte. Em seguida a esta resposta, a percentagem mais elevada foi a de respostas em branco (19,52%). Foram também dadas respostas relativas a mudanças pessoais de comportamento, de

modo a evitar o envolvimento em sexo ocasional. Por fim, há que salientar que uma pequena percentagem de participantes (4,30%) referiu não ter qualquer tipo de método para prevenir/reduzir os riscos a que se submeteram nas suas experiências de sexo ocasional.

3. Análise da Avaliação dos Riscos Reais

Os (as) estudantes universitários(as) avaliam mais concretamente e com mais certezas os riscos físicos do que os riscos emocionais. Tendem a mostrar mais indecisão no momento de avaliarem os riscos emocionais e/ou a desvalorizarem.

Pode-se observar, também, que na dimensão “Pouco provável/Muito provável”, os participantes tendem a avaliar os diferentes riscos de forma mais negativa, ou seja, tendem a achar que, no geral, a probabilidade de determinado risco ocorrer é baixa. Porém, tendencialmente acham preocupante e grave se os mesmos ocorrerem, dando mais ênfase aos riscos físicos.

Relativamente aos riscos, é de notar que o risco que os(as) estudantes revelam mais preocupação é o de contrair HIV/SIDA, sendo aquele que consequentemente os afetaria mais física e emocionalmente.

É de salientar, também, que na generalidade, os(as) estudantes avaliam os diversos riscos como sendo involuntários, não estando em seu alcance controlá-los, excetuando os riscos de gravidez inesperada e os de contrair alguma doença, que os participantes avaliam como controlável.

Já no que diz respeito às consequências advindas dos riscos, os sujeitos avaliaram os riscos físicos como tendo consequências a longo prazo, sendo que nos riscos emocionais revelaram novamente indecisão (Anexo 3).

4. Estudo das Hipóteses

Estudo de H1: Existe uma correlação estatisticamente significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a ausência de percepção de risco deste comportamento.

Quadro 16: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a ausência de percepção de risco deste comportamento.

	1	2	3
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-		
No momento sentiu que correu algum risco? (2)	-,293**	-	
Posteriormente sentiu que correu algum risco? (3)	-,400**	,752**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Observam-se correlações negativas significativas entre a percepção de risco no momento e posteriormente ao envolvimento em sexo ocasional e o envolvimento no mesmo ($r = -0,293$, $p < 0,01$; $r = -0,400$, $p < 0,01$). Verifica-se também que a percepção de risco no momento e posteriormente ao envolvimento em sexo ocasional encontram-se positivamente correlacionadas ($r = 0,752$; $p < 0,01$).

Posto isto, existem evidências estatisticamente significativas que poderão corroborar a Hipótese.

Estudo de H2: Há diferenças significativas na percepção de risco no momento do envolvimento em sexo ocasional e na fase posterior a este.

Verificam-se diferenças significativas entre a percepção de risco no momento do envolvimento em sexo ocasional e posteriormente a este, $t(202) = -3,18$, $p < .05$. Desta forma, a percepção de risco é mais elevada posteriormente ao envolvimento em sexo ocasional do que no momento do mesmo, confirmando a hipótese.

Estudo de H3: Existem diferenças estatisticamente significativas na percepção dos riscos entre os(as) estudantes que se envolvem em sexo ocasional e os(as) que não se envolvem.

Observam-se diferenças significativas na percepção de risco entre os(as) estudantes que se envolvem em sexo ocasional e os que não se envolvem no mesmo, $t(201) = 4.72, p = .000$. Verifica-se então que os(as) estudantes que se envolvem em sexo ocasional têm menor percepção de risco que os que não se envolvem na mesma prática, confirmando, desta forma, a hipótese.

Estudo de H4.1: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e os contextos grupais em que os(as) estudantes universitários(as) estão inseridos.

Quadro 17: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e os contextos grupais

	1	2
<i>Envolvimento em sexo ocasional (1)</i>	-	
Contextos grupais (2)	,388**	-

** . Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e os contextos grupais em que os(as) estudantes universitários(as) estão inseridos ($r = 0.388, p < 0.01$).

Desta forma, existem evidências estatisticamente significativas que poderão corroborar a Hipótese.

Estudo de H4.2: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência de festas/discotecas.

Quadro 18: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência de festas/discotecas

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Frequência de Festa/Discotecas (2)	,377**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência de festas/discotecas ($r = 0.377$, $p < 0.01$), confirmando a hipótese.

Estudo de H4.3: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência universitária.

Quadro 19: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência universitária.

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Frequência Universitária (2)	,326**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a frequência na universidade ($r= 0.326$, $p<0.01$), confirmando, assim, a hipótese.

Estudo de H4.4: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e permanência temporária fora do país.

Quadro 20: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e a permanência temporária fora do país

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Permanência fora do país (2)	,418**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e a permanência temporária fora do país (ex. *Erasmus*) ($r= 0.418$, $p<0.01$), confirmando a hipótese colocada.

Estudo de H5.1: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de bebidas alcoólicas.

Quadro 21: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de bebidas alcoólicas

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Álcool (2)	,200**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de bebidas alcoólicas ($r= 0.200$, $p<0.01$), confirmando-se evidências estatisticamente significativas que poderão corroborar a Hipótese.

Estudo de H5.2: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de estupefacientes.

Quadro 22: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de estupefacientes

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Drogas (2)	-,093	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação negativa não significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e o consumo de estupefacientes (ex. drogas leves) ($r= -0,93$, $p<0.01$).

Desta forma, as evidências estatísticas refutam a hipótese colocada.

Estudo de H5.3: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o uso de métodos contraceptivos.

Quadro 23: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o uso de métodos contraceptivos

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Uso de Contraceptivos (2)	,217**	-

** Correlação significativa a um nível de significância de 0.01.

Verifica-se uma correlação positiva significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e uso de métodos contraceptivos (ex. preservativo) ($r= 0.217$, $p<0.01$), corroborando, assim, a hipótese.

Estudo de H6: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o envolvimento e o não envolvimento em sexo ocasional e as expectativas sociais.

Observam-se diferenças significativas entre o envolvimento e o não envolvimento em sexo ocasional no que diz respeito ao fator 1 (Aprovação e Prática dos Pares), $t(201) = -3.54$, $p=.000$. Porém, não existem diferenças significativas entre o envolvimento e o não envolvimento em sexo ocasional no que diz respeito ao fator 2 (Aprovação da Sociedade), $t(201) = -1.33$, $p=.186$ e fator 3 (Prática da Sociedade), $t(201) = -1.86$, $p=.064$. Verifica-se, então, que o envolvimento ou não em práticas de sexo ocasional está relacionado com o facto de as pessoas importantes ou com que os(as) estudantes universitários se identificam praticarem ou aprovarem o mesmo comportamento, não tendo a ver diretamente com as normas da sociedade.

Estudo de H7: Existem correlações estatisticamente significativas entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento.

Quadro 24: Correlações de Pearson (r) entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento

	1	2
Envolvimento em sexo ocasional (1)	-	
Arrependimento (2)	,730	-

Como se pode observar na tabela, não se verifica uma correlação estatisticamente significativa entre o envolvimento em sexo ocasional e o arrependimento ($r = 0.730$, $p < 0.01$). Desta forma, poder-se-á refutar a hipótese.

Estudo de H8: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o menor envolvimento em sexo ocasional e a elevada religiosidade.

Observam-se diferenças significativas entre o envolvimento e o não envolvimento em sexo ocasional no que diz respeito à religiosidade, $t(201) = 2.15$, $p = .033$. Pode-se verificar então que os(as) estudantes universitários(as) mais religiosos envolvem-se menos em práticas de sexo ocasional, confirmando-se a hipótese.

Estudo de H9.1: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e masculino face ao envolvimento em sexo ocasional.

Observam-se diferenças significativas entre o sexo feminino e o masculino face ao envolvimento em sexo ocasional, $t(201) = 2.12$, $p = .036$. Pode-se verificar então que o sexo masculino tende a envolver-se mais em práticas de sexo ocasional do que o sexo oposto, corroborando-se a hipótese.

Estudo de H9.2: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e masculino face à perceção de risco aquando do envolvimento em sexo ocasional.

Observam-se diferenças significativas entre o sexo feminino e o masculino face à perceção de risco aquando do envolvimento em sexo ocasional, $t(201) = -2.42$, $p = .016$ e face à perceção de risco na fase posterior ao envolvimento em sexo ocasional, $t(201) = -2.57$, $p = .011$. Pode-se verificar então que o sexo masculino tende a perceber menos os riscos envolvidos no sexo ocasional do que o sexo oposto.

Relativamente à análise psicométrica dos resultados, esta permitiu confirmar a qualidade dos instrumentos utilizados para a medir as dimensões pretendidas. Desta forma, podemos afirmar que os mesmos permitiram medir os constructos a que se propõem, de forma válida e fiável, possibilitando assim conclusões válidas sobre os resultados obtidos, através do estudo de hipóteses.

Deste modo, pretende-se neste capítulo discutir os resultados obtidos no âmbito do estudo das relações de sexo ocasional e da percepção de risco. A discussão dos resultados encontra-se organizada em torno das principais variáveis em estudo e das hipóteses formuladas sobre as relações existentes entre elas, ou seja, da relação entre o Sexo Ocasional e a Percepção de Risco; da relação entre o Sexo ocasional e os fatores de influência; da relação entre o Sexo Ocasional e as expectativas sociais; da relação entre o Sexo Ocasional e o arrependimento e as diferenças do género tanto no Sexo Ocasional como na Percepção de Risco.

Inicialmente, os resultados obtidos quanto à distribuição dos participantes por envolvimento ou não em sexo ocasional mostraram uma predominância para o envolvimento no mesmo, quer nos sujeitos do género masculino como nos sujeitos do género feminino.

No que diz respeito à Hipótese 1, onde se pretendeu aferir a possível relação entre a ausência de percepção de risco e o envolvimento em sexo ocasional identificou-se que há ausência de percepção de risco no momento e posteriormente ao envolvimento em sexo ocasional.

A investigação tem diferenciado o risco real do risco percebido no que diz respeito à forma como as pessoas percebem e respondem aos riscos. Nos estudos de Slovic conclui-se não é o risco real que influencia as decisões das pessoas, mas sim a percepção do risco que as mesmas têm. Desta forma, e tendo em conta que a prática de sexo ocasional é diversas vezes influenciada por fatores sociais, interpessoais e da personalidade é de esperar que o meio onde o indivíduo está inserido e as normas a ele associados influenciem a sua opinião relativamente ao sexo ocasional. Deve-se considerar também que a universidade é vista como um contexto privilegiado no que diz respeito ao sexo ocasional e transparecendo ser um comportamento normal e aceite poderá influir na maneira como os(as) estudantes universitários(as) percecionam os riscos advindos deste comportamento.

Tendo em conta que esta ausência de percepção de risco aparenta estar influenciada por outros fatores como os contextos sociais e as suas normas, como pelo consumo de substâncias, estas mesmas influências foram consideradas nas restantes hipóteses de estudo.

Relativamente à Hipótese 2, que pretende averiguar se existem diferenças na percepção de risco no momento do envolvimento em sexo ocasional e na fase posterior ao mesmo, pode-se verificar que existem diferenças entre os dois momentos, sendo que a percepção de risco se revela mais elevada no momento após do envolvimento em sexo ocasional.

Segundo os estudos realizados, os indivíduos nem sempre reconhecem os riscos da forma mais correta e muitas vezes envolvem-se em comportamentos de risco mesmo sabendo que são arriscados, pelo simples benefício que esta atividade lhes possa trazer, “camuflando” os níveis de risco pelos processos cognitivos que vão criando para amenizar as decisões tomadas.

Porém, depois do sexo ocasional existe a tendência dos indivíduos considerarem que foi uma má experiência acabando por conjugar a isso o sentimento de arrependimento, muito usual depois de um *one night stand*. Tendo em conta que no momento os indivíduos poderão estar sob a influência de outros fatores e de certa forma criarem heurísticas que “camuflam” os níveis de risco é de esperar que os níveis de percepção sejam maiores posteriormente, aquando do arrependimento.

No que toca à Hipótese 3, que visa identificar diferenças entre os(as) estudantes universitários(as) que se envolvem em sexo ocasional e os que não se envolvem no que respeita à percepção de risco, conclui-se que existem diferenças entre os sujeitos, visto que os que não se envolvem em sexo ocasional parecem apresentar uma maior percepção de risco.

Segundo Slovic (2000), a avaliação dos riscos não é um processo que cada indivíduo faz isoladamente, sendo pelo contrário uma construção social em que o indivíduo atua como um ser social. Desta forma, diferentes pessoas percebem e concebem o risco de diferentes formas, sendo que alguns riscos alarmam-nos e incentivam-nos a mudar o nosso comportamento e de outros nem se quer temos consciência (Antunes, Bernardo & Palma-Oliveira, 2011). Contudo, as pessoas de diferentes grupos sociais poder perceber os riscos de diferentes modos, dependendo do seu grupo de pertença e dos valores que lhe estão associados, comportando-se conforme o grupo social, minimizando certos riscos e enfatizando outros como maneira de manter e controlar o grupo onde estão inseridos (Douglas & Wildavsky, 1982 cit in Maia, 2010).

Desta forma, certos riscos têm efeitos imediatos nuns indivíduos e noutros só apresentam efeitos a longo prazo.

Ao propor-se as Hipóteses 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4, tinha-se como objetivo perceber quais os contextos que poderiam estar inerentes à prática de sexo ocasional. Ao estudar a diferentes hipóteses verificou-se que tanto os contextos grupais, como a frequência de festas e discotecas, a frequência na universidade e a permanência temporária fora do país (ex. Erasmus) representam contextos propícios ao envolvimento em sexo ocasional.

Relativamente à influência dos contextos grupais, Hensley (1977) refere no seu estudo que os indivíduos tendem a envolver-se mais em comportamentos de risco quando se encontram em grupo do que quando estão sozinhos, fenómeno este que é conhecido como *risky shift*. Andrews, Tildesley, Hopps e Li (2002 cit in Gardner & Steinberg, 2005) e Horvath e Zuckerman (1993 cit in Gardner & Steinberg, 2005), referiram nos seus estudos que a influência dos pares revela-se como um importante preditor do envolvimento em comportamentos de risco durante a adultez emergente, sendo que os(as) jovens adultos, encontrando-se ainda na fase de transição da adolescência para a idade adulta tendem a dar continuidade aos comportamentos da fase anterior, revelando-se menos capacitados do que os adultos mais velhos a resistir à influência dos seus pares (Gardner & Steinberg, 2005).

No que diz respeito à influência da frequência de festas/discotecas, O'Brien (1999 cit in Gilchrist et al., 2010) revelou no seu estudo, que com o passar dos anos, criou-se uma cultura universitária muito baseada no divertimento e no consumo de álcool, denominando-a de "culturas de beber" na universidade. Stinson (2010) refere no seu estudo que com o aparecimento das festas universitárias e com o seu aumento gradual, estas permitiram que os(as) estudantes universitários(as) pudessem encontrar facilmente alguém que gratifica-se, em pouco tempo, os seus desejos sexuais momentâneos.

Relativamente à universidade, esta apresenta-se como um contexto privilegiado no que diz respeito ao consumo de substâncias e ao maior interesse nas práticas sexuais ocasionais. Sendo usual na universidade o consumo de bebidas alcoólicas e sendo esta um excelente desinibidor das atividades sexuais, particularmente mais arriscadas (Desiderato & Crawford, 1995 cit in Paul, McManus & Hayes, 2000) é de considerar que a frequência universitária seja uma influência para o envolvimento em sexo ocasional.

Por fim, no que diz respeito à permanência temporária fora do país, é de constatar que na literatura não foram encontrados factos que pudessem corroborar ou rejeitar a presente hipótese, porém pôde-se verificar que existe uma relação significativa

entre este fator e o envolvimento em sexo ocasional. Este resultado aponta para que o envolvimento em sexo ocasional possa ser influenciado pelo facto dos(as) estudantes universitários(as) estarem longe do seu contexto habitual. O fato de os(as) estudantes estarem longe do seu contexto habitual proporciona que estejam livres de qualquer pressão social, tanto a nível familiar como dos pares, facilitando assim o seu envolvimento em comportamentos de risco, comportamentos tais que não ocorreriam tão facilmente se estivessem perante o seu contexto habitual.

No que diz respeito às Hipóteses 5.1, 5.2 e 5.3, onde se pretendeu verificar quais as influências que poderiam incentivar à prática de sexo ocasional, conclui-se que o consumo de bebidas alcoólicas e o uso de métodos contraceptivos aparecem como grandes influentes da prática de sexo ocasional, ao contrário do consumo de estupefacientes que, na opinião dos(as) estudantes, não influenciam esta prática.

Vários estudos mostram que o uso de substâncias desinibe a sexualidade nas pessoas e facilita a incursão em sexo com múltiplos(as) parceiros(as), sexo com estranhos e sexo sem preservativo.

Deste modo, o álcool aparece na literatura como o maior fator de influência do sexo ocasional. Segundo Brooks-Gunn, Boyer e Hein (1988 cit in Nodin, 2001), o consumo de álcool, pelo seu efeito, poderá incapacitar o juízo crítico, induzindo comportamentos de risco e desta forma, o consumo do mesmo aparece como um dos fatores cruciais relativo aos comportamentos sexuais de risco nos(as) jovens (Tapert et al., 2001).

Relativamente ao consumo de estupefacientes, a teoria que norteou o trabalho realizado aponta para que, assim como o álcool, as substâncias elícitas desinibem a sexualidade, facilitando o envolvimento em sexo com múltiplos(as) parceiros(as), sexo com estranhos e sexo sem proteção. A teoria acrescenta ainda que muitas vezes o consumo de substâncias elícitas (em grande parte a marijuana) aparece aliado ao consumo de álcool e segundo Simon et al. (2009) os comportamentos sexuais de risco tendem a ser mais elevados em indivíduos que usam as duas substâncias em simultâneo.

Os resultados encontrados apontam, no entanto, no sentido oposto. Poder-se-á então concluir que, na amostra do estudo, os(as) estudantes universitários(as) não consideram que o consumo de estupefacientes seja, também, responsável pelo envolvimento em sexo ocasional.

No que diz respeito ao uso de métodos contraceptivos se apresentar com facilitador para o envolvimento em sexo ocasional, Stinson (2010) refere que, na maioria dos casos, a capacidade de satisfazer as necessidades sexuais no momento deve-se,

em grande parte, ao aumento de contraceção, tais como os preservativos e as pílulas contraceptivas.

Ao estudar a Hipótese 6 pretendeu-se explorar até que ponto é que as expectativas sociais que a família, o grupo de pares e a sociedade impõem aos indivíduos influenciam a decisão de praticar ou não sexo ocasional. Com a análise desta hipótese verificou-se que o facto da família e grupo de pares aprovar e/ou praticar sexo ocasional poderá influenciar a decisão dos indivíduos praticarem o mesmo. Conclui-se também que a sociedade aprovar e/ou praticar não tem um peso tão grande nessa decisão.

Muitos são os estudos que revelam que a sociedade está em constante mudança e os papéis sociais de homens e mulheres vão acompanhando gradualmente essas mudanças. Porém, as diferenças entre géneros ainda se encontram e as expectativas sociais agregadas a cada um ainda se encontram vincadas.

No que diz respeito à temática das relações sexuais ocasionais, é necessário salientar que a sexualidade, as suas expressões e as consequências dos comportamentos sexuais têm mudado ao longo das décadas, sendo certo que: (1) de década para década, a visão da sexualidade foi-se alterando; (2) as atividades sexuais são vistas de diferente forma de sociedade para sociedade e (3) em muitas sociedades, o significado de um ato sexual depende do contexto em que a ação é realizada. São exemplo disso, as diferenças encontradas entre as décadas de 60 e 80, onde se assistiu a um aumento da atividade sexual entre os(as) jovens e a um decréscimo da idade da primeira relação sexual. Progressivamente, os(as) jovens deixaram de associar a sexualidade ao casamento e à procriação, passando a assistir-se a uma sociedade mais permissiva em relação à sexualidade juvenil (Antunes, 2007).

Atualmente, a atitude da sociedade ocidental perante a sexualidade é diferente, dado verificar-se uma liberalização nos costumes e condutas sexuais dos indivíduos, de que resulta o passar a considerar-se como normal, a possibilidade de tantos os homens como as mulheres poderem ter relações sexuais pré-conjugais. Esta tendência resulta da diminuição do peso de alguns valores sociais que fomentam essa dupla moralidade, como a virgindade feminina, as expectativas sociais referentes ao comportamento sexual dos homens (onde o maior número de experiências corresponde a mais valorização social) e das mulheres, onde se verifica o contrário (o maior número de experiências leva a menor valorização social), a aceitação das relações pré-matrimoniais só para os homens, etc. (Roche & Ramsbey, 1993; Zani, 1991).

Desta forma, as atitudes e os comportamentos sexuais emergem em função dos significados e normas existentes na sociedade da qual o(a) jovem faz parte, ou seja, o modo como os(as) jovens interatuam e se relacionam sexualmente resulta dos modelos

de comportamento e atitudes encontradas no contexto familiar e social (Martins, 1995; Giddens, 1996 cit in Antunes, 2007). Deste modo, a sexualidade é das características humanas mais determinadas e moldadas pelo processo de socialização. O que somos, pensamos, fantasiemos, desejamos e fazemos ao nível sexual é resultado de um processo contínuo de aprendizagens, interações e reflexões realizadas em todos os percursos de vida e atividades humanas: o contexto familiar, as relações entre os pares e os contextos sociais (Sprinthall & Collins, 1994). Conclui-se, então, que a sociedade e as expectativas sociais podem moldar os pensamentos e as opiniões das pessoas, porém são os comportamentos e os pensamentos das pessoas a que mais nos encontramos vinculados que influenciam, em parte, as nossas decisões.

No que respeitante à Hipótese 7, que teve como objetivo verificar a existência de arrependimento posteriormente ao envolvimento em sexo ocasional, pôde-se concluir que não existe uma relação significativa entre ambos.

Alguns autores referem que o envolvimento em práticas sexuais ocasionais trazem consequências negativas, como o sentimento de arrependimento (Lambert, Kahn & Apple, 2003; Paul et al., 2000; Paul & Hayes, 2002 cit in Eshbaugh & Gute, 2008). Segundo Paul, McManus e Hayes (2000) algumas pessoas podem apresentar sentimentos de perda de controlo durante os *one-night stands* e arrependimento depois desses encontros. Os estudos de Oswalt et al. (2005), indicam que 72% dos alunos universitários sexualmente ativos já se arrependeram pelo menos uma vez depois de uma atividade sexual, contra 35% que dizem nunca ter tido esse sentimento. Relativamente às más experiências aquando de um *one-night stand*, outros estudos como o de Campbell (2008) referem que 23% dos homens e 58% das mulheres indicaram algum arrependimento e referiram não voltar a repetir a experiência (Campbell, 2008).

Porém nesta investigação, os resultados encontrados apontam no sentido contrário. No que respeitante à amostra do estudo, a maioria dos(as) estudantes universitários(as) não revelou um sentimento de arrependimento depois do envolvimento em sexo ocasional.

No que toca à Hipótese 8, que pretendeu explorar se a elevada religiosidade poderia estar relacionada com o menor envolvimento em sexo ocasional, verificou-se que os(as) estudantes universitários(as) mais religiosos envolvem-se menos em práticas de sexo ocasional.

Segundo Zaleski e Schiaffino (2000), os indivíduos tendem a determinar os seus comportamentos e atitudes sexuais consoante as suas crenças religiosas e segundo Lefkowitz et al. (2004) a religião pode influenciar algumas decisões relativas às relações sexuais.

Por fim, ao propor-se a Hipótese 9.1 e 9.2, teve-se como objetivo verificar as diferenças entre género no que concerne ao sexo ocasional e à percepção de risco. Relativamente ao sexo ocasional, verificou-se que existem diferenças entre o sexo masculino e feminino, sendo que o primeiro tende a envolver-se mais em práticas de sexo ocasional do que o sexo oposto. Relativamente à percepção de risco, pôde-se verificar novamente diferenças, tendo o sexo feminino mais tendência a perceber os riscos envolvidos no sexo ocasional do que o sexo oposto.

Relativamente ao sexo ocasional, há que salientar que existem diferenças em função do género, existindo uma predisposição relativamente ao sexo masculino (Buss, 1988, cit. por Grello et al., 2006; Hill, 2002).

Os resultados encontrados demonstram que o sexo feminino é mais conservador face às atitudes sexuais do que o sexo masculino, sendo este, pelo contrário mais permissivo (Hendrick, Hendrick, Slapion-Foote, & Foote, 1985; Sprecher & McKinney, 1993, cit in Hendrick & Hendrick, 1995) e frequentemente identificado como o sexo com maior número de parceiros(as) sexuais ocasionais.

Porém, existe uma percentagem cada vez maior de mulheres a envolverem-se em sexo ocasional e com o evoluir da sociedade e dos papéis sociais de cada género a diferença entre ambos tenderá a diminuir. Contudo, os motivos para o envolvimento em sexo ocasional continuam a ser diferentes para as mulheres, que, usualmente, tendem a acreditar que ao incorrer em comportamentos deste tipo, estarão a conhecer as necessidades dos seus parceiros(as), a dar sustento e conforto (Hill, 2002), a satisfazê-los e a aumentar a intimidade numa potencial relação (Impett & Peplau, 2003), suportando, assim, o facto de que o sexo feminino se envolve em relações de sexo ocasional com vista a construir uma relação séria (Regan e Dreyer, 1999 cit. por Owen & Fincham, 2011). Por outro lado, os homens não demonstram interesse em se envolverem em *one-night stands* que possam envolver a ideia de relação amorosa (Bogle, 2008).

No que diz respeito à percepção de risco está comprovado que existem diferenças de género. Vários estudos demonstram que os homens tendem a ver os riscos como menores e menos preocupantes do que as mulheres, sendo que diversos estudos comprovaram que as mulheres e os homens podem perceber os mesmos riscos de forma diferente, na generalidade percebem riscos diferentes e, além disso, atribuem diferentes significados ao que aparenta ser o mesmo risco.

O presente estudo pretendeu focar-se nas questões da percepção de risco dos adultos emergentes em contexto de *one-night stand*, com vista a contribuir não só para a temática da sexualidade neste estágio do desenvolvimento humano, mas também com vista a entender de que forma os(as) jovens adultos da atualidade percebem os riscos advindos dessa mesma sexualidade.

Diversas foram as perspectivas teóricas que contribuíram para a origem da Adulterez Emergente. Porém, na última década tem-se verificado alguma concordância entre os investigadores e teóricos, passando este processo de transição a ser visto, progressivamente, como um percurso com características e tarefas a cumprir suficientemente específicas, para que se desse a origem de um estágio de vida individualizado do ponto de vista psicossocial.

Como visto na revisão de literatura, esta é a fase da vida das explorações identitárias, não só por os(as) jovens se quererem identificar, típico das explorações da adolescência, mas também por quererem perceber quem querem vir a ser futuramente.

Esta etapa aparece, então, envolta num vasto leque de possibilidades, fomentando, inevitavelmente, a instabilidade - já não se é adolescente, mas também ainda não se é adulto - que leva o adulto emergente a encontrar-se entre o sentimento de independência, que lhe dá a oportunidade de iniciar uma gestão autónoma da sua vida e, por outro lado, encontra-se numa fase de reflexão mais profunda de si mesmo, fundamental ao desenvolvimento psicológico requerido na entrada da fase de vida seguinte.

Sendo a prevalência dos adultos emergentes na universidade, muitos têm sido os estudos com a população universitária, em grande parte pelos comportamentos da mesma, assim como pela sua fase de desenvolvimento.

Um dos grandes enfoques, atualmente, é a vivência universitária, que usualmente acarreta o consumo de álcool, drogas e outros comportamentos de risco. Como visto na revisão de literatura efetuada, esta fase de desenvolvimento é caracterizada por um aumento dos interesses sexuais, muitas vezes iniciados na adolescência, e com a crescente “cultura de diversão” na universidade é cada vez mais frequente o envolvimento dos(as) estudantes universitários(as) em relações de sexo ocasional.

Vários são os fatores que se apresentam como impulsionadores das práticas sexuais, sendo um dos maiores fatores o aumento das festas universitárias que facilitam o conhecimento de novas pessoas, num contexto desprovido de qualquer preocupação onde os(as) estudantes universitários(as) podem satisfazer os seus desejos mais iminentes. Um dos fatores que caracteriza as festas universitárias é o consumo de álcool, muitas vezes em excesso. Segundo a literatura, o álcool é o maior fator de influência tanto do sexo ocasional, como do sexo desprotegido, sendo neste estudo evidente que o álcool é uma das influências da prática de sexo ocasional.

Outro fator encontrado na literatura e no presente estudo são os contextos. As festas universitárias e a frequência de bar/discotecas, para além de, por si só, serem contextos propícios à prática de sexo ocasional, também é visto como um contexto em que os indivíduos geralmente se encontram em grupo, sendo este um dos fatores de influência encontrados. O fator “grupo” aliado às normais grupais, ou seja, à predisposição dos indivíduos desse grupo aceitarem e até se envolverem em práticas de sexo ocasional conduz os(as) jovens a incorrerem, mais facilmente, no mesmo comportamento.

Porém, as práticas de sexo ocasional apresentam-se, neste estudo, como uma prática de risco, muitas vezes por estarem sob a influência de álcool, que como já visto é um grande desinibidor das práticas sexuais e inibidor das práticas sexuais seguras. Por outro lado, muitas vezes os(as) estudantes envolvem-se mais facilmente em práticas sexuais por estarem sob a proteção de métodos contraceptivos, como se pode verificar no presente estudo, porém, com o consumo de bebidas alcoólicas o uso de métodos contraceptivos de barreira desce consideravelmente, levando à prática de sexo ocasional desprotegido.

Acrescendo a esta prática desprotegida surge o fator de, por ser ocasional, não se conhecer ou conhecer-se pouco o(a) parceiro(a) e o seu historial. Por este motivo, para além de existir a probabilidade de existir uma gravidez inesperada, existe também a probabilidade de contrair uma doença sexualmente transmissível, incluindo o HIV/SIDA. Como se pode verificar neste estudo, o risco de contrair HIV/SIDA foi o risco que os(as) estudantes universitários(as) mais revelaram preocupação.

Por estes motivos, depois de um *one-night stand* surge, em mais de 50% dos casos, o arrependimento. Porém, nesta população específica não se revelou um relacionamento tão significativo, o que poderá acarretar outras questões.

Neste estudo foram levantadas algumas questões iniciais que com o decorrer da análise dos resultados puderam ser respondidas: Como é que os indivíduos percecionam os riscos a que estão sujeitos nesse tipo de relações? Porque é que se expõem voluntariamente a riscos conhecidos? Ou não serão assim tão conhecidos?

Os resultados do presente estudo revelaram, então, que os riscos, principalmente os físicos, são considerados pelos(as) estudantes universitários(as), porém só os mais mediáticos, como a gravidez inesperada e as doenças sexualmente transmissíveis. Conclui-se, desta forma, que existe um reconhecimento desses dois riscos físicos e um desconhecimento/desvalorização de outros, principalmente dos riscos psicológicos. Este desconhecimento/desvalorização dos riscos mais emocionais poderá, em parte, estar relacionada com os níveis, abaixo do esperado, de arrependimento, que acaba por ser uma das grandes causas dos riscos psicológicos mencionados neste estudo, como a culpabilização e a diminuição da autoestima.

Já no que diz respeito à forma como os indivíduos percebem os riscos, é de notar, no presente estudo, que no momento do envolvimento em sexo ocasional os(as) estudantes universitários(as) não percebem os riscos que essa prática pode acarretar, só chegando a essa percepção posteriormente ao comportamento.

Este baixo nível de percepção de risco no momento do *one-night stand* poderá, em parte, ser explicado pela percepção de invulnerabilidade advinda do otimismo irreal (i.e. tendência para o indivíduo se perceber como imune face a acontecimentos negativos) e utilização de heurísticas que “camuflam” os níveis de risco.

Associadas ao trabalho desenvolvido estão, necessariamente presentes, algumas limitações.

Uma primeira limitação identificada prende-se com a amostra, que deveria ter sido mais alargada, de forma a ser mais representativa da população em questão.

Outra limitação encontrada está relacionada com a construção do questionário, que mesmo tendo sido um bom instrumento de trabalho, deveria ser aprimorado em função da equidade dos tipos de resposta de modo a facilitar a análise de dados. Há que salientar, também, que recaindo a nossa escolha sobre instrumentos que não se encontram aferidos à população portuguesa e que carecem de estudos prévios com vista a engrandecer a sua robustez psicométrica, poder-se-ão encontrar limitações dos mesmos para o estudo da população deste trabalho.

Por fim, pensamos que foi útil introduzir os indivíduos que não se envolveram em *one-night stand*, visto que contribuiu para uma análise das diferenças inter-grupais, porém verificou-se na recolha de dados que esses mesmos indivíduos apresentaram dificuldades ao se colocarem numa situação de *one-night stand*.

Relativamente a futuros estudos, seria interessante, num estudo semelhante ao presente, recolher uma amostra superior, em várias universidades de várias regiões do

país de modo a perceber se a prática de sexo ocasional e consequentemente a percepção de risco difere de região para região e de universidade para universidade.

Seria também interessante desenvolver a área de estudos relacionada com o arrependimento no contexto das relações sexuais ocasionais, visto que esta amostra em específico não apresentou níveis significativos de arrependimento. Pensamos ser interessante realizar um estudo qualitativo que melhor entenda as questões do arrependimento.

Pensamos que seja de alguma relevância replicar o presente estudo na comunidade LGBT, visto que os poucos participantes revelaram elevados níveis de *one-night stands* e por esses motivos seria interessante verificar esta questão.

Por último, consideramos pertinente efetuar o presente estudo com adultos emergentes mas não frequentadores da universidade de modo a comparar os diferentes grupos.

Não obstante as várias limitações identificadas, crê-se que este estudo possa ter colaborado para a expansão do conhecimento no campo das relações sexuais do adulto emergente, na população portuguesa, especificamente, no contexto universitário e principalmente, ter ajudado na compreensão da percepção que os(as) jovens universitários detêm acerca dos fatores de influência (álcool, drogas, contextos) e dos riscos físicos e psicológicos associados ao *one-night stand*.

Deste modo, o presente estudo pode revelar-se uma mais-valia no desenvolvimento de estratégias preventivas tanto na comunidade universitária, como na comunidade em geral no que diz respeito aos comportamentos de risco associados ao sexo ocasional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbey et al. (2001). Alcohol and Sexual. *National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism*, 25 (1), 43-51.

Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P., Clinton, A & McAuslan, P. (2003). Sexual assault and alcohol consumption: what do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggression and Violent Behavior*, 9 (2004), 271-303.

Alferes, V. R. (2006). *Atracção interpessoal, sexualidade e relações íntimas* (7ª ed.). In J. Vala, & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia Social* (pp. 125-158). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Alhakami, A. S., & Slovic, P. (1994). A psychological study of the inverse relationship between perceived risk and perceived benefit. *Risk Analysis*, 14 (6), 1085-1096.

Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios: Edições.

Andrade, C. (2006). *Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: estudo diferencial e intergeracional* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

Antunes, D., Bernardo, F. & Palma-Oliveira, J. (2011). Psicologia do Ambiente. *Psicologia Aplicada*, 189-225.

Antunes, M. (2007). *Atitudes e comportamentos sexuais de estudantes do ensino superior*. Coimbra: Formasau.

Arnett, J. (1992). Reckless behavior in adolescence: A developmental perspective. *Developmental Review*, 12, 339-373.

Arnett, J. J. (1997). Young people's conceptions of the transition to adulthood. *Youth & Society*, 29, 1-23.

Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, 41, 295-315.

Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.

Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.

Arnett, J. J. (2007a). Emerging adulthood, a 21st century theory: a rejoinder to Hendry and Kloep. *Society for Research in Child Development*, 1 (2), 80-82.

Arnett, J. J. (2007b). Emerging adulthood: What is it, and what is it good for? *Society for Research in Child Development*, 1 (2), 68-73.

Bogle, K. (2007). The Shift from Dating to Hooking up in College: What Scholars Have Missed. *Sociology compass* ½, 775-788.

Bogle, K. A. (2008). *Hooking up: Sex, dating, and relationships on campus*. New York: New York University Press.

Brown, J. & Venable, P. (2007). Alcohol use, partner type, and risky sexual behavior among college students: Findings from an event-level study. *Addictive Behaviors*, 32, 2940–2952.

Campbell, A. (2008). The Morning after the Night Before Affective Reactions to One-Night Stands among Mated and Unmated Women and Men. *Human Nature*, 19, 157–173

Chikering, A., & Reisser, L. (1993). *Education and identity* (2nd ed.). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Cochran, J. K. and Beeghly, L. (1991). The influence of religion on attitudes toward nonmarital sexuality: A preliminary assessment of reference group theory. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 30(1), 45-62.

Coutinho, B. M. (2010). *Base segura: A vinculação no contexto da transição para a idade adulta* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Cubbins, L. A., & Tanfer, K. (2000). The influence of gender on sex: A study of men's and women's self-reported high-risk sex behavior. *Archives of Sexual Behavior*, 29, 229-257.

Davis, K., George, W. & Norris, J. (2004). Women's Responses to Unwanted Sexual Advances: The Role of Alcohol and Inhibition Conflict. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 333-343.

Davis, K., Norris, J., Hessler, D., Zawacki, T., Morrison, D. & George, W. (2010). College Women's Sexual Decision Making: Cognitive Mediation of Alcohol Expectancy Effects. *Journal of American College Health*, 58 (5), 481-489.

De Figueiredo, J. M., & Lemkau, P. V. (1980). Psychiatric interviewing across cultures: some problems and prospects. *Social Psychiatry*, 15, 117-121.

Diniz, A., & Almeida, L. (2006). Adaptação à universidade e estudantes do primeiro ano: Estudo diacrónico da interacção entre o relacionamento com pares, o bem estar e o equilíbrio emocional. *Análise Psicológica*, 1(XXIV), 29-38. DOI 10.1007/s12110-008-9036-2.

Epstein, M., Calzo, J. P., Smiler, A. P., & Ward, L. M. (2009). "Anything from making out to having sex": Men's negotiations of hooking up and friends with benefits scripts. *Journal of Sex Research*, 46(5), 414-424.

Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.

Erikson, E. H. (1995). *Childhood and Society*. London: Vintage. (Original work published 1950).

Erikson, E. H., & Erikson, J. M. (1998). *The life cycle completed*. Extended version with new chapters on the ninth stage by Joan M. Erikson. New York: W. W. Norton & Company, Inc. (Original work published 1982).

Eshbaugh, E. M., & Gute, G. (2008). Hookups and sexual regret among college women. *The Journal of Social Psychology*, 148(1), 77-89.

Ferreira, J. A., & Hood, A. (1990). Para a compreensão do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário. *Revista portuguesa de Pedagogia*, 24, XXIV, 391-406.

Ferreira, J. A., Almeida, L. S., & Soares, A. P. (2001). Adaptação académica em estudante do 1º ano: diferenças de género, situação de estudante e curso. *Psico-USF*, 6 (1), 1-10.

Fielder, R. L., & Carey, M. P. (2010). Predictors and consequences of sexual “hookups” among college students: A short-term perspective study. *Archives of Sexual Behavior*, 39, 1105-1119.

Gilchrist, H., Smith, K., Magee, A. & Jones, S. (2010). A hangover and a one-night stand: Alcohol and risky sexual behaviour among female students at an Australian university. *Youth Studies Australia* ,31 (2), 35-43.

Grello, C. M., Welsh, D. P., & Harper, M. S. (2006). No Strings Attached: The Nature of Casual Sex in College Students. *The Journal of Sex Research*, 43(3), 255-267.

Haerich, P. (1992). Premarital sexual permissiveness and religious orientation: A preliminar investigation. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 31(3), 361-365.

Hamilton, L., & Armstrong, E. A. (2009). Gendered sexuality in young adulthood. Double binds and flawed options. *Gender & Society*, 23(5), 589-616.

Hendershot, C. & George, W. (2007). Alcohol and Sexuality Research in the AIDS Era: Trends in Publication Activity, Target Populations and Research Design. *National Institutes of Health*, 11 (2): 217-226. doi:10.1007/s10461-006-9130-6.

Hendershot, C. & George, W. (2007). Alcohol and Sexuality Research in the AIDS Era: Trends in Publication Activity, Target Populations and Research Design. *AIDS Behavior*, 11(2), 217–226. doi:10.1007/s10461-006-9130-6.

Hendrick, S. S., & Hendrick, C. (1995). Gender differences and similarities in sex and love. *Personal Relationships*, 2, 55-65.

Hill, C. A. (2002). Gender, relationship stage, and sexual behavior: The importance of partner emotional investment within specific situations. *The Journal of Sex Research*, 39, 228-240.

Impett, E. A., & Peplau, L. A. (2003). Sexual compliance: Gender, motivational, and relationship perspectives. *The Journal of Sex Research*, 40, 87-100.

Jepsen, C. R. (2012). Call me maybe. Em *Kiss* (CD). Santa Monica: CA: Interscope Records.

Jokisaari, M. (2003). Regret appraisals, age, and subjective well-being. *Journal of Research in Personality*, 37, 487–503.

Kingree, J., Braithwaite, R. & Woodring, T. (2000). Unprotected Sex as a Function of Alcohol and Marijuana Use Among Adolescent Detainees. *Journal of Adolescent Health*, 27, 179–185.

LaBrie, J. et al. (2008). A Randomized Motivational Enhancement Prevention Group Reduces Drinking and Alcohol Consequences in First-Year College Women. *Psychology of Addictive Behaviors*, Vol. 22 (1), 149-155.

Lambert, T. A., Kahn, A. S. & Apple, K. J. (2003). Pluralistic ignorance and hooking up. *Journal of Sex Research*, 40, 129-133.

Lefkowitz, E., Gillen, M., Shearer, C. & Boone, T. (2004) Religiosity, sexual behaviors, and sexual attitudes during emerging adulthood, *The Journal of Sex Research*, 41:2, 150-159, DOI: 10.1080/00224490409552223

Levinson, D, Darrow, D., Klein, C., Levinson, M., & McKee, B. (1978). *The seasons of a man's life*. New York: A. A. Knopf.

Luís, S. (2011). *Dr. Jekyll or mr. Hyde? Normative influence on judgment and behavior*. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Lyons, H. et al. (2010). Casual Sex Among Young Adults: Education Differentials. *Center for Family and Demographic Research*, Working Paper Series 2010-07.

Maia, R. (2010). *Percepção de Risco: Diferenças e Semelhanças entre um Cortador de Relva e um Pombo*. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Marchand, H. (2001). *Temas do desenvolvimento psicológico do adulto e do idoso*. Coimbra: Quarteto.

Markus, H. & Nurius, P. (1986). Possible Selves. *American Psychology Association, Inc.*, Vol. 41, No. 9, 954-969.

Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Pêro Pinheiro: Report Number, Lda.

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS statistics*. Pêro Pinheiro: Report Number, Lda.

Martínez Alvarez, J. (2000). Experiencias Heterossexuales en la Adolescencia: Implicaciones para la Educación Sexual. *Ver. De Psicol. Gral y Aplic.*, 53 (1), 191-209.

Masters, N., George, W., Davis, K., Norris, J., Heiman, J., Jacques-Tiura, A., Gilmore, A., Nguyen, H., Kajumulo, K., Otto, J., & Stappenbeck, C. (2013). Women's Unprotected Sex Intentions: Roles of Sexual Victimization, Intoxication, and Partner. *Perception, The Journal of Sex Research*, 0(0), 1-13, DOI: 10.1080/00224499.2012.763086.

McKenna, F. (1993). It won't happen to me: Unrealistic optimism or illusion of control? *British Journal of Psychology*, 84, 39-50.

McNair, L., Carter, J. & Williams, M. (1998) Self-esteem, gender, and alcohol use: Relationships with HIV risk perception and behaviors in college students. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 24:1, 29-36, DOI: 10.1080/00926239808414666.

Monteiro, S., Tavares, J., & Pereira, A. (2009). Adulterz emergente: Na fronteira entre a adolescência e a adulterz. *Revista @mbienteeducação*, 2(1), 129-137.

Morgan, M. G., Fishhoff, B., Bostrom, A., & Atman, C.J. (2002). *Risk Communication: A mental models approach*. Cambridge: Cambridge University.

Nichols, R. W. (2000). Risk. *The Sciences*.

Nodin, N. (2001). *Os(as) jovens portuguesas e a sexualidade em finais do século XX*. Lisboa: APF.

Norris, J. George, W. Stoner, S., Masters, N., Zawacki, T., Davis, K. (2006). Women's Responses to Sexual Aggression: The Effects of Childhood Trauma, Alcohol, and Prior Relationship. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, 14(3), 402-411.

Oswalt, S., Cameron, K & Koob, J. (2005). Sexual Regret in College Students. *Archives of Sexual Behavior*, 34 (6), 663-669, DOI: 10.1007/s10508-005-7920-y.

Owen, J., & Fincham, F. D. (2011). Effects of gender and psychosocial factors on "Friends with Benefits" relationships among young adults. *Archives of Sexual Behavior*, 40, 311-320.

Pascarella, E. T., & Terenzini, P. T. (1991). *How college affects students: Findings and insights from twenty years of research*. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.

Pascarella, E. T., & Terenzini, P. T. (2005). *How college affects students: A third decade of research*. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.

Paul, E. (2006). Beer goggles, catching feelings, and the walk of shame: The myths and realities of the hookup experience. In D. C. Kirkpatrick, S. Duck, & M. Foley (Eds.), *The processes of constructing and managing difficult interaction* (pp. 140-160). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Paul, E. L., McManus, B., & Hayes, A. (2000). "Hookups": Characteristics and correlates of college students' spontaneous and anonymous sexual experiences. *The Journal of Sexual Research*, 37, 76-88.

Penke, L. (2010). Revised Sociosexual Orientation Inventory. In *T. D. Fisher, C. M.*

Penke, L., & Asendorpf, J. B. (2008). Beyond global sociosexual orientations: A more differentiated look at sociosexuality and its effects on courtship and romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 95(5), 1113-1135.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais – A complementariedade do SPSS* (5ª ed. - Revista e Corrigida). Lisboa: Edições Sílabo. Pinheiro: ReportNumber, Lda.

Rabinowitz, V. (2004). Risk-Taking and Sexual Behavior. *Encyclopedia of Applied Psychology*, Vol. 3, 281-287.

Salkind, N. J. (2004). *An introduction to theories of human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

Santos, L., & Almeida, L. S. (2001). Vivências académicas e rendimento escolar: Estudo com alunos universitários do 1º ano. *Análise Psicológica*, 2 (XIX), 205-217.

Schmitt, D. P. (2005). Sociosexuality from Argentina to Zimbabwe: A 48-nation study of sex, culture, and strategies of human mating. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 241-311.

Short, J. (1984). The Social Fabric at Risk: Toward the Social Transformation of Risk Analysis. *American Sociological Review*, Vol. 49, No. 6 (Dec., 1984), pp. 711-725.

Silva, A. D. (2008). *A construção da carreira no Ensino Superior* (Dissertação de doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Minho.

Simons, J., Maisto, S., Wray, T. (2009). Sexual risk taking among young adult dual alcohol and marijuana users. *Addictive Behaviors*, 35, 533–536.

Simpson, J. A., & Gangestad, S. W. (1991a). Individual differences in sociosexuality: Evidence of convergent and discriminant validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 870-883.

Sjöberg, L. (2000). Factors in Risk Perception. *Risk Analysis*, Vol. 20, No. 1, 2000.

Slovic, P. (1999). Trust, Emotion, Sex, Politics, and Science: Surveying the Risk-Assessment Battlefield. *Risk Analysis*, 19 (4), 689-701

Slovic, P. (2000). *The perception of risk*. London: Earthscan

Slovic, P., Fischhoff, B., & Lichtenstein, S. (1980). Facts and fears: understanding perceived risk. In R.C. Schwing, & W.A. Albers, Jr. (Eds.), *Societal Risk Assessment: how safe is safe enough?*(pp. 181-216). New York: Plenum.

Starr, C. (1969). Social benefit versus technological risk. *Science*, 165, pp. 1232-1238.

Soares, A. P., Almeida, L. S., Diniz, A. M., & Guisande, M. A. (2006). Modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário (MMAU): Estudo com estudantes de ciências e tecnologias versus ciências sociais e humanas. *Análise Psicológica*, 1 (XXIV), 15-27.

Soares, A. P., Almeida, L. S., Diniz, A. M., & Guisande, M. A. (2006). Modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário (MMAU): Estudo

com estudantes de ciências e tecnologias versus ciências sociais e humanas. *Análise Psicológica*, 1 (XXIV), 15-27.

SPSS (2015). *PASW Statistics 22.0 Statistical Algorithms*, SPSS, Inc: Chicago, IL.

Stinson, R. (2010). Hooking Up in Young Adulthood: A Review of Factors Influencing the Sexual Behavior of College Students, *Journal of College Student Psychotherapy*, 24:2, 98-115, DOI: 10.1080/87568220903558596.

Stoner, S., Norris, J. George, W., Davis, K., Masters, N., Hessler, D. (2007). Effects of alcohol intoxication and victimization history on women's sexual assault resistance intentions: the role of secondary cognitive appraisals. *Psychology of Women Quarterly*, 31, 344–356.

Tanner, J. L., Arnett, J. J., & Leis, J. A. (2009). Emerging Adulthood. Learning and Development During the First Stage of Adulthood. In M. C. Smith, & N. DeFrates- Densch (Eds.), *Handbook of Research on Adult Learning and Development* (34-67). New York: Taylor & Francis.

Tapert, S., Aarons, G., Sedlar, G & Brown, S. (2001). Adolescent Substance Use and Sexual Risk-Taking Behavior. *Journal of Adolescent Health*, 28, 181–189.

Taylor, S. & Brown, J. (1994). Positive Illusions and Well-Being Revisited: Separating Fact From Fiction. *Psychological Bulletin*, Vol. 116, No. 1.21-27.

Taylor, S., Kemeny, M., Aspinwall, L., Schneider, S., Rodriguez, R. & Herbert, M. (1992). Optimism, Coping, Psychological Distress, and High-Risk Sexual Behavior Among Men at Risk for Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS). *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (3), 460-47.

Trivers, R. (1972). *Parental Investment and Sexual Selection*. Chicago: Aldine Publishing Company.

Tversky, A. & Kahneman, D. (1973). *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. (ONR Technical Report). Recuperado do Oregon Research Institute.

Tsitsika, A. et al. (2014). Experiencing Sexuality in Youth Living in Greece: Contraceptive Practices, Risk Taking, and Psychosocial Status. *North American Society for Pediatric and Adolescent Gynecology*, Vol. 27, 232-239.

Upcraft, M. L., & Schuh, J. H. (Eds.). (1996). *Assessment in student affairs. A guide for practitioners*. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.

van der Pligt, J. et al. (s.d.). *Perceived Risk of AIDS: Unrealistic Optimism and Self-Protective Action*.

Vandermoere, F., Blanchemanche, S., Bieberstein, A., Murette, S. & Roosen, J. (2010). The morality of attitudes toward nanotechnology: about God, techno-scientific progress, and interfering with nature. *J Nanopart Res*, 12, 373–381, DOI 10.1007/s11051-009-9809-5

Varelas, D. (2011). “*One-night Stands*”: *Vinculação, Estilos de Amor, Género e consumo de Álcool - Um estudo com Alunos Universitários*. Universidade de Évora, Évora.

Wechsler, H., Davenport, A., Dowdall, G., Moeykens, B., Castillo, S. (1994). Health and Behavioral Consequences of Binge Drinking in College. *The Journal of the American Medical Association*, 272 (21), 1672-1677.

Zaleski, E. & Schiaffino, M. (2000). Religiosity and sexual risk-taking behavior during the transition to college. *Journal of Adolescence*, 23, 223-227

Zeelenberg, M. (1999) The use of crying over spilled milk: A note on the rationality and functionality of regret. *Philosophical Psychology*, 12(3), 325-340, DOI: 10.1080/095150899105800.

ANEXOS

ANEXO I
PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO



Caro/a Colega,

Somos alunas de **Psicologia** na Universidade de Évora e encontramos-nos a desenvolver um estudo no âmbito da nossa **Dissertação de Mestrado**, subordinado ao tema do **Sexo Ocasional**.

Gostaríamos de **solicitar a sua ajuda e colaboração**, para responder ao **Questionário** que **seguidamente será apresentado**, o qual **não lhe tomará mais do que 15 minutos**.

As respostas obtidas através do Questionário serão, evidentemente, **Anónimas e Confidenciais** sendo submetidas, unicamente, a tratamento estatístico inerente à investigação.

Por favor responda com **espontaneidade e sinceridade**, pois a **sua opinião** é o que importa aferir. **Certifique-se** de que **responde a todos os itens**.

Questionário de Perceção de Risco no Sexo Ocasional

O **sexo ocasional** ocorre normalmente numa **ocasião e envolve quaisquer práticas sexuais** entre **duas pessoas** que são **desconhecidas ou pouco conhecidas** e que não esperam algo mais entre elas.

Por favor lê com atenção cada um dos itens que se seguem e responde honestamente, assinalando apenas uma resposta.

1. Atualmente estás numa relação? SIM NÃO
2. Já iniciaste a tua vida sexual? SIM NÃO

	0	1	2	3	4	5-6	7-9	10-19	Mais de 20
3. Com quantos parceiros diferentes tiveste sexo nos últimos 12 meses?									
4. Com quantos parceiros diferentes tiveste relações sexuais numa e apenas numa ocasião?									
5. Com quantos parceiros diferentes tiveste relações sexuais ocasionais <i>sem teres interesse</i> num relacionamento a longo prazo, com essa pessoa?									
6. Com quantos parceiros diferentes tiveste relações sexuais ocasionais <i>tendo interesse</i> num relacionamento a longo prazo, com essa pessoa?									

	Discordo Totalmente					Corcordo Totalmente			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7. Eu não quero ter sexo com uma pessoa até ter a certeza que estaremos numa relação séria, a longo prazo.									
8. Sexo sem amor, está correcto.									
9. Consigo imaginar-me confortável e a desfrutar de sexo ocasional.									
10. Se estiver numa <i> festa ou numa discoteca</i> sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.									
11. Se estiver <i> fora do país</i> , sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.									
12. Se sair em <i> grupo</i> , sinto-me mais à vontade para ter relações sexuais ocasionais.									

	Discordo Totalmente					Concordo Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7
13. Consideras que o facto de estares na <i>universidade</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?							
14. Consideras que a <i>ingestão de bebidas alcóolicas</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?							
15. Consideras que o <i>consumo de drogas não injetáveis</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?							
16. Consideras que o <i>uso de um método contraceptivo</i> facilita a ocorrência de sexo ocasional?							

17. Consideras o sexo ocasional uma prática de risco? SIM NÃO

Se já tiveste sexo ocasional, responde às questões que se seguem. Se **NUNCA** tiveste sexo ocasional responde imaginando como seria.

18. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional achaste, *no momento*, que corrias algum risco?

Nunca Algumas vezes Muitas vezes Sempre

19. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional achaste, *posteriormente*, que correste algum risco?

Nunca Algumas vezes Muitas vezes Sempre

a) Se **SIM**, que riscos achas que correstes?

b) Que cuidados tiveste para reduzir esses riscos?

20. Alguma vez sentiste *arrependimento* depois de uma relação sexual ocasional? SIM NÃO

21. Na(s) experiência(s) que tiveste de sexo ocasional quiseste que houvesse uma segunda oportunidade? SIM NÃO

22. Da seguinte lista, assinala com um X os <i>riscos que já correste</i> , depois de ter uma relação sexual ocasional:	
a) Engravidar inesperadamente/ Engravidar alguém inesperadamente	
b) Contrair uma Doença Sexualmente Transmissível	
c) Contrair HIV/SIDA	
d) Ser violado(a)	
e) Ser agredido(a) fisicamente	
f) Diminuição da auto-estima	
g) Culpabilização	
h) Perda de controlo	
i) Vergonha	
j) Nenhum dos riscos anteriores	

23. Avalia cada um dos seguintes riscos em relação às seguintes características: **Põe um X no local que corresponder à tua opinião.**

1. Engravidar inesperadamente/ Engravidar alguém inesperadamente

Pouco Provável _____ Muito Provável
Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
Involuntário _____ Voluntário
Incontrolável _____ Controlável
Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
Pouco grave _____ Muito grave
Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

2. Contrair uma Doença Sexualmente Transmissível

Pouco Provável _____ Muito Provável
Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
Involuntário _____ Voluntário
Incontrolável _____ Controlável
Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
Pouco grave _____ Muito grave
Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

3. Contrair HIV/SIDA

Pouco Provável _____ Muito Provável
Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
Involuntário _____ Voluntário
Incontrolável _____ Controlável
Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
Pouco grave _____ Muito grave
Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

4. Ser violado(a)

Pouco Provável _____ Muito Provável
Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
Involuntário _____ Voluntário
Incontrolável _____ Controlável
Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
Pouco grave _____ Muito grave
Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

5. Ser agredido(a) fisicamente

Pouco Provável _____ Muito Provável
Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
Involuntário _____ Voluntário
Incontrolável _____ Controlável
Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
Pouco grave _____ Muito grave
Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

6. Diminuição da auto-estima

Pouco Provável _____ Muito Provável
 Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
 Involuntário _____ Voluntário
 Incontrolável _____ Controlável
 Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
 Pouco grave _____ Muito grave
 Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

7. Culpabilização

Pouco Provável _____ Muito Provável
 Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
 Involuntário _____ Voluntário
 Incontrolável _____ Controlável
 Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
 Pouco grave _____ Muito grave
 Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

8. Perda de controlo

Pouco Provável _____ Muito Provável
 Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
 Involuntário _____ Voluntário
 Incontrolável _____ Controlável
 Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
 Pouco grave _____ Muito grave
 Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

9. Vergonha

Pouco Provável _____ Muito Provável
 Pouco Preocupante _____ Muito Preocupante
 Involuntário _____ Voluntário
 Incontrolável _____ Controlável
 Consequências a curto prazo _____ Consequências a longo prazo
 Pouco grave _____ Muito grave
 Afeta-me muito _____ Afeta-me pouco

	Discordo Totalmente					Concordo Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7
S0) Comportamento: <u>Praticar sexo ocasional</u>							
1. Na nossa sociedade, geralmente as pessoas <u>praticam sexo ocasional</u> .							
2. Praticar sexo ocasional é um comportamento <u>aprovado</u> na nossa sociedade, independentemente de ser ou não cumprido.							
3. Praticar sexo ocasional é um comportamento <u>pouco habitual</u> na nossa sociedade.							
4. Praticar sexo ocasional é um comportamento <u>desejável</u> na nossa sociedade.							
5. A maioria das pessoas <u>pratica ou já praticou sexo ocasional</u> .							
6. A maioria das pessoas <u>aprova</u> que se pratique sexo ocasional, se bem que na prática possa ou não verificar-se.							
7. Para a maioria das pessoas é <u>desejável</u> praticar-se sexo ocasional.							

8. As pessoas com as quais eu me <u>identifico</u> (isto é, as pessoas que têm uma maneira de ser e estar semelhante à que desejo para mim) consideram que é <u>apropriado</u> praticar sexo ocasional.							
9. As pessoas com as quais eu me <u>identifico</u> praticam ou já praticaram sexo ocasional.							
10. As pessoas que são <u>importantes</u> na minha vida (isto é, as pessoas que interferem na minha vida, independentemente de eu me identificar ou não com elas) <u>aprovam</u> que se pratique sexo ocasional.							
11. As pessoas que são <u>importantes</u> na minha vida praticam ou já praticaram sexo ocasional.							

a) Nas últimas semanas, quantas vezes praticaste sexo ocasional?

Nunca Muitas vezes
1 2 3 4 5 6 7

b) Pessoalmente, o que consideras acerca do comportamento "praticar sexo ocasional"?

b.1) Gosto, independentemente de estar a favor

Não gosto Gosto muito
1 2 3 4 5 6 7

b.2) Estou a favor, independentemente de gostar

Sou desfavorável Sou totalmente favorável
1 2 3 4 5 6 7

c) Imagina que tens oportunidade de praticar sexo ocasional.

c.1) Sentirias obrigação pessoal ou moral para não praticar sexo ocasional?

Nenhuma obrigação Obrigação extrema
1 2 3 4 5 6 7

c.2) Como te sentirias relativamente a ti se praticasses sexo ocasional?

De forma muito negativa De forma muito positiva
1 2 3 4 5 6 7

SP) Comportamento: <u>Praticar sexo protegido</u>	Discordo Totalmente					Concordo Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7
1. Na nossa sociedade, geralmente as pessoas <u>praticam sexo protegido</u> .							
2. Praticar sexo protegido é um comportamento <u>aprovado</u> na nossa sociedade, independentemente de ser ou não cumprido.							
3. Praticar sexo protegido é um comportamento <u>pouco habitual</u> na nossa sociedade.							
4. Praticar sexo protegido é um comportamento <u>desejável</u> na nossa sociedade.							
5. A maioria das pessoas <u>pratica sexo protegido</u> .							
6. A maioria das pessoas <u>aprova</u> que se pratique sexo protegido, se bem que na prática possa ou não verificar-se.							
7. Para a maioria das pessoas é <u>desejável</u> praticar-se sexo protegido.							
8. As pessoas com as quais eu me <u>identifico</u> (isto é, as pessoas que têm uma maneira de ser e estar semelhante à que desejo para mim) consideram que é <u>apropriado</u> praticar sexo protegido.							
9. As pessoas com as quais eu me <u>identifico</u> praticam sexo protegido.							
10. As pessoas que são <u>importantes</u> na minha vida (isto é, as pessoas que interferem na minha vida, independentemente de eu me identificar ou não com elas) <u>aprovam</u> que se pratique sexo protegido.							
11. As pessoas que são <u>importantes</u> na minha vida praticam sexo protegido.							

a) Nas últimas semanas, **quantas vezes** praticaste sexo protegido?

Nunca 1 2 3 4 5 6 7 *Muitas vezes*

b) **Pessoalmente**, o que consideras acerca do comportamento "praticar sexo protegido"?

b.1) Gosto, independentemente de estar a favor

Não gosto nada 1 2 3 4 5 6 7 *Gosto muito*

b.2) Estou a favor, independentemente de gostar

Sou desfavorável 1 2 3 4 5 6 7 *Sou favorável*

c) Imagina que tem oportunidade de praticar sexo protegido.

c.1) Sentirias obrigação pessoal ou moral em relação a praticar sexo protegido?

Nenhuma obrigação 1 2 3 4 5 6 7 *Obrigação extrema*

c.2) Como te sentirias relativamente a ti se não praticasse sexo protegido?

De forma muito negativa 1 2 3 4 5 6 7 *De forma muito positiva*

Escala de Religiosidade

1. Consideras-te um membro ativo de uma igreja ou de uma organização religiosa? SIM NÃO

2. Quão importante é a religião na tua vida?

Nada importante 1 2 3 4 5 6 7 *Muito importante*

3. Qual destas afirmações está mais próxima das tuas crenças?

Eu acredito que existe um Deus.

Eu acredito que há algum tipo de espírito ou força de vida.

Eu não acredito que existe qualquer tipo de Deus, espírito ou força de vida.

Dados Demográficos

Sexo: M F Idade: _____ Ano de Licenciatura: _____ Curso: _____

Orientação sexual: Heterossexual Homossexual Outra: _____

Religião: Ateu/ Ateia Agnóstico(a) Católico(a) Outra: _____

Estou disponível para responder a uma entrevista sobre o tema, sabendo que o meu anonimato e confidencialidade estarão garantidos. SIM NÃO

OBRIGADA PELA TUA COLABORAÇÃO!

Orientadora: Profª Doutora Constança Biscaia

Mestrandas: Ana Mendão e Filipa Rosado

ANEXO II
QUADROS

Quadro 1. Análise descritiva dos itens da escala SOI-R – dimensão Comportamento

Itens	Frequências									Média	Desvio Padrão
	0	1	2	3	4	5-6	7-9	10-19	20 ou mais		
3	30 (14.8%)	99 (48.8%)	33 (16.3%)	18 (8.9%)	11 (5.4%)	8 (3.9%)	0 (0%)	4 (2%)	0 (0%)	1.63	1.45
4	85 (41.9%)	75 (36.9%)	23 (11.3%)	7 (3.4%)	3 (1.5%)	4 (2%)	1 (0.5%)	5 (2.5%)	0 (0%)	1.06	1.46
5	97 (47.8%)	30 (14.8%)	27 (13.3%)	16 (7.9%)	14 (6.9%)	11 (5.4%)	5 (2.5%)	2 (1%)	1 (0.5%)	1.45	1.85

Quadro 2. Análise descritiva dos itens da escala SOI-R – dimensão Atitude e dimensão Influências

Itens	Frequências									Média	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
7	33 (16.3%)	17 (8.4%)	25 (12.3%)	19 (9.4%)	22 (10.8%)	13 (6.4%)	29 (14.3%)	16 (7.9%)	29 (14.3%)	4.92	2.76
8	37 (18.2%)	18 (8.9%)	27 (13.3%)	15 (7.4%)	36 (17.7%)	14 (6.9%)	18 (8.9%)	12 (5.9%)	26 (12.8%)	4.60	2.68
9	48 (23.6%)	22 (10.8%)	24 (11.8%)	7 (3.4%)	19 (9.4%)	17 (8.4%)	19 (9.4%)	21 (10.3%)	26 (12.8%)	4.55	2.92
10	85 (41.9%)	28 (13.8%)	11 (5.4%)	15 (7.4%)	29 (14.3%)	10 (4.9%)	12 (5.9%)	7 (3.4%)	6 (3.0%)	3.12	2.40
11	98 (48.3%)	20 (9.9%)	12 (5.9%)	10 (4.9%)	30 (14.8%)	10 (4.9%)	14 (6.9%)	5 (2.5%)	4 (2.0%)	2.94	2.36
12	94 (46.3%)	30 (14.8%)	23 (11.3%)	6 (3.0%)	25 (12.3%)	12 (5.9%)	9 (4.4%)	3 (1.5%)	1 (0.5%)	2.66	2.05
13	32 (15.8%)	15 (7.4%)	10 (4.9%)	24 (11.8%)	44 (21.7%)	42 (20.7%)	36 (17.7%)	0 (0%)	0 (0%)	4.49	2.04

14	9 (4.4%)	8 (3.9%)	13 (6.4%)	25 (12.3%)	49 (24.1%)	50 (24.6%)	49 (24.1%)	0 (0%)	0 (0%)	5.18	1.62
15	20 (9.9%)	14 (6.9%)	25 (12.3%)	29 (14.3%)	49 (24.1%)	43 (21.2%)	23 (11.3%)	0 (0%)	0 (0%)	4.45	1.79
16	16 (7.9%)	10 (4.9%)	17 (8.4%)	35 (17.2%)	48 (23.6%)	50 (24.6%)	27 (13.3%)	0 (0%)	0 (0%)	4.71	1.71

Quadro 3. Análise descritiva dos itens – Comportamento: Praticar Sexo Ocasional

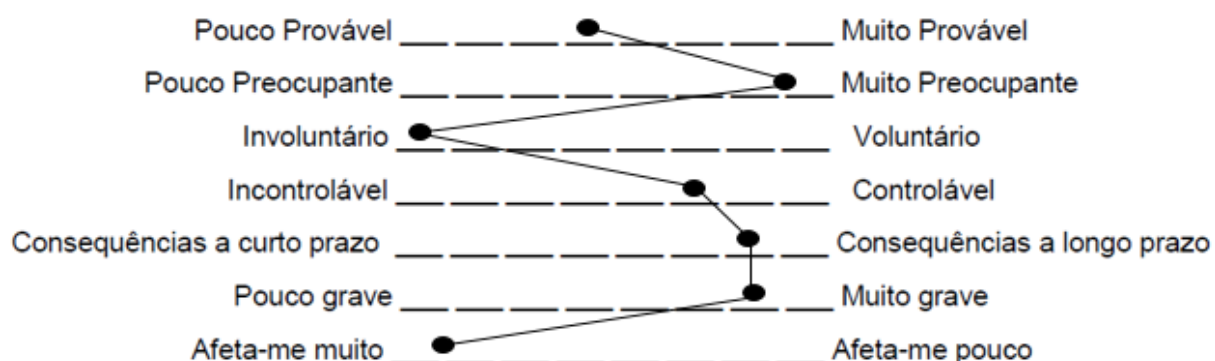
Comportamento: Praticar sexo ocasional									
Itens	Frequências							Média	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5	6	7		
1	2 (1%)	1 (0.5%)	14 (6.9%)	43 (21.2%)	72 (35.5%)	44 (21.2%)	27 (13.3%)	5.08	1.20
2	20 (9.9%)	41 (20.2%)	39 (19.2%)	43 (21.2%)	38 (18.7%)	15 (7.4%)	7 (3.4%)	3.55	1.58
3	46 (22.7%)	68 (33.5%)	38 (18.7%)	26 (12.8%)	14 (6.9%)	8 (3.9%)	3 (1.5%)	2.65	1.46
4	3 (1.5%)	6 (3%)	20 (9.9%)	44 (21.7%)	45 (22.2%)	52 (25.6%)	33 (16.3%)	3.53	1.66
5	12 (5.9%)	15 (7.4%)	38 (18.7%)	59 (29.1%)	46 (22.7%)	25 (12.3%)	8 (3.9%)	5.02	1.42
6	24 (11.8%)	40 (19.7%)	37 (18.2%)	47 (23.2%)	28 (13.8%)	16 (7.9%)	11 (5.4%)	4.08	1.45
7	6 (3%)	30 (14.8%)	42 (14.8%)	55 (23.2%)	28 (13.8%)	16 (7.9%)	11 (5.4%)	3.97	1.48
8	25 (12.3%)	32 (15.8%)	42 (20.7%)	30 (14.8%)	36 (17.7%)	28 (13.8%)	10 (4.9%)	3.71	1.75
9	21 (10.3%)	29 (14.3%)	27 (13.3%)	39 (19.2%)	46 (22.7%)	24 (11.8%)	17 (8.4%)	3.98	1.76
10	24 (11.8%)	47 (23.2%)	32 (15.8%)	53 (26.1%)	24 (11.8%)	16 (7.9%)	7 (3.4%)	3.40	1.60
11	24 (11.8%)	36 (17.7%)	26 (12.8%)	54 (26.6%)	34 (16.7%)	16 (7.9%)	13 (6.4%)	3.68	1.69

Quadro 4. Análise descritiva dos itens – Comportamento: Praticar Sexo Protegido

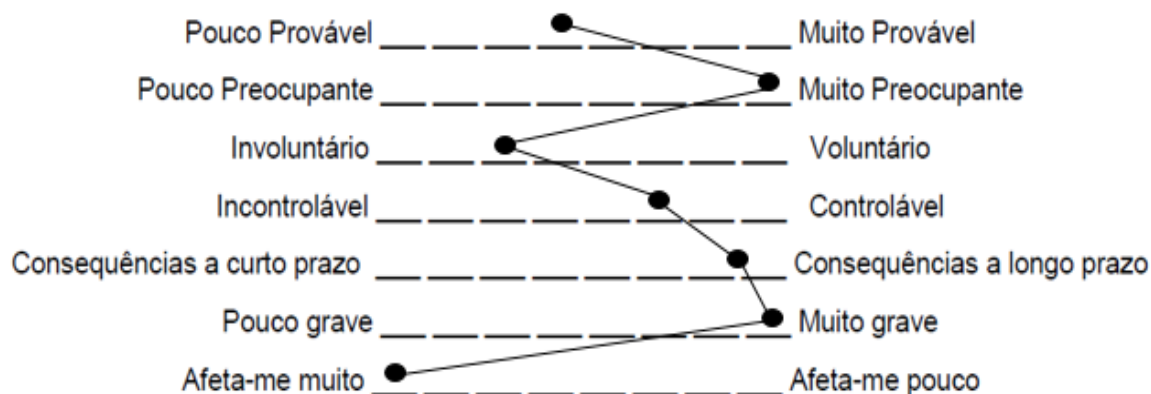
Comportamento: Praticar sexo protegido									
Itens	Frequências							Média	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5	6	7		
1	4 (2%)	6 (3%)	27 (13.3%)	51 (25.1%)	57 (28.1%)	44 (21.7%)	14 (6.9%)	4.67	1.32
2	1 (0.5%)	3 (1.5%)	1 (0.5%)	7 (3.4%)	20 (9.9%)	47 (23.2%)	124 (61.1%)	6.34	1.07
3	5 (2.5%)	3 (1.5%)	11 (5.4%)	27 (13.3%)	38 (18.7%)	1 (0.5%)	118 (58.1%)	3.11	1.48
4	0 (0%)	5 (2.5%)	3 (1.5%)	11 (5.4%)	27 (13.3%)	39 (19.2%)	118 (58.1%)	6.20	1.19
5	3 (1.5%)	4 (2%)	17 (8.4%)	54 (26.6%)	48 (23.6%)	60 (29.6%)	17 (8.4%)	4.91	1.28
6	1 (0.5%)	3 (1.5%)	3 (1.5%)	12 (5.9%)	24 (11.8%)	69 (34%)	91 (44.8%)	6.08	1.14
7	1 (0.5%)	3 (1.5%)	8 (3.9%)	20 (3.9%)	24 (11.8%)	64 (31.5%)	83 (40.9%)	5.89	1.28
8	2 (1%)	0 (0%)	3 (1.5%)	9 (4.4%)	17 (8.4%)	55 (27.1%)	117 (57.6%)	6.31	1.06
9	0 (0%)	0 (0%)	4 (2%)	11 (5.4%)	29 (14.3%)	65 (32%)	94 (46.3%)	6.15	0.99
10	0 (0%)	0 (0%)	3 (1.5%)	8 (3.9%)	17 (8.4%)	40 (19.7%)	135 (66.5%)	6.46	0.91
11	0 (0%)	0 (0%)	5 (2.5%)	13 (6.4%)	28 (13.8%)	54 (26.6%)	103 (50.7%)	6.17	1.05

ANEXO III
GRÁFICOS

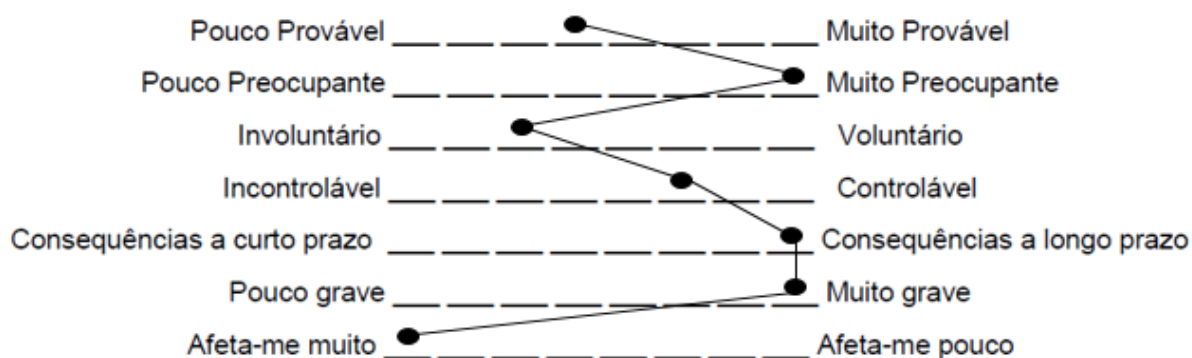
1. Engravidar inesperadamente/ Engravidar alguém inesperadamente



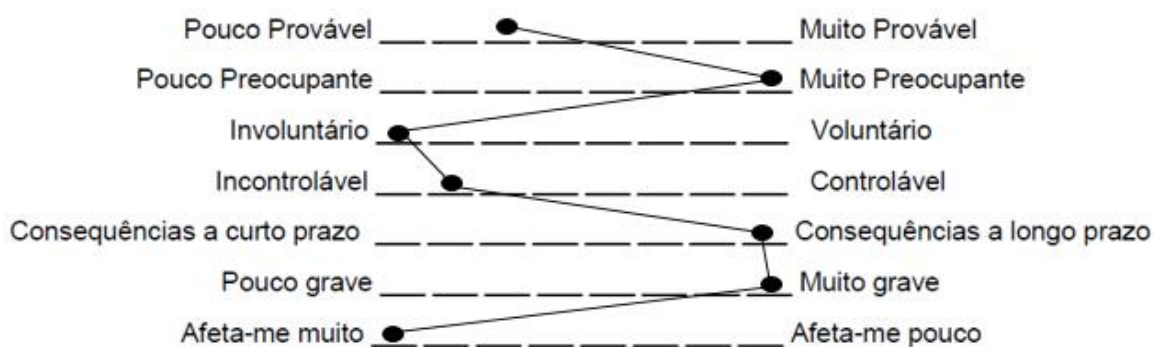
2. Contrair uma Doença Sexualmente Transmissível



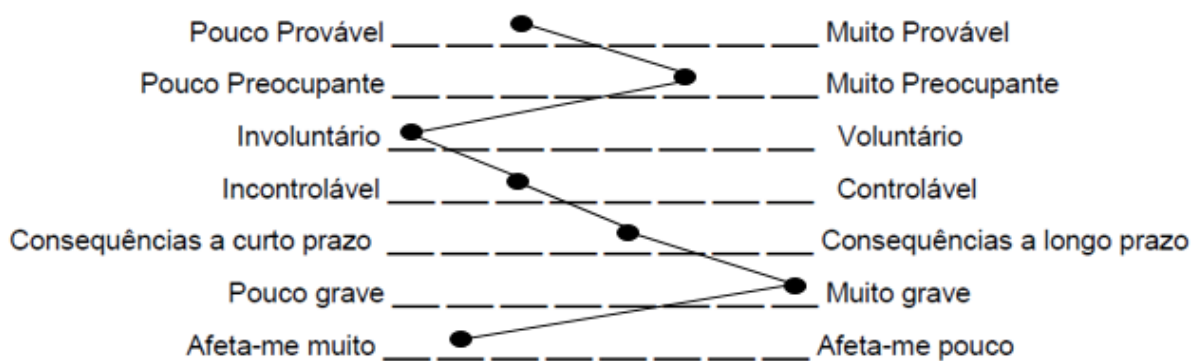
3. Contrair HIV/SIDA



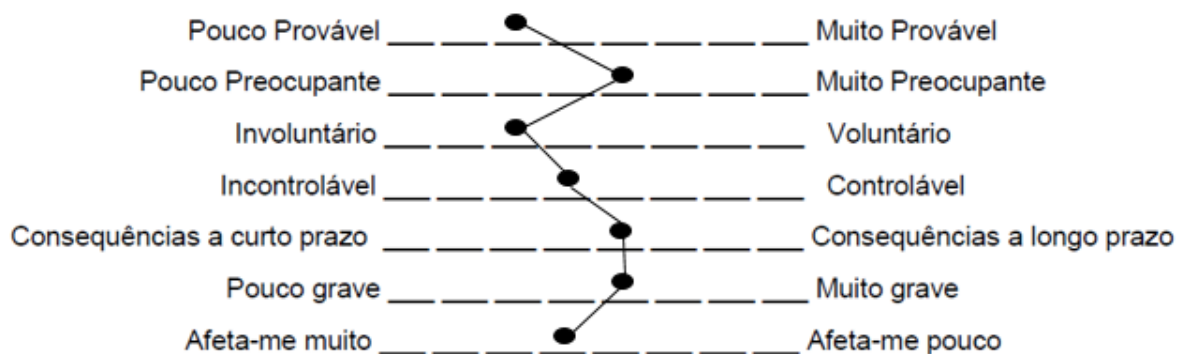
4. Ser violado(a)



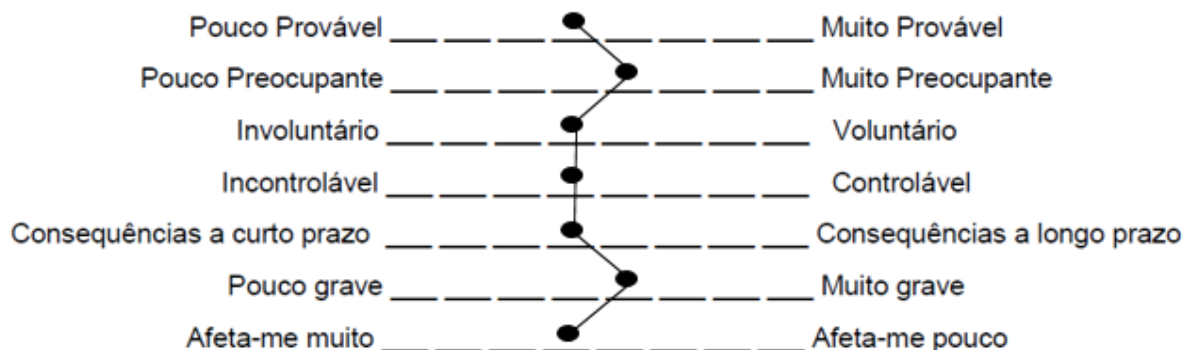
5. Ser agredido(a) fisicamente



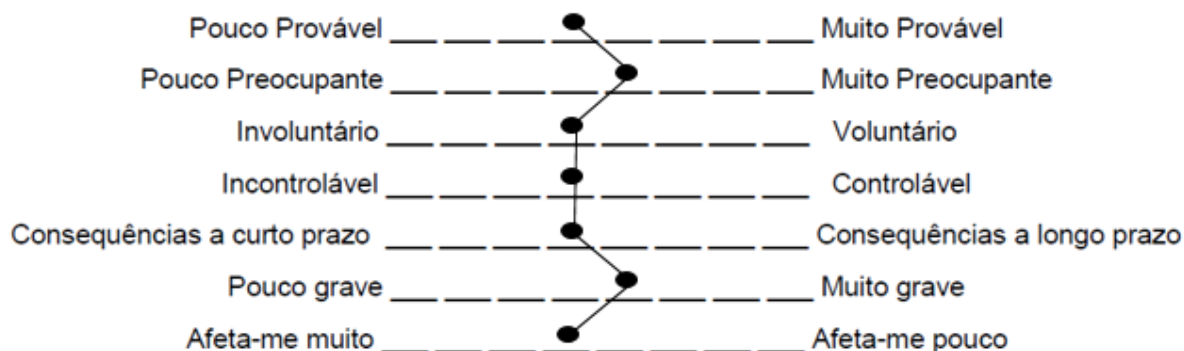
6. Diminuição da autoestima



7. Culpabilização



8. Perda de Controlo



9. Vergonha

